

Ronaldo Martins Botelho

**Entre cercas, barracos
e manchetes:**

**Uma análise sobre o problema agrário na
agenda da mídia do sudoeste do Paraná**

Universidade Federal de São Carlos
SP, Brasil
2006

Índice

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | Introdução | 11 |
| 2 | O problema agrário brasileiro | 15 |
| 2.1 | Tendências de enfoque | 17 |
| 2.1.1 | Qual <i>Questão Agrária?</i> | 22 |
| 2.2 | A realidade fundiária do sudoeste do PR | 26 |
| 2.2.1 | O Campo em tempos de Lula e Requião | 31 |
| 2.3 | Universo da pesquisa | 39 |
| 2.3.1 | Municípios | 39 |
| 2.3.2 | Olhares locais | 45 |
| 2.3.3 | Categorias de análise | 52 |
| 3 | Mídia, democracia e agendamento | 55 |
| 3.1 | Matriz teórico-metodológica: agendamento | 59 |
| 3.1.1 | A agenda micro-regional | 61 |
| 3.1.2 | Agenda e Contexto | 65 |
| 3.1.3 | A análise qualitativa | 67 |
| 4 | A pauta agrária no sudoeste do PR | 71 |
| 4.1 | A agenda da mídia e o campo | 73 |
| 4.2 | A imprensa do interior e o problema agrário | 75 |
| 4.2.1 | <i>Diário do Povo</i> (DP) | 79 |
| 4.2.2 | <i>Jornal de Beltrão</i> (JB) | 83 |
| 4.2.3 | <i>O Palmense</i> (OP) | 85 |
| 4.2.4 | <i>Correio Regional</i> (CR) | 87 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.3 | Encenar, convencer, agendar(janeiro-março)* . . . | 89 |
| 4.4 | Filtros da mídia e para a mídia (abril-junho) . . . | 96 |
| 4.5 | Tempos radicais, pautas parciais (julho-setembro) | 108 |
| 4.6 | A Paz no campo... e no texto (outubro–dezembro) | 116 |
| 5 | Considerações finais | 125 |
| | Referências | 131 |
| | Apêndices | 141 |
| | Anexo | 143 |

*Ronaldo Botelho é jornalista
e mestre em Ciências Sociais
pela UFSCAR.*

Resumo

Analisamos nessa pesquisa o problema agrário na imprensa do sudoeste do Paraná no ano de 2003. Para tanto, utilizamos como suporte quatro jornais paranaenses: os diários Jornal de Beltrão, de Francisco Beltrão e Diário do Povo, de Pato Branco, e os semanários O Palmense e Correio Regional, ambos de Palmas. O modelo teórico-empírico adotado é a agenda-setting, hipótese que sustenta que a mídia tem participação na construção e definição das escolhas públicas. Enfocamos nesse método a agenda da mídia, visando perceber através dela a formação da pauta agrária micro-social. Como procedimentos adotamos, além da pesquisa bibliográfica, a análise de conteúdo qualitativa desses jornais no recorte considerado e algumas entrevistas com os editores e lideranças vinculadas ao assunto. A pesquisa se reveste também de algumas relevâncias. A opção pela temática agrária nesse estudo envolve, antes de tudo, a percepção *histórica* sobre a importância da terra e do setor rural na tradição político-econômica do País, bem como a sua permanência como problema social. Já em uma perspectiva *política*, ponderamos que o referido ano marca o início do Governo Lula, cujas propostas indicava mudanças sensíveis nas políticas para o setor fundiário. Finalmente, na dimensão *acadêmico-empírica* verificamos uma carência de estudos sobre *agenda setting* nessa Região, particularmente aqueles relacionados à temática agrária, ainda que esse seja um eixo geográfico marcado por conflitos territoriais históricos. Em linhas gerais, observamos que os jornais locais são instâncias de legitimação que atuam em nível mútuo, produzindo e extrapolando versões agendadas por grupos de interesses, que não raro repercutem na grande imprensa. Pela análise dos gráficos à luz da bibliografia circunscrita, verificamos que o histórico dos agentes e profissionais da mídia; as instâncias de classe que mobilizam os atores e o nível de dependência nas relações da imprensa nativa com o poder público oficial influenciam na agenda local. Identificamos também que essa determinação ocorre substancialmente através

do processo editorial, seja sob a conveniência do poder político, seja pela prerrogativa do poder financeiro. Percebemos ainda relações entre a mobilidade dos atores e a visibilidade da temática agrária na imprensa micro-regional, através de esferas como o patriotismo, a tradição, a família, o status e a publicidade.

Abstract

On this research we have analyzed the agrarian problem of press in the southwest of Paraná, in 2003. To give support to the research, we used two daily newspapers from Paraná: *Jornal de Beltrão*, from Francisco Beltrão and *Diário do Povo*, from Pato Branco, and two weekly newspapers, *O Palmense* and *Correio Regional*, both from Palmas. The theoretical empirical model adopted is the agenda setting, a hypotheses that holds that media participates in the construction and definition of people's choices. We have focused on this method the agenda of the media, aiming at noticing, though it, the elaboration of the micro social agrarian agenda. The procedures include, besides library research, the quantitative content analysis of these newspapers, and some interviews with editors and leaders in the area. The research presents some relevant topics as well. The agrarian theme involves, above all, the historical perception of the importance of the land and of the rural sector in the political-economical tradition of the country, as well as the fact that it is a permanent social problem. Considering a political perspective, the year of 2003 marks the beginning of a new government, with President Lula, whose proposals indicated sensitive changes in the policies for the land sector. Finally, in the academic-empirical dimension, we found that there is not enough study on agenda setting in this region, specially those related to the agrarian theme, even though this is a geographic area marked by historical land conflicts. In general, we have observed that the local newspapers are legitimating and act in mutual level, producing and exaggerating versions that are set by interest groups, which quite often reverberate in the press. Through the analysis of the graphs and of specific books, we noticed that the history of agents and media professionals; the class appeals that mobilize the actors and the level of dependence in the relations of native press with official government influence the local agenda. We have also identified that this determination occurs substantially through the editorial process, be it under the

connivance of political power, or through the prerogative of the financial power. We have also noticed the relations between the mobility of the actors and the visibility of the agrarian theme in the micro regional press, through fields like tradition, family, status and publicity.

Capítulo 1

Introdução

Nos últimos meses em que a cobertura da mídia brasileira combinou questões de grande repercussão, como foram o referendo do desarmamento e a transposição do rio São Francisco, com a crise, ainda sem desfecho, nos poderes Executivo e Legislativo, algumas tantas outras questões de alta relevância social foram desprivilegiadas, ou simplesmente ignoradas nas pautas do jornalismo nacional e regional. A temática agrária é um desses assuntos, cuja visibilidade pública, ainda que assuma destaques cíclicos nas capas dos jornais, se constitui como problema histórico perpetuado com paliativos na agenda política dos sucessivos governos desde as últimas décadas do século XIX. Na esfera local, essa temática diz respeito à uma plêiade de atores competitivos, ao qual a mídia se inclui como arena e, por vezes, concorrente. O acúmulo de centenas de estudos oferece subsídios que dissipam dúvidas a respeito do poder de agendamento da mídia e suas implicações nas escolhas públicas, mas as pesquisas nesse campo ainda são modestas no âmbito micro-social.

É fato que o Local nunca deixou de ser um recorte considerado nas ciências sociais, porém, os estudos em torno dos meios de comunicação que cobrem os contextos sociais mais restritos têm recebido apenas mais recentemente uma maior atenção. O desenvolvimento e difusão das novas tecnologias, que se intensi-

ficam a partir do século XXI, consolida a informação como ponte para a integração entre audiências, culturas e instituições. Mais do que isso, os meios de comunicação se configuram como instâncias estratégicas nos processos de decisões públicas. O debate sobre a influência da mídia na definição dos assuntos públicos se estende por enfoques diversificados, onde a Política se destaca como área privilegiada nas análises das relações entre estado, poder, imprensa e sociedade. Nesse aspecto, a proposta do presente estudo vai ao encontro de uma tendência moderna na análise dos debates e definições sociais.

O recorte dessa pesquisa, em torno da mídia micro-regional do sudoeste do Paraná, quer refletir essa atualidade da imprensa no debate político, mas também se propõe a contemplar outros níveis de insuficiências identificados em torno desse tema. Em um primeiro nível, nos propomos a compreender a dimensão sócio-política da chamada *pequena* imprensa em dimensões de interação social em que a chamada *grande* imprensa – ainda que assim se denomine – perde em versatilidade para aquela. Por outro lado, pressupondo a forte influência dos atores políticos locais e suas conexões com instâncias mais amplas de decisão, visamos também com o presente enfoque interpretar a construção e tradução da abordagem do problema agrário na mídia em uma dinâmica geográfica e cultural específica, mas não menos importante. Finalmente, tendo em conta a atualidade e eficácia nos estudos de agendamento, buscamos com esse modelo teórico de abordagem atualizar a pesquisa social em um campo, cuja natureza teórica e empírica se percebe escasso nessa parte da região sul do País.

Embora cientes das muitas diferenças existentes entre os municípios que tratamos, ainda que em um mesmo eixo geográfico, e também ponderados sobre os fatores transversais que envolvem tão abrangente tema para uma análise de um suporte específico como é a mídia nativa, estamos seguros que realizamos algumas constatações e interpretações reveladoras sobre o papel e influência dessa imprensa na definição do problema agrário, a partir da agenda local. Mais do que isso, a partir dessa modesta análise

queremos vir a contribuir para estudos mais diversificados e aprofundados nesse âmbito temático.

Capítulo 2

O problema agrário brasileiro

É ampla e diversa a órbita temática da *Questão Agrária*¹ brasileira, o que impõe recortes a qualquer estudo sobre o assunto. Esse tema ocupa lugar central na história das relações de classe no Brasil e recebe uma atenção intensa, particularmente com as transformações políticas e econômicas que o mundo atravessa a partir do pós-guerra². A *Lei de Terras*, oficializada na segunda metade do século XIX, a partir do fim da escravidão³, é um dos

¹ GRAZIANO (1985) observa a diferenciação entre a *questão agrícola*, ligada a aspectos da produção em si mesma, da *questão agrária*, relacionada às transformações nas relações de produção. Sobre esse último conceito, ABRAMOVAY ressalta que “é a expressão de conflitos políticos, e só pode ser explicada no seu contexto político.” (IN: STÉDILE, 2002:95).

² Para, HOBSBAWM, poucos podiam prever que nos início dos anos 40 a imensa transferência de mão de obra da zona rural para a zona urbana que marcaria as décadas seguintes. “no início dos anos 80, nenhum país a oeste das fronteiras da “cortina de ferro” tivesse mais de 10% de sua população na atividade agrícola, com exceção da república da Irlanda”. (HOBSBAWM, 1995:284-285).

³ Lei n. 601, de 1950, que condiciona a aquisição da propriedade ao poder econômico em adquiri-la. Conforme MARTINS, com ela, “a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo de reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital

marcos na formação da progressiva estratificação rural no Brasil. Porém, mesmo após o fim da importação de mão de obra para substituir o trabalho escravo na lavoura, perpetuam-se formas promíscuas de trabalho, através das coerções e as duras condições de vida a que eram submetidos os imigrantes europeus.

As primeiras tensões no campo ocorridas no País remontam à república velha (1889-1930), mas irão se agravar como problema social na Era Vargas, nos anos 30. Nesse período, a estratégia do Governo para o setor rural passará pela instrumentalização dos sindicatos e o estímulo a ocupação dos vazios urbanos, nesse caso, também como política de segurança nacional⁴. A constituição de um mercado interno que abastecesse a cidade de forma satisfatória estará ainda na tônica do discurso modernizante do Governo Vargas. O êxodo rural será acentuado entre as décadas de 20 e 40, período de grandes secas na região Nordeste do País, que levaram centenas de milhares de agricultores a buscar oportunidades na indústria emergente no Sudeste.

Visando circunscrever o papel de imprensa na agenda local do problema agrário no início do século XXI, situamos como ponto de partida os anos 50, que marcam um período crucial na formação da estrutura agrária nacional, a partir de seus determinantes e atores. A seguir, procuraremos recuperar algumas características históricas dos discursos e das relações de poder em torno da propriedade da Terra desde aquele período.

proprietário da terra (...) A problemática vai tomando forma à medida que escasseiam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra (...) Nos dias atuais, com as modernas tecnologias, quem tem já não precisa do trabalho de quem não tem (...) de modo que, a Questão Agrária seria a face escamoteada da questão do trabalho.” (MARTINS, 1997:12).

⁴ A Colônia Agrícola General Osório - CANGO, criada em Francisco Beltrão, no Sudoeste do PR, pelo decreto 12417 de 1943, nasceu pelo propósito do Governo Vargas de assentar colonos e povoar a região das fronteiras. A intenção era impedir a invasão de argentinos e paraguaios nos períodos de extração do mate, já que nesse período os limites de fronteira com esses Países não existiam de fato. Ver: (PAULA, apud GOMES, 1987:17-19 e 22).

2.1 Tendências de enfoque

Nos anos 50, as tentativas de driblar a política governamental de censura as reivindicações camponesas, estimulará em várias partes do País a criação de organizações políticas informais, gerando conflitos rurais importantes nas regiões nordeste e sul. No debate do final daquela década, uma tendência intelectual vinculada à III Internacional Comunista se identificava com as teses *feudais*, em que se enfatizava que a agricultura, dominada pelo latifúndio, era um obstáculo para o desenvolvimento. Os defensores dessa idéia sustentavam que, ao serem excluídos do processo produtivo, os trabalhadores não participariam do desenvolvimento social e do progresso técnico.

Aproximados do pensamento da CEPAL e da III internacional comunista – através do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - autores como N. W. Sodr e e A.P. Guimarães entendiam que a exclusão da grande massa de trabalhadores do processo produtivo só seria superada com uma revolução de natureza democrática, que superasse os restos feudais da política agrária brasileira, sendo a agricultura, portanto, uma questão central em uma revolução de natureza democrática.⁵

Entretanto, nesse período Prado Júnior se faz presente como voz discordante das tendências então dominantes, de focar o assunto sob o ângulo da *agricultura*, em seu contraste com outras áreas econômicas, como a indústria. Aquele autor vê limites nessa última abordagem, na medida em que,

Visualizando o assunto desse ângulo, a análise dele deriva então para questões relativas ao aparelhamento técnico, comercial e financeiro das atividades agrárias, relegando-se a um plano secundário, e de posição de simples efeito de uma deficiente política

⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: *A Questão Agrária hoje*. STÉDILE, João Pedro (org). p.94-104, Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.

de amparo à agricultura, as condições de vida da população rural e a maneira como é dado à maioria esmagadora dessa população utilizar a terra. (PRADO JÚNIOR, 1981 [1966]:18-19).

Nos anos 60, no intento de concretizar as reformas de base, o governo Goulart busca apoio político nos camponeses, fortalecendo as organizações sindicais no campo, fator que contribuiu para as mobilizações que irão influenciar decisivamente no golpe de 64.

Um outro enfoque sobre o problema agrário é o que trata dos impactos sócio-ambientais desencadeados pelo modelo agrícola hegemônico no Terceiro Mundo a partir dos anos 60. Essa configuração política no campo brasileiro contou com o embasamento teórico e a ordem agrícola difundida pelas Economias centrais, particularmente a partir da segunda metade do século XX. Ordem essa que privilegiou a grande propriedade, a *uniformidade produtiva* e o mercado externo, diretrizes básicas da *Revolução Verde*⁶. Tal orientação foi apontada e estimulada no Terceiro Mundo entre os anos 60 e 70 como caminho mais próspero e necessário para assegurar o abastecimento alimentar nas sociedades em desenvolvimento. Até o início desse século, esse modelo rural e agro-industrial hegemônico no País o discurso sobre a modernidade e, conseqüentemente, impõe-se como caminho mais seguro para a um projeto de desenvolvimento nacional.

⁶ Processo de transformação agro-industrial que substitui os métodos de produção local pela adoção de técnicas mais homogêneas na prática agrícola. Essa política, embora tenha trazido um aumento significativo na produção de alimentos – chegando a 40% - deixou um rastro destruidor: infertilidade e contaminação do solo e degradação do patrimônio genético e da biodiversidade. Técnicos apontam hoje o esgotamento desse modelo que, ao contrário do que prometia, não solucionou o problema da fome nos Países onde foi implantado. Em contrapartida, contemplou demandas emergentes na indústria química, que produzia novos ‘defensivos’, impulsionada pelas pesquisas que, coincidentemente, deram sustentação à indústria bélica durante a II Guerra Mundial. (FUTINO e FILHO, 1991 apud PINHEIRO & LUZ, 1998:79-80) e (EHLERS, 1996).

Esse recorte tem a ver com um debate contemporâneo sobre os danos de uma modernização conservadora se difundiu no campo brasileiro, particularmente na década de 70, para o qual a reação começa a se construir nos anos 80, através da emergência de movimentos que propõe uma reconfiguração do espaço rural⁷. O questionamento sobre os efeitos da opção política do País em torno da questão agrícola é reflexo direto da hegemonia de forças que sustentaram também um projeto conservador na questão agrária. É sob esse aspecto, que tem a ver com a consolidação da dinâmica capitalista no campo, que julgamos procedente abordar a modernização rural.

A análise da problemática agrária no Brasil, sob a luz da evolução capitalista, permite que percebamos nas origens dessa questão elementos determinantes na organização política da sociedade brasileira. Esse é um tema que acompanha as transformações nas relações de propriedade, decorrentes do *mal necessário* para a classe dominante que foi a liberação de mão de obra de trabalhadores livres, que servisse de mercado de consumo dos Países onde a industrialização se desencadeava com maior velocidade, particularmente na Inglaterra.

Essas mudanças no âmbito rural, que se desenvolvem em várias partes do mundo durante essa primeira metade do século XX, são decorrentes de um processo de modernização industrial, que libera mão-de-obra através da simplificação e tecnificação do trabalho no campo. Diferentemente de vários Países que enfren-

⁷Ver: FERREIRA, Ângela e ZANONI, Magda. Outra agricultura e reconstrução da ruralidade. In: *Movimentos Sociais no Campo*. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs). Curitiba: Criar/Cientia et Labor, 1987.

taram o problema agrário com a redistribuição da terra⁸, as elites brasileiras postergaram o enfrentamento da concentração da terra.

Quando o capital começa a penetrar no campo através da industrialização, ao invés de um conflito da burguesia industrial com as oligarquias rurais, ocorre um pacto entre esses dois setores. Essa política de mediação e acomodação, presente ainda hoje no interior de alguns Estados brasileiros, reflete a força do *Coronelismo* sobre os governantes, que se omitem nos conflitos entre as elites locais, mas se aproximam dos setores que se sobressaem nessas disputas de poder. (QUEIROZ, op.cit:130).

Ainda na década de 70, predominará no debate agrário as chamadas teses da *funcionalidade*. Sob a influência do pensamento de Althusser, a ênfase na articulação dos *modos de produção* destacará o papel da pequena produção, como modelo ideal de organização econômica, por “contribuir para a acumulação de capital, na medida em que, oferecendo produtos a preços relativamente baixos, possibilitava um rebaixamento do custo de força de trabalho, portanto de salários e, ainda, o aumento da taxa de lucro”.⁹

A oposição a essa perspectiva reunirá autores como Souza (1980); P. Sandroni e Silva (1984). Entre as críticas desse grupo, destaca-se a da impossibilidade de confiar a um setor tão tradicional quanto à pequena produção uma responsabilidade estratégica, que é a produção de novos alimentos. Essa orientação teórica, de inviabilidade da pequena produção como suporte da economia, abalará sensivelmente as teses da luta pela reforma agrária, que teriam naquele setor o seu principal foco de identificação.

Nos anos 80, a tese de Graziano Silva (1987), demonstrando

⁸ VEIGA, sustentando o papel produtivo e distributivo da reforma agrária na economia, cita como exemplos de impacto, entre outros casos, o Japão, que desapropriou mais 1/3 de sua área agrícola, transferindo-a a agricultores de pouca ou nenhuma terra; o Taiwan, onde o governo transferiu aos agricultores o equivalente a 13% do PIB de 1952 e a Coreia, onde a indenização dos agricultores desapropriados correspondeu a 1,5 do valor da produção, o que possibilitou um aumento da renda per capital dos agricultores beneficiados na ordem de 33%. (In:STÉDILE, 2002:68-69).

⁹STÉDILE, op.cit., 2002:97-98. op.cit.

o peso declinante da pequena produção na oferta de alimentos, reforçará essa tendência de considerar a Reforma Agrária como dispensável para o desenvolvimento capitalista. Nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, surge no sul do País como um novo ator. A visão de reforma agrária do MST, sintetizada na Carta da Terra, defende de que em primeiro lugar é preciso fazer uma reforma agrária é objetiva em sua reivindicação em sua exigência ao governo federal: pede a desapropriação e democratização da terra, “sobretudo eliminando os latifúndios improdutivos acima de 2 mil hectares”¹⁰.

Em linhas gerais, até meados da década de 80 duas vias predominam através de teses para o desenvolvimento brasileiro no campo: a Latifundiária (‘Caminho Prussiano’) e a Familiar. O primeiro caminho, baseado no latifúndio pecuário, é apontado por setores progressistas do pensamento agrário brasileiro como uma falsa alternativa a *formas arcaicas de relações de produção*. Essa tese, sustentada por Gorender¹¹ refuta uma etapa feudalista intermediária na consolidação do capitalismo no Brasil.

Para aquele autor, esse modelo se instaurou diretamente do modelo escravista. Em contraste, a via da pequena exploração agrícola, ainda que crescentemente empobrecida e descuidada pelo Estado, se constituiria a via que *resiste e prolifera*, como principal fonte de abastecimento do mercado interno.

Nesse debate, em cada período de nossa história sobre o modelo produtivo com respeito à Questão Agrária, a agricultura é vista como determinante no processo de incorporação de mão-de-obra e, conseqüentemente, de viabilização de um processo desconcentrador de renda no campo. Nesse sentido, como nota Abramovay, o central não está no *campesinato*, na *pequena produção*

¹⁰ STÉDILE, João Pedro. In: www.rebellion.org. Entrevista concedida ao Conselho Regional de Economia do RS, veiculado em 25.3.03 e capturado em 04.7.04.

¹¹ GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do Capitalismo no campo brasileiro. In: *A Questão Agrária hoje*. STÉDILE, João Pedro (org). p.34-44, Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.

ou no seu papel modernizante, mas no fato de que “existe um verdadeiro abismo social entre a agricultura familiar moderna que, entre nós, habitualmente, se entende por pequena produção” (In: STÉDILE, op.cit:102-103).

O resultado histórico da *opção conservadora*, gerada no império e perpetuada ao longo das últimas décadas, é uma modernização que, como observa Martins, «se difundiu na esfera econômica, mas não se expandiu ao campo político e social.» (op. cit.: 20-21). Como parte desse cenário o País apresenta uma abismal concentração fundiária, em que duas dúzias de proprietários rurais chegam a deter o equivalente à extensão territorial de vários Estados brasileiros¹².

2.1.1 Qual Questão Agrária?

Na abordagem do problema agrário brasileiro há controvérsias profundas, que questionam inclusive a própria existência da questão agrária em sua qualidade de centro político do debate nacional. Além disso, mesmo entre os que identificam a Terra como problema estrutural, as concepções sobre o tipo de reforma agrária que seria mais condizente com a realidade brasileira não encontra consenso.

A corrente que questiona um modelo de reforma agrária *redistributivo* se baseia no fato de que há hoje um baixo estoque de terras e grandes dificuldades para desapropriá-las. Uma das principais críticas que se faz ao discurso da democratização da Terra é a simplificação em torno dessa causa, na medida em que organizações hegemônicas do debate pró-reforma agrária procuram fazer crer que os diferentes setores que representam a pequena propriedade se identificam com as reivindicações da redistribuição das grandes propriedades.

¹² Um estudo realizado pelo engenheiro agrônomo Carlos Lorena, a partir de dados do INCRA, e publicado em 1988, relaciona os 27 maiores latifundiários do Brasil que, juntos, ocupam uma área maior do que 12 unidades da federação brasileira ou 3% do território nacional (apud OLIVEIRA, 2002:98).

Assim, *Recolocando a questão agrária*¹³, autores ligados a essa ótica sustentam que o minifundista não seria o público preferencial para reforma agrária, já que é um proprietário. Logo, a solução para esse público deveria se concentrar, não democratização do acesso a terra, mas em outros elementos, como a tecnologia e canais de comercialização favoráveis e Política agrícola favorável e eficaz. Este seria, conforme essa análise, o motivo pelo qual os minifundista não se mobilizam por rupturas estruturais no campo. Nesse entendimento, os pequenos agricultores estariam satisfeitos se integrando cada vez mais ao complexo agro-industrial, como ocorre no oeste de SC, na região Sul do País.

A crítica à classificação dos diferentes níveis de trabalhadores rurais em uma mesma categoria de engajamento na luta pela terra também diferencia a situação dos Parceiros e arrendatários, sob o argumento que esses já tem relação com a terra, ainda que de posse. Novamente o Sul e o Sudeste são apresentados como exemplos onde o arrendamento e a parceria se insere em uma agricultura moderna, tipicamente Capitalista. É descartada também, nessa visão, o anseio de todos os trabalhadores assalariados pela aquisição de propriedade, na medida em que o que estes desejam é a melhoria das suas condições de vida, o que envolve questões mais abrangentes, como observa Graziano Neto:

O certo é que não há razões para fundamentar o raciocínio de que a quase totalidade dos milhões de trabalhadores rurais devam e possam ser contemplados com um pedaço de terra cada um. É algo semelhante à proposição de que os operários urbanos devem todos montar a sua própria oficina, abandonando as fábricas. Tal raciocínio é idealista, não científico. (...) os marginalizados que engrossam o Movimento dos Sem-Terra, encarnado nos acampamentos e nas invasões de terras, devem ser tratados por ações governamentais de combate ao desemprego e à miséria,

¹³ GRAZIANO NETO, Francisco Graziano in: STÈDILE, 2002:238-254.

pois a cidadania não se obtém, necessariamente, através do recebimento de um pedaço de terra. (...).(In: STÉDILE, 2002:244;247).

Desse modo, a alternativa é que se unifique nessa discussão o problema da distribuição e o da produção, construindo-se uma Política integrada de desenvolvimento rural. (idem, pp.253-254). Em outros termos, a questão agrária não pode ser pensada separadamente da gestão da questão agrícola.

Por outro lado, a defesa de uma leitura unificada da problemática rural, unindo a esfera agrícola (produção) e a agrária (distribuição) encontra divergência na corrente vê nessa unidade de tratamento um favorecimento de abordagem do âmbito produtivo sob o político. Esse posicionamento vê determinações históricas dos seguidos modelos agrícolas do País sobre a orientação da política agrária, particularmente a partir da constituição de 1988, que contrapôs o conceito de *Função Social da Terra* ao de *Empresa Rural*. Logo, tal corrente considera que houve uma legitimação do discurso produtivista, em que a acumulação capitalista tem levado vantagem, como nota Pacheco:

O lobby empresarial, amplamente apoiado pela mídia, baseou-se nos argumentos produtivistas da eficiência das novas bases empresariais da agricultura, sustentando a crítica ao anacronismo da proposta de reforma agrária, caracterizando-a como ultrapassada. Para a opinião pública e, inclusive, setores da esquerda, ficou a idéia de que face à *modernização* no campo, a reforma agrária representaria um retrocesso no *desenvolvimento da agricultura*. (...) Ainda não ganhou forças na sociedade o debate que associa a questão da democratização da terra de um projeto político de reforma agrária, ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento vigente. **Esse questionamento significa contestar a máxima de que o modo de desenvolvimento em que o quanto cresce tem maior**

importância do que o como, para quem e para que cresce. Grifos nossos. (In: Stédile, op.cit:208):

Para além dessas discordâncias de encaminhamento, há pontos consensuais que configuram e confirmam a existência de um problema agrário, passível de ser considerado sob vários enfoques. É notável, por exemplo, as constantes denúncias sobre relações trabalhistas ainda muito precárias no setor rural em várias regiões do País¹⁴. Existem, por outro lado, convergências de opinião sobre a relação direta entre suficiência produtiva no meio rural e abastecimento alimentar no meio urbano. Da mesma forma, a interação entre as transformações tecnológicas nos recursos produtivos e o impacto dessas na adaptação humana de grandes contingentes que integram a massa produtiva rural sedimentam uma problemática de fundo, que permite afirmar a atualidade do problema agrário.

Por outro lado, fatores como a relação entre a miséria urbana e os fluxos migratórios, por causas já citadas; as fusões entre as oligarquias rurais e as elites industriais, além da complexidade que a escassez de recursos naturais impôs à economia, através da problemática ambientalista, são condicionantes que diversificaram a realidade rural no século XXI. Portanto, ainda que seja tendenciosa a abordagem da expressão *Questão agrária*, frente às controvérsias que assume, entendemos que há no País um *Problema agrário* concreto. Este, se expressa na indefinição histórica de uma política governamental para um setor que interfere, direta ou indiretamente, no planejamento de outras áreas sociais, cujas origens se relacionam ao fluxo migratório entre o campo e a cidade,

¹⁴ Dados da CPT registram que no ano de 2003, foram resgatados no Brasil 5.010 trabalhadores que estavam em situação de trabalho escravo. Um crescimento equivalente a mais do que o dobro dos libertados em 2002 e a mais da metade (52,4%) dos 9.515 resgatados desde 1995. Mas esses índices podem ser superiores, considerando as limitações existentes para esse tipo de mapeamento, como notam VIEIRA, Maria Antonieta da Costa e ESTERCI. Trabalho Escravo no Brasil: Os números, as lutas e as perspectivas em 2003. Ver: *Conflitos no campo Brasil 2003* (Documento), CPT, pp.140-141, Goiânia, Abril de 2004.

como é o caso do Abastecimento, da Habitação, do Trabalho e da Segurança Pública.

Por outro lado, qualquer análise de uma dinâmica política que tenha como foco o tratamento do problema agrário torna necessário caracterizar o ambiente em questão, o que impõe a identificação dos atores locais em suas esferas de intervenção.

2.2 A realidade fundiária do sudoeste do PR

Embora as suas origens remontem ao final do século XIX, a acentuação do problema agrário no Sudoeste do Paraná teve início nos anos 40, a partir da política de ocupação dos vazios rurais desencadeada pelo então presidente Getúlio Vargas. Com a sua política de proteger as fronteiras e transferir força de trabalho para novas regiões a fim de aumentar a produção de alimentos para os grandes centros urbanos, Vargas começa a *Marcha para o oeste*, que desencadeará na criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO¹⁵ em maio de 1943. Teixeira da Silva observa nessa política governamental de Vargas a intenção de se criar uma *incorporação imaginária* do campo em seu projeto industrializador e, paralelamente, responder à circunstancial necessidade de se garantir a segurança do território brasileiro, em um período marcado por instabilidades.

No momento em que os trabalhadores urbanos, em especial os trabalhadores industriais, são plena-

¹⁵ Porém, o papel da CANGO ia além. Ao propiciar o acesso da terra e as condições de produção aos agricultores mais excluídos, cumpria um papel democratizante na Questão Agrária. Por outro lado, na medida havia um empenho em garantir infra-estrutura e segurança aos colonos que chegavam, além de distribuir esses com critérios de preservação da mata nativa, promovia uma política de desenvolvimento sustentável e a conseqüente “estruturação, nessa região, de uma agricultura com base na pequena produção familiar”. (PAULA, 1983) apud (GOMES, 1987:op.cit).

mente trazidos para o cenário econômico, por meio da organização econômica - as ilhas de fordismo e keynesianismo a que se refere Lipietz - e política (os comícios, marchas, festas cívicas, visitas etc.), **os camponeses são tomados enquanto agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas.** Assim, o papel do campo no projeto maior de modernização varguista seria plenamente atendido; não seria possível garantir a modernidade industrial sem respostas efetivas do campo. (...) Pode-se detectar, assim, o surgimento de uma fase nova de preocupações do Estado quanto ao mundo rural: tratava-se, agora, de promover a colonização interna do País e expandir as fronteiras agrícolas. (...) Um dos pontos básicos da interpretação autoritária do Brasil, nessa época, **partia da visão de risco imediato que corria um País formado por amplos espaços vazios (...)**¹⁶. (Grifos nossos).

Esta orientação colonizadora teve importância decisiva no povoamento do Sudoeste do Paraná, em particular, na luta pela terra que mais tarde irá se desencadear *o Levante de 57*. Em outubro daquele ano, o sudoeste do Estado foi palco de uma ampla e violenta rebelião agrária, protagonizada pelos trabalhadores rurais posseiros, que se revoltaram contra as constantes pressões e violências sofridas pelas companhias imobiliárias. Essas empresas haviam conquistado no início do século, junto ao governo federal, facilidades para se instalar naquela região em troca da construção de malhas ferroviárias. Porém, com o crescimento da população,

¹⁶ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível*. Revista Diálogos, n. 2, v.2. DHI-Universidade Estadual de Maringá, PR. <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02.htm>. Capturado em 22.8.2004.

a partir da *Marcha para o Oeste*, cresceram as tensões entre posseiros migrantes e as companhias, que promoviam falsificações e se envolviam em litígios jurídicos para garantir a comercialização de terras.

No segundo mandato do governador Moisés Lupion¹⁷, um mega-projeto de instalação de uma empresa de celulose na Região alia o Grupo Lupion às companhias imobiliárias instaladas nesses limites. Mas o fracasso do empreendimento leva essa empresa a contrair altas dívidas, e esses prejuízos acabam recaindo sobre os posseiros. Centenas de *corretores*, contratados de outras Regiões começam a realizar pressões sobre os colonos. Munidos de documentos de propriedade de duvidosa autenticidade - visto que todas as terras se encontravam sub-júdice - utilizam-se de todas as formas para obter dos trabalhadores rurais, em curto prazo, o pagamento do arrendamento das áreas em que se encontravam. (GOMES, 1987:16). Torna-se, assim, rotina nas cidades do Sudoeste os registros de violências e assassinatos, realizados com o apoio e a conivência da polícia, por sua vez, acobertada por interesses particulares do então governador Moisés Lupion. O agravamento dessas pressões leva os trabalhadores rurais a reagirem, se organizando para fazerem justiça com as próprias mãos, em um evento cujo ápice ficou conhecido como *Levante dos posseiros*. Nessa ocasião, várias cidades foram tomadas pelos agricultores revoltosos, inclusive em conflitos abertos com as forças policiais do Estado. O exército, veículos de comunicação e até fugitivos de outros Estados tiveram participação nesse episódio, que tomou por várias semanas as manchetes da imprensa nacional.

¹⁷ O Governador do Paraná Moisés Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), era sócio da CITLA, que era o principal dos grupos envolvidos em litígios de terras nessa Região. Lupion era acusado de dar proteção e até apoiar as companhias imobiliárias, que pressionavam os posseiros à pagar registros de propriedade. Os governos Dutra (PSD-PTB, 1945-50) e Juscelino (PSD, 1955-61), coincidentes, no plano estadual, com os dois governos de Lupion no Paraná (PSD, 1947-1951 e 1956-1961), abrangeram a fase mais intensa da configuração do Levante dos Posseiros.

Essa mobilização impulsionou uma reação em cadeia, que se estendia sobre os municípios de Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e, finalmente, o ápice da luta, em 10/10/57, foi à tomada de Francisco Beltrão. Era nessa cidade que funcionavam os escritórios sedes da Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA), alinhada ao PSD e da Comercial e que, como avalia Lazier, “era o quartel-general dos jagunços. Dia 11 de outubro de 1957 começou a depredação dos escritórios da companhia. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias”. A essas alturas, os principais órgãos de imprensa do Paraná e do Brasil enviavam repórteres para a Região e publicavam manchetes sobre a *rebelião agrária*. A oposição pregava abertamente a intervenção federal no governo do Paraná. . (LAZIER, 1997:59).

Independente de suas limitações, o Movimento de 57 teve um papel político determinante na ruptura de uma hegemonia partidária regional, no caso, a do PSD. Mas não apenas isso. Na medida em que as reivindicações dos colonos tiveram que transcender a órbita local - onde não encontravam suficiente apoio na esfera pública - através dos meios de comunicação e de parlamentares, abriram espaço para o questionamento decisivo sobre uma cultura política construída sobre uma forte presença dos interesses particulares na esfera pública. Nesse sentido, há uma natureza estrutural, no movimento dos colonos do sudoeste. Por outro lado, o caráter imediatista dessa ação, em torno de uma causa conjuntural, que envolvia a libertação de condições de submissão, ainda que não vinculadas a um propósito ideológico de ruptura, não vinculou a causa dos posseiros a um debate maior, que articulava naquele momento político do País diversos setores da sociedade em outras regiões¹⁸.

¹⁸ Nesse período, no Nordeste do País, as Ligas Camponesas tiveram um papel bem mais influente na política governamental para o Campo. Articuladas pelos *Foreiros, Parceiros e Moradores* de Pernambuco, que enfrentavam precárias condições de trabalho, e impulsionadas em sua fase inicial pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas são uma instância de organização que combina a ação política e a luta jurídica, em um plano local e global, na defesa de um projeto nacional de reforma agrária. Ver (AZEVEDO, 1982).

Todavia, o Levante dos posseiros marcou um passo determinante na democratização da Terra em sua órbita de abrangência. Esses avanços, entretanto, não tornaram superado o problema da democratização da Terra nessa Região, como avalia Dutra¹⁹:

As famílias que aqui vieram foram famílias que mais tarde se tornaram numerosas. E, de 57 até hoje, foi um passo importante, necessário para aquele momento, mas que hoje muitos filhos e netos daquele povo, que ficaram em cima, por que nós ficamos em uma Região de minifúndio, né? Então, é a onde essas pessoas têm dificuldade de, com a renda familiar da propriedade, de comprar um pedacinho de terra para cada filho. Vamos dizer que o pai tem cinco filhos. Ele não consegue tirar da sua unidade familiar, ali, ele não consegue acumular dinheiro para comprar para o filho conseguir dar seqüência a sua vida. Então, nós temos muitas famílias hoje que estão em cima de um pequeno pedacinho de minifúndio, quase que difícil de conseguir conviver as exigências das reservas que tem dificuldade.

Corroborar essa avaliação um recente estudo estatístico do In-cra, especificamente no que se refere à região Sul:

As grande propriedade foi sendo, gradativamente, dividida pela demanda por terras, restringindo-se, hoje, à região da Campanha gaúcha e aos campos de Guaruava. Hoje, se resumem a 18 mil imóveis rurais, metade deles localizados no Rio Grande do Sul, ocupando área semelhante a da pequena propriedade (um terço). Esses quadros configuram um problema fundiário particular, a semelhança da região Sudeste. **Há**

¹⁹ Dutra, Gelci. Liderança Diretor-Presidente da Associação de Estudos de Orientação e Assistência Rural - ASSESSOAR. Entrevista concedida ao autor em 24.5.05, Francisco Beltrão, PR.

uma forte demanda por mais terras, de pequenos proprietários e seus filhos. A reprodução do núcleo familiar, na pequena propriedade, esgotou-se na região. A terra está toda ocupada e explorada.

A ocorrência da grande propriedade improdutiva é atípica. Assim, as desapropriações efetuadas nessas regiões, além de caras, pela valorização da terra, são tópicos e precisam de muito apoio para viabilizar o pequeno proprietário assentado. Outros instrumentos de ação fundiária, precisam ser acionados.²⁰

2.2.1 O Campo em tempos de Lula e Requião

Durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a significativa frequência de conflitos fundiários fortaleceu o MST em todo o País, ao mesmo tempo em que lhe tornou uma instância simplificadora do problema agrário na Grande Imprensa. A partir de 1999, durante a gestão Jaime Lerner (PFL), a repressão aos movimentos sociais do campo se manifestava de forma intensa no Paraná. O líder nacional do MST, João Pedro Stédile, atribuía essa violência²¹, à supostos vínculos entre a UDR e o Governo Lerner:

²⁰ Ver: CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio e VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. P.20, *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário*.

« <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=95>» Documento obtido junto em junho de 2005, junto ao Incra de Francisco Beltrão e identificado a versão em html em 13.10.05.

²¹ O bispo dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra, nota que a violência no campo se dá de três maneiras: Armada, através da reação dos latifundiários com as suas milícias; Judiciária, em que os juízes concedem liminares em cima de documentos frios e pela Mídia, que provoca um grande estrago na opinião pública e assim dificulta uma reforma agrária massiva. *O judiciários está despejando assentados. Caros Amigos*. (Especial Reforma Agrária), p.9, n.18, setembro de 2003.

No segundo turno da eleição, o Lerner percebeu que ia perder para o Requião, que tinha uma ampla base no interior. Para derrotar o Requião, Lerner se aliou à UDR, àquela oligarquia mais atrasada, que vem da época do Lupion. Fez essa aliança tática e de fato conseguiu derrotar o Requião. Vencida a eleição, o que o setor mais atrasado do Lupion e da oligarquia rural pediu para o Lerner? “Me dê a Secretaria de Segurança Pública” Ganharam a Secretaria de Segurança e transformaram no braço armado do latifúndio²²

2.2.1.1 Agenda agrária em 2003

O apoio eleitoral aberto dado pelo governador Roberto Requião (PMDB) ao presidente Lula no primeiro e segundo turno das eleições de 2003 se traduziu em uma presença do PMDB em cargos federais estratégicos no PR. Mas isso não implicou uma afinidade política direta do Governo Estadual com nenhum setor agrário em especial. Nesse aspecto, a política de Requião para essa pasta reproduziu a estratégia do *Duplo comando*, adotada pelo Governo Lula, a fim de contemplar, simultaneamente, interesses distintos na mediação dos conflitos fundiários.

Ao lado das prioridades anunciadas pelo Governo Lula, a questão agrária permanece como uma demanda de relativa urgência e complexa solução. Com o desenvolvimento acelerado do Capitalismo no mundo rural, particularmente nas três últimas décadas do século XX, as conseqüências de políticas e tecnologias de grande impacto ambiental – como as usinas hidrelétricas e o excessivo uso de herbicidas no solo – aliadas ao crescimento das popula-

²² Terra de Todos. *Caros Amigos* (entrevista).n.39, Junho de 2000. Em entrevista concedida à outra Revista de circulação nacional, o MST denunciava que, em agosto de daquele ano haviam ocorrido no Estado, em apenas em um mês, 52 prisões; seis pessoas torturadas; três assassinatos e 19 despejos violentos MST: Subversão ou Justiça Social? *Cadernos do terceiro mundo*. João Pedro Stédile (entrevista), RJ, n.211, agosto de 1999.

ções rurais, tradicionais ou não, têm provocado o agravamento do problema agrário e da amplitude de suas conseqüências.

Temas que sempre estiveram correlacionados ao contexto fundiário, e que apenas se tangenciavam a ele – o acirramento da violência, através de milícias armadas; a questão indígena; a ameaça de escassez dos recursos hídricos; a desmatamento indiscriminado e a necessidade de preservação de matas nativas; o trabalho escravo e a exploração infantil, entre outros – estão a se confluir cada vez mais, na medida em que cresce a abrangência da problemática do acesso à Terra, sem a equivalente eficácia das políticas que visam responde-la, o que exige um olhar mais qualificado e seletivo na apreciação da realidade agrária. Em correspondência à diversificação dessa problemática, as entidades trabalhistas e patronais do setor rural, passam a inserir em suas pautas de prioridades estratégias de ação que mais amplas, a fim de contemplar a nova configuração dos conflitos no campo.

No Paraná, surge novas táticas de mobilização dos trabalhadores rurais para cativar a opinião pública à sua causa. É o caso da invasão dos postos de pedágios, com a liberação das roletas, prática registrada várias vezes no Estado durante os últimos dois anos. Esse tipo de mobilização do MST encontra referência no discurso de Campanha do governador Roberto Requião, sobre o rompimento de contrato com as concessionárias que aumentam exageradamente as tarifas de pedágios nas estradas.

Estas ações políticas, juntamente com outras, como a ocupação de prédios públicos, de supermercados e a destruição de plantios geneticamente modificados pertencentes a multinacionais privadas, demonstra uma mudança na estratégia de mobilização dos movimentos de trabalhadores rurais na luta pela terra no País. Exibe, porém, acima disso, uma nova visão das lideranças desses movimentos, que passam paulatinamente a incorporar em suas agendas reivindicatórias novas questões direta ou indiretamente geradas pela perpetuação do problema agrário. Sherer-Warren (1996) identifica, a esse respeito, uma articulação importante nos *novos movimentos sociais*. Conforme essa autora, a luta pela so-

brevivência se alia à luta pela natureza, “assumindo a forma de redes com conteúdo ético”. (p.104). Essa articulação é percebida visivelmente em torno do problema agrário e reflete um aspecto integrador das temáticas públicas e, conseqüentemente, dos problemas e lutas no mundo rural.

2.2.1.2 O duplo comando

A partir de março de 2003, com o Governo Lula, uma nova composição política no plano nacional e regional, alterarão os ânimos entre os ruralistas paranaenses. A dupla direção da política agrícola – dividida entre uma orientação para o Agronegócio, nas mãos do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e um discurso dimensionado para a defesa da agricultura familiar, pelo Ministro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, desencadeará um cenário de expectativa entre os trabalhadores rurais e a classe ruralista.

O *duplo comando* da política agrária, reflexo do jogo de alianças que consolidam a vitória de Lula no Planalto, visaria contemplar interesses divergentes nesse setor, mas também não necessariamente se traduz em um impulso na Reforma Agrária. Por outro lado, esse tensionamento foi, e ainda é, causa de um desgaste substancial ao Governo²³. No primeiro ano do Governo Lula, Martins já chamava a atenção para os riscos de inatividade da reforma agrária nessa política de *Duplo Comando*. Conforme esse autor:

O presidente acendeu uma vela para Deus e outra para o Diabo. Não quer (e não pode) criar temores para o regime de propriedade. (...) A pretexto de punir os grandes proprietários com desapropriações maciças, que é o pressuposto do MST, o governo estaria

²³ Uso de arma contra MST divide ministros de Lula. *Folha de São Paulo*, p.a4, 5.7.2003.

fazendo o que os proprietários mais gostam: desmobilizando a renda territorial de maneira segura para eles e convertendo-a em capital.²⁴

Uma confirmação dessa previsão dos limites da política agrária no Governo Lula surgiu em fins de 2003, com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, que dava conta de uma significativa redução no número de assentamentos previstos de serem realizados durante a Campanha eleitoral do PT.²⁵

O *duplo comando* que o Governo Federal adota, buscando contemplar interesses do Agro-negócio e da Agricultura familiar, não obteve, de fato, respostas satisfatórias aos setores visados. No quadro micro-regional em questão, vejamos quatro posicionamentos, através de trechos de recentes depoimentos de lideranças vinculadas à realidades específicas nessa Região, analisando a política dos Governos Lula e Requião para o Campo²⁶. Os grifos foram feitos por nós para facilitar a interpretação.

Ivo Pólo, Vice-Presidente em exercício da Associação dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do PR – ASINEPAR (Ruralistas):

LULA. Um lado direito e outro lado esquerdo?
Não há coisa que funcione. Aí tem que ter um meio termo. **E eles não tão partindo um meio termo, eles tão indo um para um lado e outro para o outro. E por isso que as coisas não tão funcionando**

²⁴ Duplo comando trava reforma, diz sociólogo. José de Souza Martins (entrevista), *Folha de São Paulo*, p.A-6, 23.6.2003.

²⁵ Os números de assentamentos a serem realizados pelo Governo davam conta de 30 mil, para o ano de 2003; 100 mil para 2004; 100 mil para 2005 e, finalmente, 125 mil famílias seriam assentadas em 2006, totalizando 355 mil famílias. Esses números seriam bem próximos aos do Governo FHC que, conforme dados do INCRA, teria assentado 320 mil famílias entre 1995 e 2001, e muito mais inferiores ao Plano encomendado por Lula à Plínio de Arruda Sampaio, no qual previa a realização de um milhão de assentamentos até 2006. *Tímido ou Realista?* Carta Capital, 26 de novembro de 2003, ano 10, n.268, pp.26-34.

²⁶ Entrevistas obtidas pelo autor entre os dias 24 e 25.5.05, nas cidades de Pato Branco, Palmas e Francisco Beltrão, PR.

como deveriam funcionar. Que eu acho que não está funcionando bem. Desde hoje, o assentamento, a Reforma agrária, não está funcionando bem. Eu acho, eu não sei quantas mil famílias que eles já assentaram.

REQUIÃO. Eu acredito que, dentro do estado ele não tem muita força. Claro que hoje quem pode assegurar a estabilidade no campo, em nível de segurança, é o Governo do Estado. E nesse lado, eu acho que ele peca. **Por ele ter toda uma mão do que pode se fazer da segurança do Estado e, muitas vezes, ele cruza os braços.** E daí a gente vem à política.

Salete, liderança na Região Sudoeste no MST (Sem-Terra):

LULA. E mudou, assim, em alguns aspectos. **Mas a reforma agrária ainda é muito lenta.** Então, eu acredito que na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que o Movimento fez agora, é para exigir, assim, agilidade na reforma agrária, nesse processo de reforma agrária, né?

REQUIÃO. Então, o Requião tem se demonstrado, assim, mais interessado em ajudar a resolver essas questões. **Mas, em lado ele cede e em outro, não. Ele faz os dois lados, na verdade.** Ele um pouco atende os sem-terra, no outro lado ele vai do lado dos ruralistas.

A. ZOCHE, Delegado da FETAEP na Região Sudoeste (Trabalhadores Rurais):

LULA. A pregação dele de campanha é de que ele ia assentar deus todo mundo e em pouco tempo ia assentar. Só que **estamos vendo que, dentro desse**

período que ele está aqui, ele assentou muitas menos famílias do que dentro do Fernando Henrique Cardoso.

REQUIÃO. Não tem assim um trabalho mais efetivo de orientação e fiscalização junto a esses assentamentos frente a esses movimentos. Ele está bastante distanciado, pelo meu ponto de vista. Então, por isso que existem essas invasões de fazenda, não existe essa equipe competente para negociar as terras para o Incra no Estado do Paraná.

José Antônio Bueno, Pecuarista, Ex-presidente do Sindicato Rural de Palmas (2003-2004) e atual Diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Palmas (Ruralistas):

LULA. Eles estão no Poder, mas não estão satisfeitos porque não conseguiram implantar aquilo que realmente pretendem. Então, por isso esses movimentos, tentando ganhar a opinião pública, criando as condições para que eles consigam implantar o que **todos sabem o que querem, né? - a Ditadura Socialista, o Comunismo, o regime totalitário**, que notamos que **o Governo atual tem bastante intenção de implantar no País, e tem feito tentativas para isso.** Apenas não encontra respaldo na opinião pública.

Por outro lado, os problemas do governo federal em torno da questão agrária iriam adquirir contornos mais sérios a partir do anúncio de medidas polêmicas na pasta do Desenvolvimento Agrário, como foi o caso da decisão de alterar as leis de invasões. Esta, editada no Governo Fernando Henrique, proibia o Incra de vistoriar, por dois anos, área invadida.²⁷ A partir das primeiras

²⁷ *Rosseto quer alterar lei de invasões de terra.* Folha de São Paulo, p.A11, 16.03.2003.

medidas declarações e medidas simpáticas ao MST, por parte do ministro Rosseto, os ruralistas respondem com mobilizações, protestos e ações *defensivas*.²⁸

Ainda na onda das tensões fundiárias, características do primeiro ano do Governo Lula, a campanha *Paz no Campo*, realizada em várias Cidades do Sudoeste do Paraná em fins de outubro de 2003²⁹, expressava uma espécie de demonstração de força da classe ruralista. Na forma de ameaça às ocupações terras por trabalhadores rurais, que se disseminavam por todo País, acompanhava a manifestação o desfile de máquinas, tratores e outros veículos – além de cavaleiros pilchados, traduzindo a ideologia do tradicionalismo gaúcho. Cabe ressaltar, entretanto, que os trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos também recorrem à práticas semelhantes. Nos últimos anos, em cidades administradas por partidos de esquerda, já é comum integrantes do MST participem do desfile de sete de setembro com palavras de ordem pela reforma agrária. Como lembra C. A. Chaves, a adoção a utilização de datas, conforme um calendário *simbólico* e *pragmático*,

é o modo notório de ação política dessa organização de trabalhadores expropriados da terra (...). É através mesmo dessas ações coletivas, tidas por muitos como transgressoras da ordem legal, que a identidade de sem-terra é estabelecida e o MST se constitui como sujeito coletivo³⁰.

²⁸ Em março de 2003, a Pastoral da Terra denunciava em seu relatório *Conflitos no Campo Brasil* (Op.cit: 202-205) a organização das milícias armadas no Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e no Paraná. Nesse último Estado, o Primeiro *Comando Rural*, PCR – uma apologia ao Primeiro Comando da Capital, braço armado do crime paulista – pretendia manter homens armados nas fazendas da região para intimidar os trabalhadores rurais sem terra e evitar novas ocupações no Estado.

²⁹No dia 24 daquele mês, testemunhamos em Palmas essa mobilização. Esse tema será melhor analisado no Cap. III.

³⁰ CHAVES, Christine de Alencar. *Símbolos de Luta*

2.3 Universo da pesquisa

2.3.1 Municípios

Até fins de 2004, conforme a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP – a mesorregião sudoeste do Paraná abrangia uma área de 17.102.750 km² que ocupando a margem esquerda do Rio Iguaçu se estendia do município de Palmas até a fronteira com a Argentina e com o Oeste de Santa Catarina. Com 42 municípios, essa extensão equivalia a um total de aproximadamente 557.044 habitantes.

Porém, com a redução da região sudoeste, a partir de fins de 2004, essa mesorregião ficaria reduzida aproximadamente 490 mil habitantes. Atualmente, conforme o mapa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, a mesorregião geográfica sudoeste envolve três microrregiões: Pato Branco; Francisco Beltrão e Capanema, abrangendo um total de 37 municípios. A microrregião de Palmas (Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha) que também integrava o sudoeste, foi a área que passou para a mesorregião centro-sul a partir de uma nova classificação anunciada pelo IBGE.

Todavia, ainda está politicamente indefinida essa nova divisão, visto que, há freqüentes mobilizações em prol do retorno de microrregião de Palmas ao Sudoeste, ao qual ainda aquele município pertencia no ano de 2003 – que abrange no nosso estudo. Em vista disso, e levando em conta também a forte identificação

e Identidade no MST. Comciência – ‘Reforma Agrária’.
<<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/01.htm>>. Labjor-SBPC,
n.43, junho de 2003. Capturado em 23.8.2004.

Mapa 2 - Mesorregiões do Paraná



Relacionaremos breves caracterizações das três Cidades abrangidas pela pesquisa. Os dados foram obtidos nos sites do IBGE; do IPARDES e nos sites do governo do Paraná e dos respectivos municípios.³²

2.3.1.1 – Palmas

Circunscrito em uma área de 1.567 km², Palmas é um dos municípios mais antigos e extensos que pertencia ainda em 2003 à mesorregião sudoeste do Paraná. Os primeiros pioneiros que se estabeleceram na microrregião onde hoje se situa o município por volta de 1836. O município foi criado através da Lei Estadual nº233 de 18 de dezembro de 1896 e instalado na mesma data, quando desmembrado de Guarapuava. Conforme dados do IBGE de 2004, Palmas tem uma população de 38.011 habitantes. A sua distribuição se divide em 31.386 urbana e 3.397 rural (Ibge,

³² As informações sobre essas cidades foram obtidas nos sites do governo do estado do Paraná; do IBGE e dos respectivos Municípios.

2000). A Cidade fica a 364 km da Capital e possui na área de serviços o seu ponto forte, com 56,37%, em relação à agropecuária, que absorve 25,19%, e a indústria que concentra 18,44% da população. Entre os três municípios abrangidos pela pesquisa, Palmas conta com um dos piores índices em termos de desenvolvimento humano, como indica o Gráfico 1.

Foto 1 – Palmas



Fonte: www.tesse.gov.br

2.3.1.2 Pato Branco

Por volta de 1915, a Região em que hoje se situa o município de Pato Branco existia um local que se tornou pouso forçado para os pioneiros da época. Já, em 1924, estava iniciando o povoamento que se denominou, a princípio, de Vila Nova de Clevelândia. Pato Branco foi criado pela Lei Estadual n° 790, de 14 de novembro de 1951 e foi instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1952, sendo desmembrado de Clevelândia. Conforme dados do Ibge 2004, Pato Branco tem uma população de 67.558. Essa população estava em 2000 distribuída em 56.739 na área urbana e 5.428 na área rural. O município se situa a 440 km de Curitiba.

Foto 2 – Pato Branco



Fonte: www.pr.gov.br

2.3.1.3 Francisco Beltrão

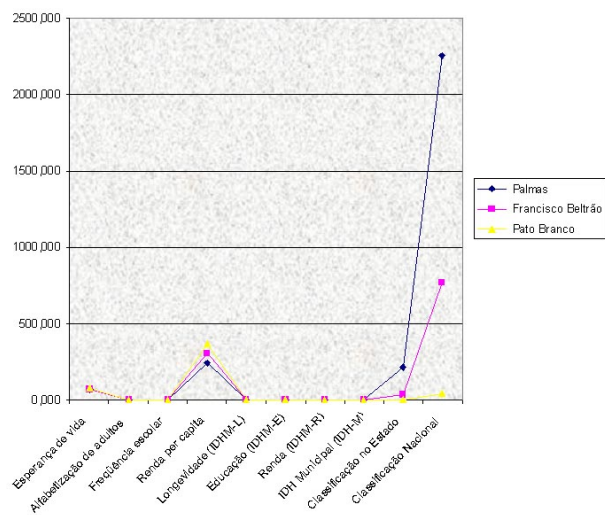
O município de Francisco Beltrão está localizado no centro do sudoeste paranaense, e foi fundado na década de 50. Francisco Beltrão tem suas origens no desbravamento de colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sua atividade agrícola é desenvolvida predominantemente em sistema de minifúndios. Possui um parque industrial significativo onde se destacam indústrias de porte como o Frigorífico SADIA; Concórdia e o Grupo Perdigão entre outros. Seu comércio é dinâmico, constituindo-se num Centro regional de compras. Criado através da Lei Estadual n° 790, de 14 de dezembro de 1951, foi instalado em 14 de dezembro de 1952, sendo desmembrado de Clevelândia. De acordo com dados do Ibge, em 2004 Pato Branco tinha uma população de 70.139. No ano de 2000, essa distribuição era de 54.818 na área urbana, e 12.300 na área rural. A Cidade fica a 493 km da capital.

Foto 3 – Francisco Beltrão



Fonte: www.pr.gov.br

Gráfico 1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: Palmas, Francisco Beltrão e Pato Branco



Fonte: *Ibge, 2002*

2.3.2 Olhares locais

Ao longo do século XX a reforma agrária foi um tema em constante debate no panorama político, na tendo, portanto se construído um consenso sobre o seu caminho, ou sobre a sua necessidade. Se por um lado, se desenvolveram forças políticas contrárias e favoráveis a um projeto nesse sentido, também dentro dessas duas correntes uma série de outras tendências se articularam conforme a natureza e as necessidades, envolvimento, ou mesmo, posicionamento de classe no campo. Assim, em níveis diferentes, se encontram hoje no País estruturas representativas dos interesses políticos no campo, vinculadas à grande, pequena e média propriedade, e que se expressam através de organizações como: Associações, Sindicatos, Federações e Movimentos e Sociedades.

Nesse estudo, nos focalizamos três categorias, que identificamos integrantes nesse universo. A grande propriedade, representada oficialmente no Paraná especialmente pela FAEP, os Sindicatos Rurais, UDR e Sociedades Rurais; A pequena propriedade, organizada fundamentalmente pela FETAEP e Sindicatos de Trabalhadores Rurais; e os trabalhadores Sem-Terra, integrada pelos trabalhadores rurais em estágio de aquisição de terra para trabalhar, seja acampados ou não, e cuja entidade mais representativa hoje é o MST³³, a qual situaremos no setor representativo dos Acampados, embora não exclusivamente.

É necessário notar, entretanto, que essa classificação não se submete exclusivamente ao enquadramento sindical da CLT³⁴, visto

³³ Dados do Incra, divulgados em reportagem do jornal *Gazeta do Povo* registram, além do MST, 07 outros movimentos espalhados pelo Estado: Ribeirinhos; Unidos Pela Terra; MTRSTP (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná); Xambrê; Sonho da Terra; MTSTRAP (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra pela Reforma Agrária do Paraná) e Excedentes do Incra. Apesar dessa fragmentação, conforme esse levantamento o MST se manteria folgadoamente hegemônico como entidade dos trabalhadores sem terra do Paraná. Ver: *A voz dos sem-terra já não é mais uníssona*, *Gazeta do Povo*, Paraná, p.4, 03.08.2004.

³⁴ Conforme essa classificação, proprietários de até dois módulos rurais são

que, se assim fizéssemos, teríamos que considerar apenas os Ruralistas e os Trabalhadores rurais assentados – assalariados ou produtores, deixando de fora os trabalhadores rurais sem-terra em condições de acampados, que constituem um setor fundamental na presente pesquisa. Adotamos, ao invés disso, uma classificação que obedece à uma divisão de campos políticos de intervenção, expressas no cenário nacional e regional. A seguir, faremos uma breve caracterização dos três níveis, começando pelo primeiro.

2.3.2.1 Os Ruralistas

No início da nova República, muito ceticismo havia a respeito das possibilidades do Governo Tancredo Neves realizar algum tipo de Reforma Agrária, tendo em conta a composição de forças com as oligarquias locais, que caracterizavam a sua sustentação. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que restaria do Estatuto da Terra a desapropriação por interesse social, provocou novamente articuladas reações dos setores anti-reformistas, exigindo a substituição de uma proposta de mudança estrutural pelo discurso de “prioridade de uma política agrícola em relação a uma política agrária” (MARTINS, 1986 apud BRUNO, op.cit:49). Essa estratégia visava transferir o debate, do âmbito do Estado para a

representados regionalmente pela – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP, e nacionalmente pela Confederação Nacional da Agricultura – CONTAG. Esses, se inserem nesse enquadramento como Trabalhador rural A e Trabalhador Rural B. Proprietários de áreas acima disso ficam representados regionalmente pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, e nacionalmente pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA. Nesse nível, se enquadram os Ruralistas – entre os quais os detentores de Grandes propriedades, havendo nesse âmbito três sub-classificações: Trabalhador rural I A – Tem empregados, independente da quantidade de terras; Trabalhador rural II B - Em regime de economia familiar, sem empregados, mas que possui um imóvel de 2 para cima. Se tivesse menos que dois, seria trabalhador e Trabalhador rural III C – Sem empregados, que tem mais de uma propriedade, que tem acima de 2 módulos rurais. (Fonte: Cremilda Dalla Costa Marques Carneiro – Secretária Executiva do Sindicato Rural de Pato Branco, PR).

esfera privada, onde os interesses dominados pelo Capital financeiro não tinham interesse político em viabilizar qualquer mudança profunda relações de produção.

É nesse contexto que a União Democrática Ruralista - UDR surge, em junho de 1985. A entidade registra como motivação de sua criação o fato de que “na época, a esquerda queria acabar com o direito de propriedade e os ruralistas decidiram reagir. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988, a Lei que assegura este direito do produtor rural.”³⁵ . Embora não assumida expressamente, a UDR ainda tem a sua influência como organização articuladora do pensamento ruralista, como observa o diretor da ASSESSOAR, G. Dutra:

A UDR, ao nível do sudoeste do Paraná, ela hoje se reveste de um outro jeito. Ela não se caracteriza como UDR, mas ela tem a sua ação. A sua ação está presente, disfarçada em um outro nome. (...) Estão inseridos dentro das sociedades rurais. Mas não vai achar que a ação deles esteja neutra. Eles têm a posição deles. E eles sabem muito bem se autodefender.³⁶

Além das Federações de Agricultura, que representam oficialmente os ruralistas nos Estados brasileiros, existem localmente, nas cidades de vocação agropecuária, outras instituições tradicionais que direta ou indiretamente articulam e fortalecem a classe dos fazendeiros, sejam referendando lideranças e discursos, sejam preservando e difundindo relações de propriedade senhoriais. É o caso das Sociedades Rurais; dos Sindicatos Rurais, os Centros de Tradição Gaúcha - CTGs³⁷, entre outras.

³⁵ <http://www.udr.org.br/historico.htm>. Capturado em 12.9.04

³⁶ DUTRA, entrevista citada.

³⁷ Com relação aos CTGs, o historiador Tau GOLIN nota que essas entidades fazem uma resignificação do passado como mundo ideal. “O tradicionalismo passou a se organizar como uma entidade (...) vinculado àquilo que nós chamamos de explicação do mundo dado pelas elites sulinas. E nós, do Rio Grande do Sul temos a formação de uma oligarquia latifundiária, e esses

2.3.2.2 A Propriedade familiar e os Assalariados

O sindicalismo rural possui uma base essencialmente heterogênea. Há dois campos de atuação no sindicato dos trabalhadores rurais: os pequenos agricultores autônomos (em seus diversos segmentos) e os assalariados rurais puros, ou seja, o ploretariado do campo. (GERMER apud STÉDILE, 2002:277). A base social do sindicato dos trabalhadores rurais se divide em dois setores: O primeiro é os pequenos produtores simples de mercadorias, ou seja, que possuem área inferior a 20 hectares, sendo proprietários dessas e dispo de equipamentos de tração animal. Situam-se, portanto, fora do campo da produção capitalista.

Convêm observar, entretanto, que há nas instâncias representativas dos trabalhadores rurais, muitas vezes proprietários que ultrapassam as dimensões de propriedade estabelecidas para essa categoria. Tratam-se de agricultores que evoluíram como proprietários, e que fizeram questão de manter o vínculo com o sindicato, embora não tenham influência política, conforme explica o delegado da FETAEP no Sudoeste e presidente do STR de Pato Branco, PR, Zoche³⁸:

São agricultores que começaram pequenos e foram subindo e chegaram a ponto de empregador. Eles simplesmente fazem parte do quadro associativo, mas eles não estão interferindo em decisões contra os trabalhadores, nada, eles apenas são meros associados, mas dando força para o Sindicato. Eles dizem assim: eu comecei pequeno, e se hoje eu estou grande,

valores, de certa forma, são os valores do imaginário desse mundo da estância, do latifúndio do século XVIII e XIX, que foram repostos no presente, do ponto de vista imaginário, como lugar de felicidade, lugar ideal. Inclusive uma série de ícones, uma série de nomenclaturas, típicas do mundo latifundiário – como o Patrão, o Capataz, o Peão, a Prenda, o Agregado, o Posteiro, que são partes constitutivas de uma instância latifundiária e foram resignificadas no mundo urbano por esse movimento cultural”.Entrevista concedida ao autor, e publicada no jornal *O Palmense*, Palmas, PR, Ano XI, n.326, p.3, 13-19.12.02.

³⁸ ZOCHE, Avelino. Entrevista cit.

alguma coisa veio do Sindicato. Então, estão colaborando. Eles não interferem em formação de diretoria, discussões coletivas de trabalho, ações trabalhistas, eles não vem aqui, não pressionam a gente. Nós defendemos o trabalhador. O empregador está consciente do que ele está fazendo, sendo sócio nesse sindicato ou sendo sócio naquele. Não tem influência nenhuma nas decisões que nós estamos tomando em defesa do empregado e da agricultura familiar. Muitas vezes até nos amparando, nos ajudando, dando louvor no trabalho que nós estamos fazendo, defendendo a classe do trabalhador.

O segundo caso é o da pequena burguesia agrária, formada , indicativamente pelos produtores capitalistas que possuem entre 20 e 50 hectares de área total. Sendo ambos setores formados por produtores de mercadorias, daí o interesse que têm em acompanhar as mudanças na política agrícola oficial. Trata-se, porém, de um radicalismo mais comedido, dentro do sistema e não fora dele, visto que esses trabalhadores se sentem integrados, como classe, à economia capitalista. Sua mobilização está, portanto, ligada especialmente à temas da política agrícola, dos mercados, tecnologia, assim por diante. (Germer apud Stédile, 2002:277-278).

Em termos de caracterização de classe não é clara a distinção entre as instâncias representativas dos trabalhadores rurais do Sudoeste do Paraná. Embora exista comum aproximação de pautas de reivindicações entre os pequenos produtores e os sem-terra, a aliança entre ambos setores não é implícita. No caso de Pato Branco, por exemplo, o presidente do STR local, Zoche, declara não participar de mobilizações em torno de ocupações.

Não estamos apoiando nenhum assentamento na Região. Temos assentamento em Clevelândia, em Chopinzinho, Sulina, e Mangueirinha. Nós não esta-

mos apoiando porque essa forma de se fazer reforma agrária está muito errada.³⁹

Por sua vez, a líder do MST no Sudoeste, Salete, aponta uma identificação forte entre ambas instâncias - MST e STR:

Os militantes são os próprios produtores, né? Inclusive, tem dirigentes e militantes que são assentados, moram em assentamentos e que desenvolvem atividades na Região e cuidam do mato, né?⁴⁰

Já o vice-presidente da ASSINEPAR, Ivo Polo, que representa o setor patronal, declara que, mais do que aproximação, no caso de Pato Branco, há uma relação de cooperação entre o SR e o STR:

O que nós brigamos é a mesma coisa, nós brigamos por preços, nós brigamos por condições de plantio, financiamento, nós brigamos pelas mesmas coisas. Até nós, aqui, se admira pela convivência que nós temos com o Sindicato dos Trabalhadores. Nós temos uma boa convivência. Não temos inimigos. E considerando o Sindicato dos Trabalhadores. Eles são proprietários também. (...) Nós fazemos aqui para os produtores o trabalho de declaração de renda, contratos, tudo gratuitamente. Então, tudo isso é um trabalho de parceria com esse pessoal. (...).⁴¹

2.3.2.3 Os Sem-Terra

Na década de 80, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, surge no sul do País como um novo ator, que no final do século XX tomará importantes espaços na luta pela reforma

³⁹ A ZOCHE, Entrevista cit.

⁴⁰ Salete, Entrevista cit.

⁴¹ I. POLO, Entrevista cit.

agrária de modo a constituir-se hoje o principal movimento social rural do País⁴². A visão de reforma agrária do MST, sintetizada na Carta da Terra, defende de que em primeiro lugar é preciso fazer uma reforma agrária é objetiva em sua reivindicação em sua exigência ao governo federal: pede a desapropriação e democratização da terra, “sobretudo eliminando os latifúndios improdutivos acima de 2 mil hectares”⁴³.

Ainda que por parte das próprias lideranças desse movimento, e de importantes entidades civis brasileiras, o MST seja considerado como a mais importante organização contemporânea de trabalhadores rurais, está longe de haver unanimidade sobre os princípios e táticas que norteiam as ações políticas desse movimento. Navarro, por exemplo, questiona a notoriedade política dessa organização, que considera conjuntural, e critica o “caráter revolucionário” do MST, embora defenda, ao mesmo tempo, as estratégias de ocupação de espaço político por esse exerce. Por outro lado, esse autor considera equivocada a restrição das bandeiras dessa organização ao âmbito nacional, menosprezando a elaboração de políticas concretas regionais (1997:88-90).

Independente das controvérsias sobre a postura e intervenção desse Movimento, é difícil não reconhecer a sua importância política na organização dos trabalhadores rurais, não apenas em sua estrutura em si, mas inclusive como impulsionador da mobilização no campo. Sobre esse aspecto, observa Stédile, líder nacional do MST: “O que antes era apenas o Movimento dos Sem-Terra, pela reforma agrária, e contestatório da política co governo, agora se multiplicou em outros movimentos sociais: os de pequenos agricultores; os das mulheres rurais; o de alguns setores do mo-

⁴² Há, entretanto, autores que questionam a estatura de Movimento do MST, qualificando-lhe em seu atual estágio como uma organização, ou até mesmo um Partido Agrário, ainda que sem representação direta. (MARTINS, 1997:62).

⁴³ STÉDILE, João Pedro. In: www.rebellion.org. Entrevista concedida ao Conselho Regional de Economia do RS, veiculado em 25.3.03 e capturado em 04.7.04.

vimento sindical como a Federação dos Trabalhadores do Pará, e outros sindicatos da Região Nordeste”⁴⁴.

2.3.3 Categorias de análise

Reconhecendo a larga diversidade de temas que o Problema Agrário se relaciona, optamos por basear esse estudo nas estruturas e as influências que determinam que esse tema se torne um problema democrático, particularmente a partir da realidade sudoestina paranaense. Nesse sentido, identificamos nove categorias temáticas para a apreciação do material coletado, que se desdobram em 25 tópicos específicos, respectivamente: *Estatísticas* - Concentração da Terra, Democratização da Terra, Outras; *Pronunciamentos* - Favoráveis aos Ruralistas, Favoráveis aos Assentados, Favoráveis aos Acampados; *Mobilizações*- Por Terra, Por Crédito, Por segurança pública; *Ocupações com conflito*- Com vítimas, Com danos patrimoniais Sem danos patrimoniais; *Ocupações sem conflito*- Com danos patrimoniais Sem danos patrimoniais; *Mediações* - Acordo parcial; Acordo total; Desacordo; *Decisões judiciais* - desapropriação, Reintegração, Busca, Apreensão ou Prisões; *Manifestações Pela Democratização Fundiária* - Lideranças Públicas Federais, Lideranças Públicas Estadual, Lideranças Públicas Municipais; *Manifestações Contra a Democratização Fundiária*- Lideranças Públicas Federais, Lideranças Públicas Estadual, Lideranças Públicas Municipais.

O objetivo dessa classificação parte de uma leitura flutuante do material coletado, seguindo alguns aspectos contextuais, que sistematizados nos seguintes critérios: *Contemplar a realidade local na diversidade de fatores e atores; Registrar a cobertura no aspecto amplo e restrito, possibilitando relações e Centralizar a Questão nas linhas definidas no recorte de estudo.*

Acima da consciência que se constrói nos movimentos sociais, a concentração fundiária, como causa fundamental da concentra-

⁴⁴ Terra de todos. (Entrevista) In: *Caros Amigos*. Ano IV, n. 39, Junho de 2000, p.31.

ção de renda e da exclusão social no País, permanece como foco principal a ser tratado. Todavia, o enfoque fragmentado da Mídia, exige estratégias diferenciadas de intervenção na disputa pela favorabilidade da opinião pública. As relações entre mídia e poder, enquanto fenômeno determinante no jogo político entre os atores locais será assunto específico próximo capítulo.

Capítulo 3

Mídia, democracia e agendamento

Ao enfocarmos as vozes dos atores inseridos na problemática agrária através da imprensa micro-regional, queremos destacar uma dimensão específica na construção das escolhas públicas no debate democrático contemporâneo, em que a mídia é instância e sujeito central. Analisando as transformações nas disputas eleitorais dos regimes democráticos, B. Manin vê uma crise de representatividade nas esferas tradicionais de poder a partir de fins do século XIX. Para esse autor, a liberdade de opinião pública é um fator preponderante na aproximação entre representantes e representados. Nessa relação, a *Democracia de público* substituiria a *Democracia de partido*¹. Em tal cenário, os regimes democráticos se reconfiguram e a comunicação assume um papel central.

A noção de que há uma influência externa de uma dimensão comunicativa nas construções sociais está presente no cerne do pensamento sociológico. Durkheim, caracterizando a o caráter coercitivo do *fato social*, observa que “As vias de comunicação determinam de maneira imperiosa o sentido em que se fazem as migrações interiores e as trocas, e mesmo até a intensidade de tais

¹ MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, ano 10, out, pp.5-34.

trocas e tais migrações, etc.” (Durkheim, 1990:10). Já para Castels, há um potencial na mídia de intermediar o acesso dos pretendentes políticos aos cidadãos, para a conquista do Estado, em um processo em que “(...) todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma” (1999:287-363). Essa perspectiva encontra coerência na *teoria concorrencial* ou *elitismo competitivo* de Schumpeter, que vê a democracia como fruto de preferências manipuladas (1975:42). Por essa percepção, a imprensa se constitui uma instância em que se estabelece uma luta simbólica entre grupos, a partir da qual se produz um certo *agendamento* social.

O recorte geográfico sobre a imprensa do sudoeste do Paraná se justifica pela forte predominância da Terra como questão política na formação histórica e sócio-econômica dessa micro-região. A especificidade da abordagem dessa proposição no âmbito micro-social reside ainda no contraste entre a sua relevância e sua carência teórico-empírica regional. Ainda que essa micro-região do Paraná se constitua em um eixo geográfico marcado por importantes conflitos territoriais e fundiários, é modesto o volume pesquisas sociais sobre esse tema nos municípios considerados², e mais escassos ainda os estudos que consideram a mídia em tal abordagem. Por outro lado, ao ingressar nesse século como temática indefinida no cenário político brasileiro, o problema agrário se mantém nas abordagens estruturais de superação da pobreza³.

² Para N. THOMÉ, essa falha da historiografia local tem a ver com a indefinição de fronteiras dessa região durante os anos que antecederam o *Acordo dos limites PR-SC* (1916). Ver: *Contestado: uma história mal contada*. (Entrevista, realizada e editada pelo autor, com Nilson Thomé). In: *Palmense*, Palmas, n.319, P.3, 25-31.10.2003. Para mais subsídios sobre os conflitos agrários no Sudoeste do Paraná, ver também (THOMÉ, 1992) e (WACHOWICZ, 1985). op.cit.

³ A Questão Social foi, a propósito, referida intensamente pelo presidente Lula, através do apelo ao combate à Fome, que é fortemente relacionada à agricultura. Tanto assim, que o coordenador político da Campanha de combate à Fome do Governo Federal, José Graziano Filho, tem forte identificação com a pesquisa agrícola e agrária.

Na presente pesquisa, contextualizamos essa problemática na mídia local, a partir da influência de segmentos diferenciados, que concorrem pelo predomínio de suas agendas.

Autores de diferentes tradições se voltam há décadas para focos mais estreitos nas análises das interações sociais. Um marco fundamental na pesquisa sobre os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa, são os estudos de Lazarsfeld sobre a determinação dos gostos populares, entre as décadas de 1940 e 1950. Suas pesquisas redirecionaram as abordagens lineares e totalitárias das primeiras tendências do paradigma funcionalista, ao situarem os líderes de opinião e as elites bem informadas no primeiro nível na estrutura da formação da opinião pública.

Entre os anos 50 e 60, Elías e Scotson já observam em seus estudos no interior da Inglaterra que, não só é possível se identificar na esfera micro os mesmos elementos, processos e comportamentos dos contextos mais amplos, como há vantagens consideráveis nesse recorte, considerando que

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. (ELIAS & SCOTSON, 2000:20).

Nessa esfera micro-política, temos em conta que fatores como a grande extensão territorial dos estados brasileiros e a tendência das empresas jornalísticas de grande porte de se estabelecerem nos centros urbanos tornam as zonas rurais áreas de limitada penetração para a grande imprensa. Muitas das lacunas de cobertura deixadas pelos veículos de comunicação de massa, em função

desse distanciamento, são contempladas pelo jornalismo micro-regional e local, que tende a ter identificações de natividade com as comunidades nas quais se inserem. Esse suposto potencial de interlocução do jornalismo micro-regional tende a lhe conceder um poder de *tematização* privilegiado em questões de profunda relevância social.

Em uma análise mais recente, Miguel (2000) nota que “os meios de comunicação são tanto o principal *canal de acesso* dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera política quanto o principal *instrumento* dos líderes políticos para a divulgação de sua mensagem, projetos, temas para a *agenda pública*” (grifos nossos). Nesse cenário, os meios de comunicação se afirmam como campo de interação política estratégica na definição da *agendas*⁴ sociais. Essa noção também tem respaldo na visão de Dahl, quando aquele preceitua que determinados temas, pautados por minorias, mobilizam parcelas da população. (apud MIGUEL,55:2000, op.cit.).

No Brasil, a história da pesquisa sobre mídia e política já reúne avanços substantivos. Sobre essa evolução, Azevedo e Rubim (1998), em uma análise que relaciona o desenvolvimento desses estudos às transformações democráticas vividas no País, destacam alguns marcos, particularmente a partir dos anos 70. No início daquela década, Cohn (1973) teria dado importante contribuição nas relações entre teoria, política e ideologia. A ampliação dos espaços para esses estudos ocorreria, conforme aqueles autores, com a democratização dos anos 80. Nessa fase, o surgimento da revista Comunicação & Política, fundada em março de 1983, teria facilitado o caminho para cruzamentos mais profundos nesse campo.

Contudo, são as eleições de 1989 o momento apontado como mais significativo no avanço das pesquisas em mídia e política. Naquele período, a participação pelo voto direto em uma elei-

⁴ AZEVEDO (2003.), explica que o conceito de agenda-setting se refere à noção de que a Mídia de massa é capaz de transferir para a audiência a relevância dada às notícias.

ção, após tantos anos de exceção, teria criado um clima favorável para tais pesquisas, que terão um novo apogeu em meados dos anos 90, com a era pós ipeachment. A teoria da agenda setting, proposta nos anos 70 pelos pesquisadores norte-americanos McCombs e Shaw (1972) - sobre a qual baseamos a orientação teórico-metodológica da presente pesquisa - se insere nessa trajetória dos estudos de comunicação e política.

O modelo agenda setting, ou hipótese de agendamento, considera um potencial estruturador e organizador de imagens contingentes e permanentes pela mídia. O trabalho pioneiro desenvolvido por McCombs e Shaw com uso desse modelo enfocou as eleições presidenciais norte-americanas de 1968, em Chapell Hill, Carolina do Norte. Azevedo e Rubin (op.cit) destacam um estudo relativamente recente de McCombs (1996) em que esse relaciona algumas pesquisas relevantes na trajetória do modelo da *agenda-setting*. Figuram, entre elas, o trabalho de Funkhouser (1973), que analisou a cobertura de notícias das revistas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News & World Report* e de Iyengar e Kinder (1987) - cujo resultado gerou a obra *News that matters: Television and American Opinion*, de grande prestígio na literatura especializada. Examinaremos melhor a seguir os princípios e a metodologia proposta pelo modelo agenda setting.

3.1 Matriz teórico-metodológica: agendamento

Estudos contemporâneos sobre mídia e política convergem na percepção sobre a existência de um enorme poder dos meios de comunicação de influenciar na determinação dos assuntos públicos. Essa relação se daria a partir de diferentes vieses: pela seletividade dos meios ou das escolhas das audiências (agenda-setting); pela apresentação e conseqüente orientação da percepção pública (enquadramento); pelo constrangimento imposto pelas maiorias (espiral do silêncio), ou mesmo, pela influência da subjetividade

construída nos ambientes de produção das notícias (newsmaking). A suposta faculdade de influência da Mídia sobre as decisões individuais explicita uma dimensão ativa no jogo democrático, em que a formação da opinião é elemento estratégico na concorrência dos atores políticos.

Na pesquisa atual sobre mídia e política, a trajetória dos estudos sobre *agenda-setting* - ou hipótese de agendamento - gerou nas últimas décadas uma diversificada e rica produção empírica, centrada nas relações entre meios de comunicação de massa e opinião pública. A idéia que norteia a noção de *agenda-setting*, sob qual nos apoiamos, tem como premissa a idéia de que os assuntos públicos são criados por atores que elevam determinadas Questões à condição de problemas sociais. Em termos metodológicos, a *Agenda Setting* "É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá"(Barros Filho, 1995:169). O seu princípio base é o de que os meios de comunicação definem os seus temas e sobre eles constroem atributos, estabelecendo entre os mesmos e a percepção pública uma relação causal. Esse Modelo supõe uma capacidade de a Mídia influenciar, a médio e longo prazo, na formação da opinião.

Porém, como nota Barros Filho, essa possibilidade não é absoluta, visto que as pessoas possuem também as suas agendas intra e interpessoais, que surgem e se desenvolvem independente da imprensa, e estas são muito mais presentes e disseminadas nas relações cotidianas do que os temas mediatizados. (op.cit:170). Colling⁵, por sua vez, sistematiza três caminhos para a análise dos estudos sobre o agendamento: as pesquisas sobre o estabelecimento da *agenda do público*; o estabelecimento da *agenda política*, conhecida como *policy agenda-setting*, e a construção da agenda, a chamada *agenda building*.

A primeira linha trata dos meios de comunicação sobre as percepções da opinião pública; A segunda linha estuda o condiciona-

⁵COLLING, Leandro. *Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados* In: Revista FAMECOS, PUCRS, Porto Alegre, n° 14, p.7, abril 2001.

mento das percepções dos representantes políticos, e a última, finalmente, da construção da agenda, se ocupando de *como* e *quem* determina as agendas, quem tem o poder de controlar a agenda e como isso é realizado. Considerando que é a mídia impressa o suporte central no nosso foco, nos interessa como referência essa última abordagem. A agenda da mídia é parte, e ao mesmo tempo, uma instância concreta na pesquisa em comunicação, que integra o modelo chamado agenda setting. O problema agrário que, como já vimos no capítulo anterior, está na raiz histórica de inúmeros conflitos políticos e se identifica como uma das causas principais da sensível estratificação social brasileira, é um desses assuntos pautados com proximidade pelos jornais impressos do interior.

3.1.1 A agenda micro-regional

As pesquisas realizadas no Brasil sobre Mídia e Política, especificamente em torno da Questão Agrária, apontam contrastes e tensionamentos nas representações discursivas veiculadas nos jornais impressos. Em *A Questão Agrária na Grande Imprensa*, Netília dos Anjos recorre às marcas lingüísticas-discursivas identificadas no interior dos discursos jornalísticos dos jornais Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Globo e Jornal do Brasil, e ainda das revistas Veja e Isto É, para apontar “vozes” e opiniões sobre os envolvidos na questão agrária. Nota essa autora que:

há diferenças na forma como proprietários e trabalhadores são referidos na imprensa. Os primeiros são, muitas vezes, apenas grandes posseiros, mas **essa situação não costuma ser questionada nos textos informativos**, onde são denominados como proprietários, fazendeiros, donos ou pecuaristas (...).

Quanto aos trabalhadores, são referidos mais fre-

qüentemente como trabalhadores sem-terra ou simplesmente sem-terra (...) ⁶ [Grifo nosso].

Há, por outro lado, não somente da parte das elites locais uma preocupação na representação para a Mídia. Os Movimentos Sociais rurais também já despertaram há alguns anos para a necessidade da articulação de estratégias definidas na orientação de sua imagem. De acordo com Rothman,

(...) o MST, como outros movimentos de protesto, tem conseguido conquistas importantes (...) criando fatos políticos, os quais são divulgados pelos meios de comunicação de massa; e que a ampla divulgação das ocupações recentes e a maior atenção dada a esses eventos pelo Governo Fernando Henrique indicam uma conquista muito importante: a inclusão da luta pela terra na pauta política do Governo. ⁷

Essas formas de abordagem da grande imprensa brasileira sobre os atores sociais no problema agrário tem a sua tradução micro-regional. Porém, nesse plano há fatores específicos a considerar. No caso do Sudoeste do Paraná, porção territorial caracterizada por grandes vazios rurais, a imprensa falada local – particularmente o rádio - encontra um maior poder de penetração do que a imprensa escrita local, embora ambas formas de comunicação se insiram em uma rede de interesses de grupos políticos. Nesse caso, freqüentemente a cobertura jornalística assume um tom oficial, graças à uma forte lealdade às fontes, que se disfarça no *espírito público* ⁸.

⁶ ANJOS, Netília dos. *A Questão Agrária na Grande Imprensa*. Dissertação de Mestrado, 1997. Ufpe.

⁷ ROTHMAN, F. Daniel. O Movimento dos Sem Terra e as ocupações: Agravamento ou Resolução do problema. In: *Revista da Economia Rural*. Viçosa, UFV, abril/junho 1995.

⁸ CHAMPAGNE observa que o *Espírito Público* substituiu, no século XIX, a noção de Opinião Pública. Desde então, o poder estabelecido representa as expectativas médias de uma opinião pública ideal correspondente ao que os cidadãos devem pensar com relação à Política. (1998:54).

Outro esforço pela compreensão da dinâmica da abordagem agrária na imprensa é a pesquisa *Campos de confronto: Jornalismo e movimentos Sociais - As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*, de Christa Liselote Berger Kuschick. Essa autora interpreta as Inter-relações destas instâncias de produção de sentidos e, assim, os modos de dizer o MST no jornal gaúcho Zero Hora (ZH), a partir da noção de *Campo* de Bordieu. Nessa perspectiva, observa Kuschick, “O território de um campo se constitui a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que *seus componentes têm um interesses irredutível e lutam por ele*”. [grifo nosso].

Assim, haveria, interdependências dentro de um mesmo campo, nas quais diferentes setores disputam a hegemonia. Logo, aquela autora percebe que “(...) Num e noutro [setor] a luta entre os componentes é pela palavra. Elevada a capital capaz de propiciar lucro material ou simbólico, é disputada pelos militantes no MST e pelos jornalistas na redação de ZH. (...)”. (KUSCHICK, 1998:17-58). Em tal cenário, o jornalismo deteria o capital simbólico privilegiado na construção do discurso político. Mesmo considerando essa prerrogativa de mediação da Mídia na imprensa escrita, é preciso que se observe na pequena imprensa relações de interdependência, em que atuam diferentes setores, que visam articular uma negociação discursiva preponderante na *agenda da mídia*, onde esta também participa como ator ativo. Sobre esse aspecto, estabelecem-se compromissos implícitos entre fontes e repórteres, onde os segundos se vêem limitado por parâmetros e contingências determinadas pelos primeiros, como destaca Cavaleiro:

Para os media locais há outras dificuldades em controlar o poder político. Quem é que fornece ao jornalista informações sobre irregularidades dos políticos? Na maioria das vezes são outros políticos. Num meio pequeno chega a haver um autêntico trabalho de malabarista, com o jornalista à procura de

delicados equilíbrios em que seja possível não hostilizar as fontes – sob pena destas ‘secarem’ – sem deixar de noticiar os fatos⁹.

Em uma abordagem mais temporalmente abrangente, na pesquisa *O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação*, Lucília Maria de Souza Romão estudou como a imprensa criminaliza os movimentos sociais através de seu enquadramento discursivo. Para isso, essa autora realiza uma comparação entre a abordagem jornalística sobre o acampamento do MST Dom Helder Câmara, em Matão, SP, com relação a outros movimentos políticos de diferentes momentos históricos, como Canudos, Contestado e Quilombos. Assim, Lucília Maria observa que “(...) em todos os casos, o funcionamento discursivo procurava satanizar e criminalizar (...) indica uma formação discursiva capaz de imprimir um movimento de sentido sempre afinado”¹⁰.

É fácil entender essa tendência de enquadramento se atentarmos para a urgência da atualidade e do inusitado, como característica da dinâmica jornalística, onde o enfoque noticioso é atraído pelos conflitos fundiários, geralmente traduzidos por ações ‘desordeiras’.¹¹ Ainda fuja ao nosso propósito analisar a abordagem

⁹ CAVALHEIRO, José Ricardo. Os media e os poderes locais. In: «www.ubi.pt, artigos, Novembro de 1996, Universidade Beira Interior, Portugal, Capturado em 22.2.2003».

¹⁰ Ver: *A pena que vence a espada*. In: PESQUISA FAPESP. SP, fev/2003, n.84. Pp.87-89.

¹¹ Faz sentido essa identificação de traços criminalizantes na cobertura jornalística sobre o MST se considerarmos que, na década de 90, durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, foi suntuosa a frequência de conflitos fundiários, onde a Grande imprensa simplificou o problema agrário enfatizando o MST como movimento desordeiro. Mas no primeiro ano do Governo Lula esse quadro não melhorou, pelo contrário. Conforme Gonçalves, em 2003 houve um aumento da violência privada de 69,8% nos assassinatos e de 151,4% no de famílias expulsas, ao mesmo tempo em que aumentou a ação do Poder Judiciário, sobretudo por meio do Poder Judiciário dos Estados, com um aumento no número de presos de +140,5% e no de famílias despejadas de + 263,2% - enquanto o número de conflitos aumentou somente 82,7%. Ver:

agrária nessa perspectiva específica, a valorização contextual esta presente em nossa perspectiva teórica.

Justamente a fim de evitar o excesso de objetividade, traduzido no que MILLS¹² qualifica como *empirismo abstrato*, tratamos a seguir de alguns elementos sócio-culturais, que compõe a construção da Agenda da Mídia em uma perspectiva contextualizante.

3.1.2 Agenda e Contexto

Conforme Wolf (op.cit), uma característica marcante na pesquisa administrativa norte-americana é a de que esta não penetra na objetivação dos fatos, nem na estrutura e nas implicações do seu fundamento histórico. Pelo contrário, “provoca a fragmentação do todo social”. Essa crítica tem a ver com a divisão dos campos de análise, que é característica da tradição funcionalista na pesquisa em comunicação naquele País. Originalmente, esta tradição determinou a divisão do processo comunicativo em elementos específicos – emissor, mensagem e receptor – o que permitiu a especialização dos da pesquisa sobre Comunicação, embora descontextualizaria a análise da conjuntura social.

O mesmo texto escrito tem diferentes significados para quem dele se apropria. Há códigos, convenções e capacidades que determinam uma história social e cultural da leitura. Assim, ocorrem vários crivos ou filtros entre a produção e a recepção: o autor, o editor, o revisor e outros participantes do processo de decisão editorial. A agenda da mídia, nessa perspectiva, tem que ser analisada a partir de um universo mais abrangente, que foge dos limi-

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. Departamento de Geografia -Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO/ UFF. In: *Conflitos no Campo Brasil - 2003*, Comissão Pastoral da Terra –CPT, Goiânia, abril de 2004 e ‘Mídia, mentira e ditadura’. In: *Caros Amigos*, Junho/2000.

¹² Para MILLS, a Hhitoria, *medula do estudo social*, é encarada por esse autor como com campo que exige profunda intimidade com a sociologia. (1980:160-165)

tes internos do processo de produção da notícia, estendendo-se a um plano social em que está contextualizado os protagonistas dos fatos.

Duas disposições influentes na *construção de sentido*¹³ são identificadas por R. Chartier: aquelas que provém das estratégias de escrita e das intenções do autor, e as que resultam de uma decisão do editor ou exigências dos processos de produção do suporte (op.cit:182). Essa dimensão externa do texto, decorrente dos processos produtivos em que se insere a natureza de sua veiculação, encontra respaldo na preocupação de diversos autores. O que existe de mais singular na abordagem de Chartier, entretanto, com relação aos autores que pesquisaram os efeitos sociais da mídia nas primeiras décadas do século XX, é a ênfase simultânea nas disposições de sentido (variações de significado atribuídas pelos leitores) e nas disposições de leitura (variações de ênfases decorrentes das estratégias de escrita, edição e suporte).

Ao aliar variedades culturais do leitor com aspectos relacionados ao suporte texto, a perspectiva de R. Chartier enriquece o foco de análise sobre o universo pesquisado. Na esfera micro-política, em particular, há elementos culturais presentes na formação de cada comunidade, que exigem do veículo de comunicação ao público local a que se dirige a contemplação desses valores. No caso da imprensa micro-regional, a estreita relação que se estabelece entre fonte e jornalistas, constrói um nível mais exigente na abordagem editorial, no sentido de desenvolver ênfases que despertem o interesse do leitor nativo¹⁴.

¹³ Sob uma perspectiva histórico-social, R. Chartier atribui ao texto a possibilidade de construir sentido para os seus leitores. Essa leitura avança sobre o déficit analítico identificado na Teoria informacional (Shannon & Weaver), desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, que propõe uma análise sequencial e fragmentada da comunicação. Ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n.11, p.173-191, abr.1991.

¹⁴ A esse respeito, em monografia desenvolvida em um município urbano do RS, durante o ano de 2000, apurei características particulares da imprensa local, como o de conceder à organizações civis um poder de legitimação e autonomia. BOTELHO, R.M. *A delegacia invisível*. 52.^a SBPC, Brasília, DF.

Convém salientar a tendência das pesquisas sobre a Questão Agrária na imprensa brasileira, analisadas anteriormente, de adotar como suporte de estudo os grandes veículos de comunicação de massa. Reconhecendo a relevância dessa temática na conjugação das forças políticas locais, nos propomos, em uma direção diferente, a interpretar essa problemática enquanto *assunto público*, pautado por grupos de interesses locais, onde a *agenda da mídia* é o foco central. A nossa hipótese principal, de que a imprensa micro-regional é determinante nas relações de poder de sua órbita, se baseia na noção de que essa instância desempenha o papel de interlocução dos grupos de interesse locais, que interagem e disputam relevo na sociedade.

Nesse norte de estudo, estabelecemos três objetivos principais, a citar: - Identificar os atores determinantes e ocultos na abordagem da Questão Agrária da imprensa sudoestina paranaense; - Descrever a dinâmica de construção dessa temática, enquanto assunto público na imprensa micro-regional; - Analisar as relações entre Imprensa e Política, inseridas no debate contemporâneo sobre Mídia e Democracia, que são relações altamente pertinentes na Ciência Política contemporânea. Para cumprir tal meta, julgamos necessário orientar o levantamento sistemático de dados por uma tipologia analítica que apreenda a subjetividade pertinente nos elementos operacionalizados.

3.1.3 A análise qualitativa

Como uma técnica clássica para analisar o material textual, a análise de conteúdo tem como um de seus aspectos essenciais a categoria. Conforme Maryng, nessa abordagem “a primeira etapa consiste em definir o material, selecionar as entrevistas ou aquelas partes que sejam relevantes na solução da questão de pesquisa” (apud FLICK 2004:201-202). Municados do recorte de estudo construído a partir o trabalho de campo, à luz do referencial bibliográfico examinado, visamos problematizar a abordagem da

Questão Agrária pela imprensa do sudoeste do Paraná, através do material jornalístico examinado.

A consulta de dados e acervos das edições dos quatro jornais aqui estudados, abrangidas pelo período circunscrito da pesquisa, buscou situar historicamente o problema, possibilitando o dimensionamento do roteiro da pesquisa com vistas à identificação dos agentes operantes no cenário político delimitado pelo tema. A fim de proporcionar a apreensão das categorias¹⁵ dos jornais analisados, realizamos também entrevistas semi-estruturadas com os editores dos respectivos veículos.

A análise de conteúdo do material apurado permite a sistematização para a interpretação das seleções e enquadramentos que os jornalistas adotam na abordagem desse tema. Nessa etapa do trabalho, o procedimento metodológico envolve três técnicas: a abreviação da análise de conteúdo; a análise explicativa de conteúdo e a análise estruturadora de conteúdo. Optamos, nesse estudo, pela análise explicativa do contexto amplo. A característica principal dessa abordagem metodológica é a busca de explicações externas ao conteúdo, onde a explanação “é reavaliada, aplicando-a ao contexto direto no qual o conceito foi utilizado”. (FLICK, op.cit:203). Entendendo o recorte teórico-empírico apenas como indicativo, nos empenhamos em canalizar a eficácia dos procedimentos metodológicos à superação das problematizações em uma perspectiva reveladora, como sintetiza ADORNO¹⁶:

Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da ‘verdade’, a investigação envereda pôr labirintos imprevisíveis, acabando em terrenos desconhecidos, movediços e, até, os quais, todavia, iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido àquilo que

¹⁵ Para FLICK, as categorias são trazidas para o material empírico e não necessariamente desenvolvidas a partir deste, embora sejam, repetidas vezes, avaliadas contrastivamente a esse material e, se necessário, modificadas» (2004:201-202).

¹⁶ ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus participantes – Itinerário de uma pesquisa. In: *Tempo Social*. Ver. Sociol. USP, SP (3-1-2): 7-40, 1991.

figuram à primeira vista como marginal, secundário, irrelevante.

Nesse intento, entendemos que a análise qualitativa de conteúdo é um instrumento eficaz, na medida em que permite combinar aspectos objetivos da abordagem da imprensa com uma análise que ressalte “as significações que estão contidas nos atos e práticas” (SANTAELLA, 2002:145). Em vista disso, nossa análise do problema agrário a partir do modelo agenda setting, enfatiza uma abordagem micro-regional circunscrita à agenda da mídia, que privilegia a imprensa como um ator político estratégico, inserido socialmente em relações de poder locais, nas quais é mediador e concorrente.

Capítulo 4

A pauta agrária no sudoeste do PR

A nova configuração de Poder no País, a partir de 2003 se caracteriza por mudanças de orientação no setor fundiário. No Paraná, quando o ex-senador Roberto Requião (PMDB) assume o executivo, em janeiro daquele ano, declara a disposição de melhorar o nível das relações com os movimentos sociais rurais.¹ O apoio de Requião à Lula, consolidado na aliança regional com o PT no segundo turno das eleições, garantiu ao MST um espaço privilegiado no executivo estadual, mas, igualmente, causou descontentamentos no setor ruralista, que já manifestava insatisfação com a política do governo federal nas questões agrárias. A orientação do governo do Paraná naquele ano traduz, em nível regional, o enfoque *social* que envolvia o discurso de Lula, particularmente nos

¹ O seu antecessor, Jaime Lerner (PFL), realizara um gestão tensa no âmbito fundiário, com recorde de conflitos e abusos policiais. Relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra sobre aquele ano registra que: “O governo Jaime Lerner foi responsável por uma onda de violência que deixou 16 trabalhadores assassinados, 31 vítimas de atentados, 47 ameaçados de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridos, 488 presos, em 134 ações de despejo”. In: Conflitos da Terra Brasil / 2003 - Relatório sobre os crimes do Latifúndios, Documentos - CPT, agosto de 2003.

primeiros meses de sua gestão, e se reflete em algumas medidas inusitadas no início do mandato.²

No âmbito nacional, a chegada de um ex-operário à chefia do Executivo tem um profundo sentido político. O *Carisma*³ de Lula, como *homem do Povo* que sai de baixo e atinge as altas estruturas de poder, é fator de ampla ressonância pública. Esse elemento, exaustivamente manipulado durante a Campanha eleitoral que o elegeu, constitui, por si só, farto material de análise nas relações entre mídia e política. Ainda que Weber situe o conceito de carisma na análise do processo de dominação, Geertz chama a atenção para o esvaziamento que se verifica hoje em seu conteúdo político, o qual é substituído por uma conotação de celebridade e *glamour* (GEERTZ, 1999:24). Por outro lado, o êxito da ‘Vitória da Esperança’, como propagou a agenda da Frente Popular, impôs ao PT a necessária superação do estigma de incapacidade, que recaí fortemente sobre o operário, nordestino e de baixa instrução. O acerto dessa estratégia pôde ser verificado nos votos de cerca de 50 milhões de eleitores em Lula nas eleições de outubro de 2002.

Mas a expressão eleitoral de Lula não se traduziria necessariamente em poder político. A garantia da governabilidade demandaria ainda uma complexa articulação de forças na Câmara Federal, onde interesses antagônicos deveriam ser contemplados. A composição dos Ministérios do novo Governo seria a principal moeda política na consolidação desse apoio. É fato, por outro

² Em fins de janeiro, o Governo remove as grades que cercam o Palácio do Iguçu, instaladas pelo seu antecessor em 2000, durante um acampamento do MST na praça próxima. Já em fevereiro, Requião anuncia a intenção de realizar um Projeto para inserir Policiais Militares em acampamentos, visando uma interação.

Ver: *Governo discute com a sociedade a retirada de grades do Palácio do Iguçu e Requião quer aproximar PM e Assentados.*, 29.02.03. Arquivo de notícias. <www.agenciadenoticias.gov.pr>. Capturado em 24.9.05.

³ Qualidade considerada especial para M. Weber, através da qual “se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos extra cotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus como exemplar e, portanto, como ‘líder’”. (WEBER, 1998:159).

lado, que a expectativa popular positiva era favoreceu essa arrancada, ainda que o Governo Lula não disponibilizasse de muito tempo para explicitar seus rumos. No campo, como na cidade, predominava em setores empresariais brasileiros uma tensa expectativa sobre o risco do retorno da instabilidade econômica em um suposto governo de esquerda.

4.1 A agenda da mídia e o campo

A pauta problema agrário na imprensa nacional durante 2003 traduziu a dialética conflito-mediação, que foi uma marca permanente na gestão do Governo Lula. Na imprensa regional do Paraná não houve grandes distanciamentos dessa orientação editorial, o que é compreensível se considerarmos que, ao se pautar pela agenda dos grandes centros de decisão e valer-se de semelhantes agências de notícias como fontes, a imprensa regional homogeneiza o discurso político em seus aspectos mais salientes.

Em linhas gerais, a relação entre mídia e política no Brasil, no que se refere ao problema agrário, traduz a concentração de poder, histórica na construção democrática brasileira, e que se expressa claramente no conflito entre *Terra e o Texto*⁴. No início de 1991, em palestra realizada no II Distrito allá Terra, em Macerata, Itália, o professor José Gomes da Silva já fazia notar a forte relação entre o poder da imprensa e poder agrário no Brasil:

Além da nítida tendência conservadora dos principais canais de TV, é preciso aclarar que os proprietários das duas principais redes de televisão são também donos de terras. Na questão da reforma Agrária (RA), os dois maiores jornais do País, publicados em São Paulo, são declaradamente contrários ao processo, enquanto no vasto interior estão quase todos

⁴ Expressão utilizada por C. Berger (1998) em seu estudo sobre a cobertura do MST no jornal Zero. Op.cit.

ligados a grupos econômicos locais, com fortes interesses fundiários. No tocante aos grandes semanários, a mesma situação se repete, sendo que a única revista de circulação nacional que mostrava alguma simpatia pela Esquerda acaba de mudar a sua posição por força de alteração do grupo empresarial que a controla. (In: STÉDILE, 2002:169).

No caso da mídia local e micro-regional, seja pelas pressões mais próximas das instâncias de poder, seja por princípios bairristas - que não raro orientam a cobertura local, ou até mesmo, em função da facilitação do *fontismo*⁵ que compromete a isenção, há uma lógica que, não apenas deixa de seguir a pauta nacional, como cria um discurso autônomo, ainda que às freqüentemente descontextualizado histórica e politicamente.

De forma permanente, a dependência de veiculação publicitária oficial estabelece parcerias entre os pequenos jornais e o poder público local que, em geral, ultrapassam a mera diplomacia, comprometendo a independência editorial. Não é diferente na relação desses jornais com as entidades sindicais patronais, que dispõe de estruturas jornalísticas consolidadas, diferentemente da maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais do interior⁶. Quanto aos movimentos sociais emergentes, os quais, não só não possuem os meios mínimos de manutenção de uma política de comunicação com a Imprensa, como nem sempre encontram receptividade política nesses meios⁷.

⁵ Relação viciosa que se estabelece entre repórter e fonte, na qual a informação é considerada como um favor, digno de gratidão.

⁶ O Editor do *Jornal de Beltrão* confirma essa estrutura privilegiada de assessoria de Comunicação, quando destaca, em termos de fonte de informação, o Sindicato Rural e a FAEP – ambas representações patronais - são as suas melhores fontes sindicais na área agrária. Entrevista concedida ao autor na redação do *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, PR, em 24.5.05.

⁷ Em início de 2002 o autor propôs ao *Jornal O Palmense* – onde trabalhava como *free-lance* em Palmas, PR – o nome do sindicalista Edson Arantes Nascimento, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmas

Por outro lado, a instrumentalização das estruturas do governo em prol de barganhas simbólicas que é prática característica nas relações políticas dos municípios do interior, impõe a valorização de vínculos entre os diferentes níveis. Tais identificações ocorrem, tanto na forma ações episódicas, durante os períodos eleitorais, como através de interlocutores permanentes, que se encarregam de representar e difundir em nível local, como verdadeiras *máquinas políticas*⁸, os interesses de lideranças estaduais e federais. Desse modo, a análise da abordagem agrária nos jornais do sudoeste do Paraná passa, necessariamente, pela interpretação de como esses veículos de comunicação se inserem no espectro político municipal e, assim, participam da construção do discurso sobre o problema fundiário durante os Governos Lula-Requião.

4.2 A imprensa do interior e o problema agrário

Da mesma forma que os jornais de bairro cumprem nas grandes cidades um papel *integrador*⁹, no interior os jornais locais ocupam os espaços mais estreitos entre os atores políticos locais e seus públicos, demandas que a grande imprensa atende de forma desqualificada, insuficiente, ou até mesmo, não atende¹⁰. Ainda

e Coronel Domingos Soares, para ocupar a página de Entrevista. Alegando, incompatibilidade, o nome de Nascimento foi prontamente rechaçado pela direção do Jornal, que também nunca admitiu dar voz a essa liderança. Por outro lado, membros da Administração Municipal, deputados governistas e empresários, não só estiveram na pauta frequentemente, como sempre foram, inclusive, destaque de Capa no periódico.

⁸ E. Diniz interpretou a dinâmica das *Máquinas Políticas*, estruturas eleitorais pragmáticas, que transcendem a abrangência dos Partidos e criam identificações sociais através do clientelismo, da patronagem e de promessas de melhorias locais.

⁹ PROENÇA, José Luiz. 1984, Op.cit.

¹⁰ Em uma sintética distinção, PROENÇA, observa que, enquanto a imprensa comunitária se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico da comunidade, ou seja: produzido pela e para a comunidade, e os Jornais

que seja promissor o mercado de leitores na imprensa nativa do interior, há fatores de ordem política, econômica e cultural que se combinam para obstacularizar a consolidação de um jornalismo independente nos municípios rurais, ou afastados dos centros urbanos. Nessas cidades menores, não raro, na própria criação de um jornal já existe investido um projeto político, o que compromete um jornalismo independente.

Todavia, contingências da modernidade impõe a adaptação dos meios de comunicação locais à públicos mais criteriosos, sob pena da perda de mercados importantes. As elites locais, que integram o empresariado nas pequenas cidades, exigem algum nível de qualidade para a veiculação publicitária de seus produtos e serviços. Por outro lado, a difusão de jornais em versão eletrônica na internet amplia as possibilidades de opção de quem reside no interior, qualificando gostos e pluralizando opiniões. Além do mais, a descentralização das instituições de ensino superior, que se difundem pelas mais distantes regiões, também contribuem para o aprimoramento das audiências locais, diversificando as demandas editoriais. Cavalheiro observa a necessidade da contemplação desse que é

um sector crescente da opinião pública que encara mal os media que não questionam o poder. Há quem critique um jornal por este "não dizer mal" de uma Câmara Municipal. Por isso, talvez os media venham a ser obrigados a ser mais agressivos para melhorar comercialmente. Ou então, a optar pelo sensacionalismo em outras áreas, tornando-se media de informação espetáculo. Nada impede, de resto, que as duas estratégias coexistam.¹¹

de bairro dirigem o seu foco de atenção como um concorrente da grande imprensa, os jornais do interior atuam, na maioria dos casos, como um substituto da grande imprensa, com circulação diária. Idem, pp. 24 e 25.

¹¹ CAVALHEIRO, José Ricardo. *Os media e os poderes locais*, Novembro de 1996, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade Beira

Independente disso, a força do poder político sobre a imprensa interiorana, ainda que tolere a qualificação da forma e da diversificação de conteúdos, exerce pressões de todo tipo no sentido de inibir a transparência sobre atos que não dizem respeito aos seus interesses¹². No tocante ao público especificamente rural dos municípios interioranos, há fatores geográficos e econômicos que comprometem o acesso à imprensa escrita. No caso dos jornais locais do sudoeste do Paraná, a distribuição é um dos maiores limitadores nesse aspecto. Para minimizar os seus custos, os grandes jornais realizam contratos com as empresas de ônibus para a realização de entregas em suas rotas. Entretanto, sendo os horários irregulares e sujeito a todo tipo de contingências na estrada, é comum as publicações chegarem até com um dia de atraso, ou às vezes as empresas de comunicação restringirem a sua distribuição à municípios-pólos¹³.

Dessa forma, o rádio se torna às vezes o único de produção jornalística diária. Entretanto, tendo em vista fatores como as estruturas precárias de produção das rádios locais e os custos altos

Interior, Portugal. « <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf>». Capturado em 23.9.05.

¹² O incêndio criminoso provocado na madrugada de 08 de setembro de 2005 contra o *Diário de Marília*, no interior de SP, cuja motivação tem sido fortemente associada à contrariedade de interesses políticos do prefeito, Abelardo Camarinha, ajuda a ilustrar até onde pode ir as inquietações com a mobilidade da Mídia local. Ver: *Tudo como no melhor dos mundos; Jornal acusa ex-prefeito e Acusado preso é ex-assessor de Camarinha*. Observatório da Imprensa. Ano 004, n. 016, 13/9/2005. «<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=346IMQ004>». Capturado em 23.9.05.

Não verificamos, todavia, motivo para esse nível de inquietude no tratamento jornalístico das pautas dos jornais analisados.

¹³ Em meados de 2004, por exemplo, o autor solicitou a assinatura da Folha de São Paulo, que chega em Palmas, PR, sempre no final da tarde ou no dia seguinte. Conforme informação do departamento de assinatura, só havia dois assinantes da Folha na Cidade. Além disso, a “entrega”, seria feita na rodoviária, onde o assinante ir buscar o seu exemplar em horário determinado. A entrega domiciliar regular só era realizada em Pato Branco, onde fica a distribuidora.

e permanentes de veiculação diária, poucos desses veículos realizam assinaturas de agências ou possuem equipes de reportagens. Exemplo disso é a rádio Colméia Am, de União da Vitória, e a Rádio Clube Am, de Palmas, cujas sedes, localizadas respectivamente no sul e sudoeste do Paraná (e que cobrem cidades contempladas na pesquisa), foram visitadas pelo autor. A primeira é uma tradicional e abrangente rede que se estende por vários municípios, incluindo Francisco Beltrão; A segunda é um grupo também tradicional, mantida pelo CPEA, ordem Católica diocesana. Em ambas empresas, a sala de produção se resume a um espaço de dois ou três metros quadrados, onde o repórter apura e redige informações tendo como fontes centrais a internet e os jornais impressos diários, em um processo sistemático de *requentamento* (no jargão jornalístico, reprodução de fatos já publicados). Não raras vezes, o repórter é também *âncora* (apresentador) do jornalismo local produzido. Acumula, assim, a apresentação de dois ou mais programas, o que o torna, com o tempo, uma espécie de celebridade no horário que atua.

No caso da televisão, a realidade não é menos precária. Com altos custos de veiculação, a cobertura em geral se limita a poucas cidades que circunscvem o seu município-sede, ainda que a sua abrangência se estenda muito além disso¹⁴. Finalmente, uma característica genericamente presente na imprensa interiorana é a precariedade da mão de obra. Salvo raras exceções, não há jornalista diplomado nos pequenos jornais, o que é fator desqualificante desses meios, na medida em que a admissão dos profissionais nesses órgãos passa a se dar a partir de critérios de ordem política e

¹⁴ Ilustram essa realidade os casos da TV Tarobá - reprodutora da Bandeirantes com sede em Londrina; a TV Sudoeste - do Grupo Celinauta, com sede em Pato Branco - e a TV Foz, com sede em Foz do Iguaçu. Todas essas três empresas têm abrangência em vários de municípios do Sudoeste do Paraná, mas concentram a sua programação fundamentalmente na cidade-sede em que se localizam. A veiculação de programas fora desse eixo, em geral se faz a partir de acordos publicitários, como foi o caso da celebração dos 100 anos do bispo Dom Carlos, realizado em 2002 em Palmas.

familiar, e não mais técnica.¹⁵ Também raramente se verifica nos semanários estrutura de impressão autônoma, tornando-se dependente de gráficas de jornais maiores. Caracterizamos a seguir os jornais que são suporte de estudo nessa pesquisa.¹⁶

4.2.1 *Diário do Povo (DP)*

A Editora Diário do Povo tem sede em Pato Branco e mantém atualmente os jornais Diário do Povo, Diário de Guarapuava e Correio do Iguaçu. Fundada em 19 de março de 1986, inicialmente, a empresa possuía apenas a Gazeta do Sudoeste, com formato *Standard* e tiragem semanal. A partir de 1997, com a direção dos novos proprietários, ocorre a mudança editorial dessa publicação e a troca de nome para *Diário do Povo*. Em 1998, o jornal adquire o Diário de Guarapuava e três anos depois, em 2001, adquire a sua sede própria, com aproximadamente 1500 metros quadrado e mais 100 funcionários, dentre os quais, três jornalistas diplomados. Ainda naquele ano, o Grupo adquire o jornal Correio Vizinense, de Dois Vizinhos, cujo nome é mudado para Correio do Iguaçu.

O DP tem circulação semanal e formato tablóide. Os dirigentes dessa publicação fazem questão de salientar o compro-

¹⁵ É comum a situação em que o jornalista diplomado é pago para ‘emprestar’ a sua assinatura profissional ao jornal, para fins de legitimidade, sem manter qualquer atividade profissional na publicação.

¹⁶ Os dados sobre os jornais analisados foram obtidos em pesquisa documental nos próprios periódicos e entrevistas com os seus respectivos editores: Diário do Povo - Leoni Serpa, em 24.5.05, na sede do jornal, Pato Branco; Jornal de Beltrão - Ivo Pegoraro - em 24.5.05, na sede do jornal, Francisco Beltrão; O Palmense – Eloyh A. Taques, por e-mail, recebida em 22.9.05. Na oportunidade, o autor também pode conhecer a sede dos dois primeiros jornais. Sobre o O Palmense, mais do que conhecer, o autor também trabalhou como repórter durante 2002. Já o Correio Regional, que não mais existente, os contatos realizados com ex-profissionais desse jornal não tiveram retorno, limitando o acesso às informações sobre esse periódico às publicações do período estudado e outras informações colhidas pelo autor em contatos pessoais, entre os anos de 2002 e 2004, período em que residiu em Palmas, PR.

misso com um ‘Jornalismo Cidadão’. Na apresentação editorial do Grupo, um documento de 40 linhas, é declarado como premissa a “constante busca por um jornalismo cidadão, crítico, comunitário, *apartidário, ecumênico e pluralista*”. Conforme a editora do DP, a jornalista Leoni Serpa, esse jornal tem forte influência na definição dos problemas locais. “Os fóruns de desenvolvimento que nós temos na região tem se baseado nas questões que o jornal levanta para realizarem suas reuniões”¹⁷. A editora salienta também o compromisso com o pluralismo. “É um jornal que não tem vínculos com Partidos, não tem vínculos com Política. Então, você pode me perguntar, como sobrevive? Sobrevive essencialmente da *questão empresarial*. Então, quem investe no Diário do Povo são os lojistas, os comerciantes, e os políticos”. (grifo nosso).

A editora declara que a empresa rejeita a denúncia sem fundamento, o que também está contido na carta editorial. “As pessoas se sentem muito melindradas, elas se sentem muito ofendidas quando você levanta mazelas (...) você tem que ter um jogo de cintura muito grande; mostrar isso de uma forma que vai trazer benefícios para a sociedade. Então, por isso que nós não entramos nessa coisa do *denuncismo*”¹⁸, explica. Tendo entre sua carta de anunciantes empresas como a Basf, Bayer, GM, Ford, Copel Renault, o DP tem um faturamento anual superior a R\$ 2,0 milhões¹⁹, o que é expressivo para os padrões de uma pequena empresa de comunicação do interior.

Como é típico entre os jornais do interior, o DP também não mantém uma editoria própria dos assuntos sobre agricultura e

¹⁷ SERPA, Leoni, entrevista citada.

¹⁸ Esse conceito sugere, no jornalismo, a tendência da imprensa à denúncia irresponsável, decorrente da promiscuidade na concorrência acirrada entre os veículos pela melhor notícia, o *furo*. O jornalista Mino Carta discorda da qualidade *denuncista*, freqüentemente atribuída pelo senso comum ao jornalismo praticado na Grande Imprensa brasileira. Para ele, a nossa imprensa é comumente subserviente ao poder, com um texto pobre e um padrão oficialista. Ver: (ABREU et.al. Orgs, 2003:204-205).

¹⁹ Idem.

questão fundiária. Por outro lado, as matérias de tais temáticas resultam, na grande maioria, de produção própria. O Jornal conta com a assinatura da Agência Estado, que cobre entre 10 e 15% da publicação. As assessorias de prefeituras de cidades distantes da sede do jornal contribuem através de relises, mas essa fonte não chega a 20% da edição, o restante é pauta local. A área social é também um aspecto valorizado, conforme explica Leoni: “O povo daqui gosta muito do social. Portanto, temos duas páginas de social”.

A área social tem, de fato, um valor especial para na imprensa interiorana. Considerando que os vínculos locais permitem uma relação muito mais próxima dos leitores do que na grande imprensa, ocorre um certo culto à imagem, onde o leitor, que muitas vezes não se sente contemplado nas notícias – ainda que delas esteja tão envolvido - faz questão de se fazer presente no jornal, pelo menos através da imagem. Essa aspiração de visibilidade pública, é bom frisar, não é exclusividade das camadas socialmente marginalizadas; desde a filha da doméstica até o filho do prefeito disputam tais espaços, ainda que por recursos diferentes e poder simbólico desigual.

Sob um olhar mais criterioso, entretanto, é preciso notar que essa disputa pelos espaços sociais não se dá somente a partir da iniciativa espontânea de pessoas físicas, mas é articulada estrategicamente por grupos e associações organizadas pelas elites locais. Na parte Sul do Paraná há freqüentemente ações e eventos, em que o pensamento ruralista impregna o discurso sobre desenvolvimento, através de instituições que influenciam as agendas dominantes. Ilustra tais práticas matéria publicada em dezembro de 2003, na posse da nova diretoria da Sociedade Rural da cidade paranaense de Pato Branco, onde o Frei Nelson, um dos diretores da Rede Celinauta (Rádio e TV) é presença destacada e referência para os ruralistas.

Lideranças políticas e religiosas que participaram do evento destacaram os trabalhos da Sociedade Rural (...) O frei Nelson Rabello, homem forte do clero

católico pato-branquense, disse que a SR é um exemplo dentro do Município (...) O prefeito em exercício, Oradi caldato, parabenizou o pecuarista e toda a sua diretoria (...) Já o deputado estadual Augusto Zuchi foi mais além, afirmando que a entidade ruralista, integrada por homens capazes e valorosos, fez com que a SR ficasse conhecida além das fronteiras.²⁰

Observamos, a partir de registros desse tipo que, através de eventos sociais, se relacionam e se envolvem autoridades de diferentes setores e se articulam interesses convergentes. Esse campo de convivência se reflete na imprensa local, que é uma instância central na união de poderes de natureza política, religiosa e, não poucas vezes, jurídica, retratados uniformemente como *Sociedade Local*, ainda que as origens de classe de seus componentes sejam claramente demarcadas. O fator de proximidade física entre os veículos do interior e as instâncias de poder são notadas por Cavalheiro como uma forma de inibição mascarada sobre a Imprensa.

(...) pode haver, da parte dos media regionais, o perigo de se resvalar para uma lógica subliminar de comodidade no posicionamento face ao poder político. É muito mais fácil criticar o poder central longínquo, de onde geralmente não vem qualquer eco, do que responsabilizar e acusar os políticos locais que arriscamos encontrar nos cafés. Esta proximidade é outra das dificuldades conhecidas dos media locais.²¹

Ainda que as questões relacionadas ao campo tenham presença forte no DP, o enfoque que o jornal dá ao assunto prioriza a área *produtiva*, e não o *conflito*, como nota a editora. “Não usamos o termo invasão (...) O jornal ainda está se constituindo em

²⁰ Sociedade Rural empossa os novos diretores. *Diário do Povo*, Pato Branco, PR, p.10, 19.12.2003.

²¹ CAVALHEIRO, J. R. Op. Cit.

termos de editorias. Nós não temos uma editoria rural. Estamos construindo. Entra, ou no caderno rural, ou nas páginas do geral (...) A agricultura faz parte da nossa pauta diária. Conflitos de terra, pelo pouco tempo que estou aí, só houve uma vez, que a gente cobriu”²².

4.2.2 *Jornal de Beltrão (JB)*

Diferente do DP, no qual os proprietários não possuem formação jornalística e que atravessou constantes mudanças de editores, o JB tem uma tradição administrativa mais linear e inserida na área editorial. Por outro lado, as próprias características da formação histórica de Francisco Beltrão – Cidade sede do Jornal – marcada por grandes conflitos fundiários, contribui para uma maior afinidade de seus repórteres com essa temática. A empresa começou a funcionar em 1989, e desde 1992 virou sociedade anônima. O jornalista Ivo Pegoraro, que é editor e presidente executivo do JB, declara que tem um papel versátil - “Faço de tudo aqui, desde tirar foto até levar o carro para lavar”²³, o que confirma a observação, já realizada, sobre o caráter multiprofissional do jornalista do interior. O editorial *Mais um jornal?* - de maio de 1989, indica um parâmetro de atuação do JB já nas origens:

O Jornal de Beltrão nasce pequeno, mas pretensioso. Feito por um grupo de pessoas ligadas à comunicação, este semanário pretende cumprir à risca a meta de integração regional. Procurando destacar sempre a notícia, não as pessoas, o jornal de Beltrão tenta conquistar espaço novo na imprensa. ‘Se é notícia, sai aqui’, é nosso lema, procurando colocar em segundo plano interesses políticos ou grupais. Esperamos o apoio para colocar em prática nosso projeto.²⁴

²² SERPA, Leoni, entrevista citada.

²³ PEGORARO, Ivo. Entrevista citada.

²⁴ Primeira Página – Jornal de Beltrão, 15 anos. Edição comemorativa de 15 anos de fundação da empresa. S/ data.

Conforme Pegoraro, o jornal começou com sete sócios. “Eu trabalhava na Emater como jornalista, assessor de imprensa; O *Bajo* trabalhava na rádio, como jornalista; O Itamar trabalhava na televisão, sucursal TV sudoeste, como jornalista. Enfim, todos nós tínhamos uma ligação com a imprensa”, observa. Sobre a posição política da publicação, o editor apressa-se em destacar a independência da empresa. “Nós temos hoje 170 acionistas, entre esses, nós temos gente de todas as tendências. Então, *o jornal não tem partido político*. Nem pode ter, nem tem como ter. Tem muitos associados, né? E assim é pautada a linha editorial dele. Ninguém tem privilégios aqui. Ninguém é perseguido, a gente procura noticiar o que acontece”, declara. (Grifo nosso).

O Jornal mantém também o Diário Rural, que faz matérias agrícolas sobre as novas tecnologias da Região. A trajetória do editor, ex-agricultor, que teve também passagem pela EMATER - organismo atuante na extensão rural – ajuda a entender a sua preocupação com o tratamento das pautas dessa natureza no jornal.

Eu sou filho de agricultor. Eu até os 19 anos trabalhei na agricultura. (...) uma coisa que nós lamentamos na nossa Região, é o pouco caso que se dá para a agricultura. (...) Agora, o que nos deixa muito tristes no jornal é nós não termos um suplemento periódico de agricultura. Nós já criamos um caderno de agricultura, que era publicado aos sábados, que circulou algum tempo e paramos. Por que não se encontra patrocínio para isso.²⁵

O JB tem atualmente formato semi-*Standard* (Tabloidão), 42 X 28 cm, seis colunas, e circula em 30 municípios do Sudoeste, abrangendo a maior parte dessa Região. A empresa também dispõe de gráfica própria. O Jornal também conta com as assinaturas da Agência Brasil e da Agência Folha, cuja participação nas edições é de 15 a 20%, conforme o editor. Mas nas pautas agrárias

²⁵ PEGORARO, Ivo. Entrevista citada.

há fontes mais específicas. Com relação à participação das fontes, Pegoraro nota que a FAEP, que representa os grandes proprietários, é atuante e tem uma presença permanente na mídia, enquanto a FETAEP, do setor dos trabalhadores rurais, pouco se faz presente como fonte. Quanto aos trabalhadores sem-terra, o depoimento do editor indica que a participação é menos sistemática. “Quando as questões se agravam, aí nós temos como fonte, diretamente, no caso de manifestações, acampados, o MST, Deputados, Sindicatos, essas fontes aí. Nós também não nos especializamos, não nos aprofundamos. Ficamos mais no que se tem noticiado pelo geral, né?”²⁶.

4.2.3 O Palmense (OP)

Como no caso do JB e do DP, no ano analisado pela pesquisa o OP não veiculava a cobertura sobre assuntos agrários em um setor específico da publicação. O jornal utiliza fontes Governamentais e de entidades civis na cobertura dessa temática. Ainda que se afirme conservador, a editora do OP define a Questão Agrária como “uma questão social porque envolve injustiçados que lutam por uma causa”. Apesar disso, o MST, assim como nenhum outro movimento de trabalhadores rurais são citados como fontes utilizados pelo jornal na cobertura do tema, em que figuram, a Secretária de Agricultura (Estadual), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA; o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP²⁷.

A história dos jornais impressos palmenses é remota. O jornal OP é o mais antigo jornal que se tem registro no município²⁸. Em 2003, o OP tinha formato tablóide, 12 páginas e tiragem de 4000

²⁶ Idem.

²⁷ TAQUES, Eloyh A., Entrevista citada.

²⁸ O início da circulação de sua primeira versão data de meados de 1901, e se estende até 1917. Década mais tarde, em 02 de março de 1986 entra em cena a primeira edição de O Clarin. Este irá manter-se até junho de 1991, quando é vendido para um outro proprietário, sob a coordenação do jornalista Jézuel de Marins. A mudança do nome desse mensário ocorre a partir do n.115, ano

exemplares²⁹. Conforme a diretora administrativa e editora do jornal, Eloy Taques, o conteúdo do jornal é preenchido por 60% reportagem, 40% relises. Quanto à linha editorial, nas palavras da própria editora, trata-se de um “Jornal conservador que prima pela transparência”.

Ainda que não possua hoje a credibilidade e importância que tinha no início do século, no período em que era a única publicação no Município, o OP goza de alguma respeitabilidade na área urbana da Cidade e se constitui um instrumento de interlocução privilegiado do poder público oficial local, além de a direção desse jornal manter relações tênues além de cultivar relações fortes com lideranças políticas do Legislativo e do Executivo estadual.³⁰ Todavia, com relação à temática fundiária, o jornal veicula apenas algumas poucas pautas esparsas no ano de 2003, em geral relises da Prefeitura ou do site da agência de notícias do Governo do Estado. Mesmo assim, consideramos interessante inserir esse periódico em nossa pesquisa, não apenas pela expressão política que detêm, como pela própria referência de análise, enquanto contraste e complementação de análise do Correio Regional, seu principal concorrente naquele ano. Entretanto, por causa

VI, em 3 de março de 1997 quando é adquirido pelo empresário José Omar Ferreira Taques, o *Zequinha*, que recupera o antigo nome do Jornal.

Ver: NUNES, Virgínia Maria e SIQUEIRA, Luiz Fernando. T. *História da imprensa palmense*. In: *Clarín*, Ano I, n.4, 11. de abril, Palmas, PR, 1986. Atualmente, Zequinha é vereador em Coronel Domingos Soares, município emancipado de Palmas há poucos anos. A sua esposa e Diretora Administrativa e Editora do Jornal, Eloyh Taques, declara, por sua vez, que o jornal está sob sua propriedade há 14 anos.

²⁹ Hoje, com o nome de *Paraná Sul*, o jornal tem formato *Tabloideão*, com 16 a 24 páginas, capa e contra-capas coloridas e uma tiragem semanal de 6.000 exemplares e circula em cinco municípios do sudoeste do Paraná: Bituruna, Palmas, Mangueirinha, Clevelândia e Coronel Domingos Soares.

³⁰ O deputado estadual Valdir Rossoni, por exemplo, que é presidente do PSDB estadual e uma das principais lideranças de oposição ao Governo Requião, mantém espaço privilegiado no OP desde quando era ex-líder do Governo Jaime Lerner (PFL, 1999/2002).

do pouco conteúdo tabulado no período, concentramos os dados em apenas uma tabela, que será inserida no final desse capítulo.

4.2.4 *Correio Regional (CR)*

O semanário CR teve uma curta, mas densa, existência em Palmas. Esse jornal, que surge a partir de interesses políticos bem definidos do empresário madeireiro catarinense João Oliveira³¹, desencadeou uma orientação editorial pautada por críticas duras e sistemáticas à administração do então prefeito de Palmas, Hilário Andraschko, (ex-PFL, hoje no PDT). Com formato *Stander* e um projeto gráfico arrojado - envolvendo cores em capa e internas, fotos grandes e manchetes salientes – o CR se destacou rapidamente na Cidade, mas isso não ocorreu apenas pelo seu visual superior a média dos periódicos locais. A polêmica também foi uma marca dessa publicação. A abertura diversificada para colunistas, muitos deles repórteres do jornal, foi uma característica forte do CR, mas que também envolveu desvios éticos notórios.

Uma das práticas condenáveis do CR foi a de manter colunistas anônimos, escondidos sob codinomes satíricos. Assim, articulistas políticas com trânsito político realizavam denúncias e comentários ofensivos contra autoridades e lideranças públicas locais, disfarçando-se, sob o nome de colunistas. Por outro lado, o CR se caracterizou também por uma conduta questionável de manter laços muito dependentes entre a cobertura editorial e a veiculação comercial. A prática da reprodução de relise é habitual nos jornais do sul/sudoeste do Paraná, e reflete um outro desvio ético na prática jornalística. Nota-se que no CR a cobertura editorial é condicionada indiretamente, e até explicitamente, pela à negociação publicitária³².

³¹ Ex-proprietário do jornal, atualmente prefeito de Palmas pelo PMDB.

³² Em meados de 2002, quando atuava na assessoria de imprensa da Faculdade em Palmas, o autor presenciou uma reunião entre a Diretora Comercial do Correio Regional, em que essa oferecia a venda de publicidade à Instituição, a ser veiculada sob a forma de notícia. São frequentes também os casos em

É preciso, por outro lado, reconhecer também que o CR teve um papel importante em sua breve existência, enquanto instância de expressão para setores até então praticamente ausentes na imprensa palmense. Os trabalhadores rurais sem-terra (não necessariamente vinculados ao MST), por exemplo, tiveram espaços expressivos nesse jornal em importantes mobilizações realizadas na Região. É claro que não se pode dissociar esse episódico favorecimento do CR às vozes mais esquecidas, às motivações políticas delimitadas, cuja imprensa micro-regional se presta convenientemente, seja pelo ataque, seja pela promoção de setores políticos específicos. Mas essa característica conflituosa das elites políticas é mais salutar quando assegura uma pluralidade maior de tendências, até então não verificada nos jornais palmenses na temática fundiária. Cabe registrar ainda que, no caso do CR, infelizmente não pudemos contar com um depoimento de um representante do corpo editorial³³. Houve também, com esse jornal, um outro tipo de dificuldade na pesquisa, que foi o acesso limitado aos seus arquivos³⁴. Ainda assim, julgamos oportuno incluir esse periódico na pesquisa por razões de consistência e equilíbrio da análise³⁵.

que os pequenos jornais utilizam instrumentos de pressão, como a Denúncia, para a obtenção de veiculação publicitária, em uma espécie de chantagem. O tema, nesse período, veio à tona em uma denúncia sobre esse procedimento verificado no diário *Gazeta do Povo*, PR, demonstrando que tal prática não é exclusividade dos jornais do interior, e nem da pequena imprensa. Ver: *Eu nos acuso*. (Artigo). Ronaldo Martins Botelho. Observatório da imprensa. 16.9.03. <www.observatoriodaimprensa.com.br>.

³³ Realizamos todos os contatos ao alcance para entrevistar um editor ou o repórter ligado ao tema. Todavia, em vista da demora da resposta, que nem mesmo por e-mail se concretizou, e ante ao prazo limite para a conclusão da presente pesquisa, não tivemos o retorno esperado.

³⁴ Ainda que o Jornal tenha circulado até outubro de 2003, só conseguimos obter os dois primeiros trimestres daquele ano, que é o que há disponível na única instituição da cidade que mantém arquivo acessível ao público de jornais contemporâneos. Entre os contatos que recorremos, nem mesmo a editora soube indicar uma fonte para a localização das edições completas.

³⁵ O fato de Palmas não possuir um Diário – diferentemente dois outros Municípios considerados – nos leva a crer na importância de reforçar o quadro de análise com mais um periódico. Além do mais, considerando o baixíssimo

Os quatro jornais supra-apresentados serão a seguir analisados em seu conteúdo editorial, considerando o ano de 2003, que é o recorte temporal realizado. Para fins de organização analítica, estruturamos os textos relacionados a cada jornal, e os seus respectivos gráficos e ilustrações, em períodos delimitados na forma de trimestres.

4.3 Encenar, convencer, agendar(janeiro-março)*

*Expressão alusiva ao lema *Ocupar, Resistir, Produzir*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

No primeiro trimestre de 2003 as ocupações realizadas pelos sem-terra são a tônica na mídia e esta se constitui uma instância marcante no embate político sobre o tema. No cenário nacional, há nesse período grande apreensão em torno das propostas de Lula para o setor rural, particularmente quando o ministro do desenvolvimento fundiário, Miguel Rosseto, manifesta intenção de revisar os índices de produtividade³⁶.

Nos jornais do sudoeste do Paraná analisados, com exceção do OP³⁷, denota-se essa tendência nos gráficos 01; 02 e 03. Percebemos ainda que nesse período são acentuadas as ocorrências *Pela Redistribuição Fundiária – PRF* registrada nos três jornais analisados no período - 2899,64 cm², em contraste com 2079,36 cm² de ocorrências *Contra a Redistribuição Fundiária - CRF*. Todavia, há diferenças importantes nesse conteúdo editorial entre os jornais analisados.

conteúdo sobre a temática agrária no *O Palmense* no ano de 2003, entendemos que agregar mais esse suporte, ainda que limitado ao primeiro semestre daquele ano, garante uma visão empírica mais abrangente.

³⁶ Ver: *Rosseto quer alterar a lei de invasões de terra*. Folha de São Paulo, Ano 83, n. 27010, 16.3.03, Ed. Brasil, p.A-11.

³⁷ O que não aponta contraste, considerando que, como já observamos, a cobertura do problema fundiário será praticamente ignorado pelo periódico durante todo o ano de 2003.

Em de 31 de janeiro, o DP dá a chamada de capa: *A luta pela terra no Sudoeste*, matéria que ocupa uma página inteira, com detalhes sobre o cotidiano das famílias acampadas às margens da BR 158, em Saudades do Iguaçu. O texto retrata a situação difícil dos assentados, com depoimento do líder do grupo e de uma acampada. Note-se que o espaço principal, de uma coluna inteira das três que compõe a matéria, é dedicado ao prefeito da Cidade, que fala sobre o caso com ênfase em providências tomadas. Em 15 de março, a questão das ocupações também é tratada pelo JB em uma matéria de uma página, igualmente com chamada de capa. Além de mais abrangente que a cobertura do DP, o texto do JB tem fontes mais diversificados e aprofunda melhor a questão. O Jornal ouve os acampados, mas também os ruralistas, apresentando o cenário do problema da concentração de terra na Região. Também faz uma relação entre a produção dos assentados com o desenvolvimento local³⁸.

Já o semanário CR destoa dos dois diários citados, dedicando considerável espaço à cobertura do oeste catarinense, em particular, a cidade de Abelardo Luz, SC, localizada a poucos quilômetros de Palmas. Chama atenção em particular, a matéria *Grupo afirma incentivo do prefeito*, que tem chamada de capa em 09.02.03. Essa matéria vem com um pequeno texto-legenda ao lado de uma foto grande de um acampamento: “Sem-terras ocupam área produtiva e garantem estar orientados por prefeito, que, segundo eles, teria planejado a invasão”³⁹. A página 12 do jornal repete a manchete (prática habitual no CR), três fotos, sendo uma delas a mesma da capa, além de outras duas de assentados que fazem declarações na reportagem.

Entre essas matérias destacadas na cobertura do problema agrário na Região nos três jornais, chama a atenção o enquadramento dado às imagens, todas enfocando a realidade dos acampados e li-

³⁸ Ver: *A onda de ocupações de terras no Sudoeste*. Jornal de Beltrão, p.18, ano XIV, n.2.458, 15.3.03

³⁹ Ver *Grupo afirma incentivo do prefeito*. *Correio Regional*, ano 3, n. 104, 09.02.03, Capa.

deranças sem-terra. Essa predominância da imagem dos acampados reflete uma forma consoante de tematizar esse assunto nesses jornais durante esse primeiro trimestre. Diferentemente do OP – o seu concorrente local - o CR dá voz significativa aos trabalhadores rurais. Isso se verifica, por exemplo, em uma mobilização realizada em março daquele ano, visando a regularização e melhoria das condições alguns assentamentos de Palmas⁴⁰. O CR, não apenas deu destaque principal para alguns encontros realizados, como acompanhou toda a cobertura do episódio.

Ainda que a abordagem personalista não seja o mais predominante nesse período – considerando que esse tipo de enquadramento tem um percentual de 7% no JB e 9% no CR, entre o material coletado nesses jornais (Ver Gráficos 1^A e 1C) – há alguns personagens proeminentes nessa cobertura. No caso do CR, a figura central, que dá o tom ao texto é o líder ruralista morto durante uma tentativa de ingressar em sua Fazenda, então ocupada pelos indígenas.⁴¹ No DP, essa fonte é o prefeito de Saudades do Iguazu; já no JB, o destaque é o presidente do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais. Assim, há fontes oficiais que, ainda que não sejam monopolizadoras da atenção a partir do declarante, têm um papel preponderante pela importância das instituições ao qual se vinculam. C.B. Filho nota que, além da *Personalização*, a *Dramatização* e a *Dinamização do tema* são fatores que determinam que um tema se torne mais mediatizável. (Barros Filho, 1995:186).

Importante notar também que alguns temas em torno do pro-

⁴⁰ Ver: *Assentados pedem reforma agrária*. Correio Regional, p.8, Ano 3, n.110, 23.3.03.

⁴¹ Ver: *Índios matam presidente de Sindicato Rural em Santa Catarina*. Boletim Informativo FAEP, Ed.806, fev. de 2005. «www.faep.com.br». Capturado em 24.9.05. A problemática Indígena, ao lado da Questão Ambiental, tem íntima relação com o problema fundiário no contexto micro-regional. Ilustra isso a preocupação do ruralista José Bueno, ex-presidente do SR de Palmas: “as nações indígenas estão avançando, argumentando que eles têm direitos a muitas áreas e obtém do Ministério da Justiça um apoio que eu não sei de onde vem, com tanta benevolência”. Entrevista concedida ao autor na Prefeitura de Palmas, Pr, em 25.5.05.

blema agrário, que circulam na pauta nacional e regional nesses primeiros meses de 2003 são ainda ignorados ou menosprezados pela imprensa micro-regional. Entre eles, a polêmica sobre o projeto de criação de unidades de conservação no sudoeste do Paraná – questão que preocupava os ruralistas nesse período⁴², com exceção do Correio Regional, cuja cobertura tratou com profundidade o tema. Em fins de fevereiro, o CR faz chamada de Capa sobre a mobilização das ‘lideranças regionais’ para reverter a Portaria do Governo. Outro assunto que também perturba o setor rural e que ainda não se verifica na pauta dessas publicações no período, é o problema do armamento dos fazendeiros na região oeste do Estado. Organizava-se em municípios dessa localidade o Primeiro Comando Rural – PCR, espécie de organização paramilitar dos ruralistas, que provoca reações e debates⁴³.

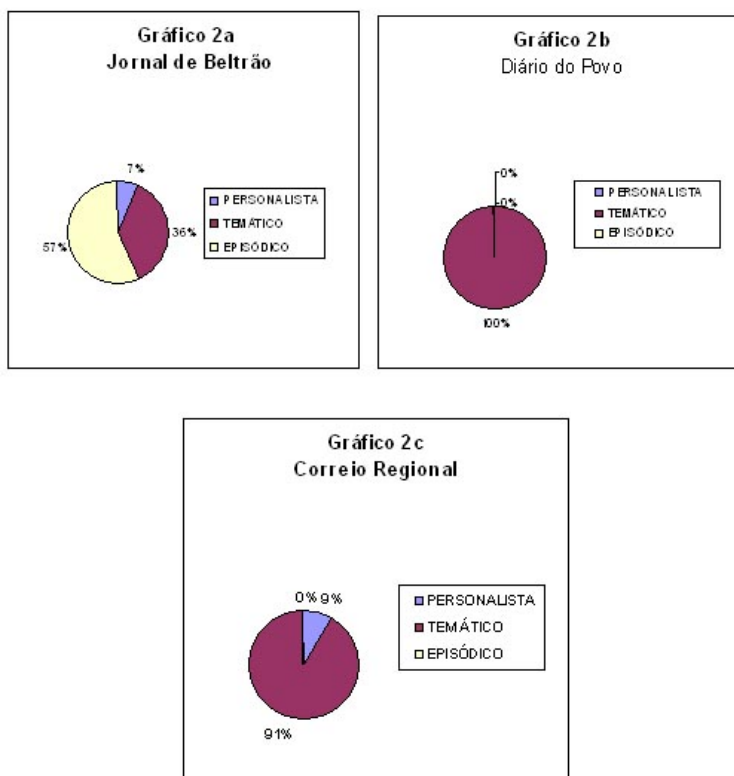
A omissão de temáticas na cobertura da imprensa caracteriza a própria atividade do jornalismo, cujos limites impostos processo editorial impõe escolhas seletivas. Essa característica da mídia já era notada por Lazarsfeld e Merton nos estudos realizados por esses autores em torno do rádio nos anos 40, quando observam que “Na medida em que os meios de comunicação têm exercido uma influência sobre seus públicos, este fato deve-se não apenas ao que é expresso, mas sobretudo ao que não é expresso nem dito de forma explícita.” (Lazarsfeld & Merton in: Cohn, op.cit:242). Por outro lado, um dos fatores influentes na agenda setting é a pro-

⁴² Assunto que começa nesse período a mobilizar o Setor ruralista, que se sente ameaçado pela possível obstrução do uso de áreas protegidas pela portaria 507/2. Ver: *Portaria 507 continua preocupando produtores rurais no Paraná*. Boletim Informativo Faep, n° 759, semana de 3 a 9 de março de 2003. «www.faep.com.br» Capturado em 24.9.05.

⁴³ Em 19 de março há uma reunião da Comissão Especial de Mediação de Questões da Terra do Paraná, do Governo do Estado, com o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Edson Nemes Ruiz, para tratar o assunto. Ver: *Sociedade Rural afirma que armamento de fazendeiros não é generalizado*. Arquivo de notícias. «www.agenciadenoticias.gov.pr». Capturado em 24.9.05; e *Uma ameaça que retorna*. Faep, Boletim Informativo n° 760, semana de 17 a 23 de março de 2003. «www.faep.com.br» Capturado em 24.9.05.

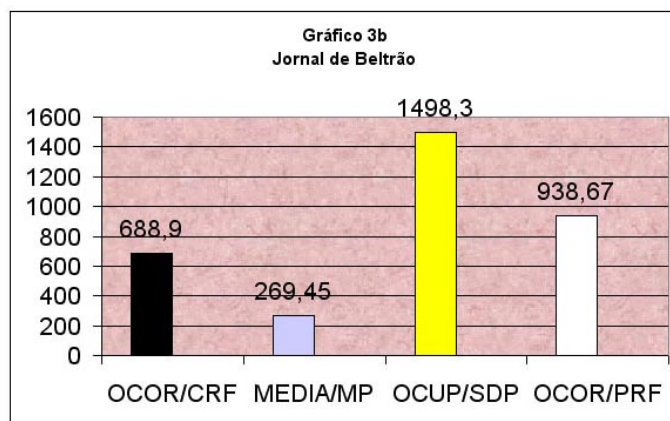
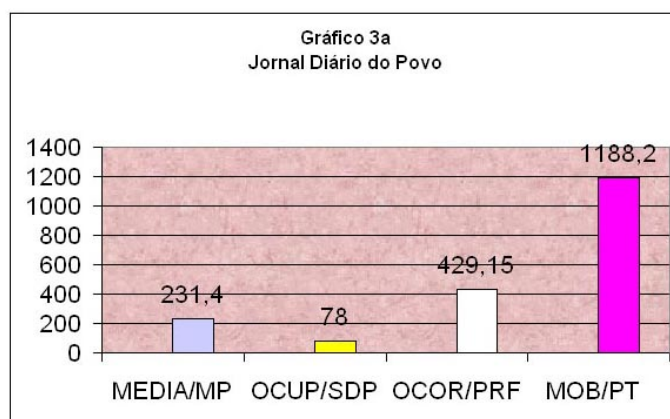
ximidade das audiências. Esse elemento supõe que os indivíduos tendem a formar uma agenda intrapessoal sobre aqueles assuntos mais próximos, e se tornam mais dependentes dos veículos de comunicação com relação aos assuntos mais distantes.⁴⁴

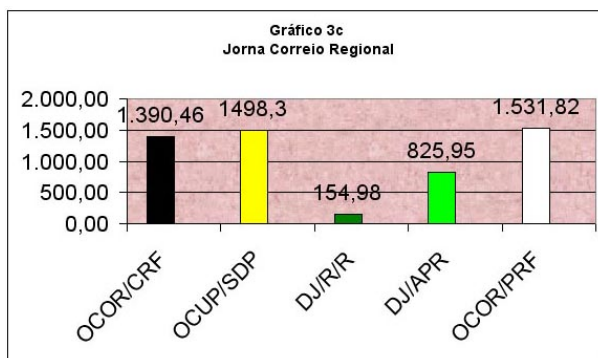
Gráficos enquadramentos das matérias I Trimestre de 2003



⁴⁴ Nesse aspecto, é compreensível a atenção que a pauta das unidades de conservação tomou no CR, tendo em vista que a Portaria do Governo atingia principalmente os municípios de Palmas e Abelardo Luz, ambos público principal do CR. Ver: *Lideranças regionais querem reverter portaria*. Correio Regional, Capa e p.10, Ano 3, n. 106, 23.02.03.

**Gráficos problema agrário no Sudoeste do Paraná
Temas por área (CM2) – I Trimestre de 2003**





Legenda

| | |
|--|---|
| | OCOR/CRF - OCORRÊNICA CONTRA REDISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | OCOR/PRF - OCORRÊNICA PELA REDISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | ESTAT/CT - ESTATÍSTICAS CONCENTRAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/AT - ESTATÍSTICAS DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/OUT - ESTATÍSTICAS OUTRAS |
| | MEDIA/AT - MEDIAÇÕES ACORDO TOTAL |
| | MEDIA/AP - MEDIAÇÕES ACORDO PARCIAL |
| | MEDIA/DES - MEDIAÇÕES DESACORDO |
| | MEDIA/MP - MEDIAÇÕES MEDIDAS PREVENTIVAS |
| | DJ/D - DECISÕES JUDICIAIS DESPROPRIAÇÃO |
| | DJ/APR - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PREVENTIVAS |
| | DJ/APU - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PUNITIVAS |
| | DJ/OP - DECISÕES JUDICIAIS OUTRAS PROVIDÊNCIAS |
| | DJ/R - DECISÕES JUDICIAIS - REINTEGRAÇÃO |
| | MOB/PT - MOBILIZAÇÕES POR TERRA |
| | MOB/PC - MOBILIZAÇÕES POR CRÉDITO |
| | MOB/PSP - MOBILIZAÇÕES POR SEGURANÇA PÚBLICA |
| | MOB/OUT - MOBILIZAÇÕES - OUTRAS |
| | OCUP/SDP - OCUPAÇÕES SEM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CDP - OCUPAÇÕES COM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CV - COM VIOLÊNCIA |

4.4 Filtros da mídia e para a mídia (abril-junho)

Se no primeiro trimestre de 2003 predominou na cobertura dos jornais analisados a ênfase na onda de ocupações do MST, no segundo trimestre essa cobertura é distribuída entre as mobilizações dos trabalhadores rurais, as reações dos ruralistas – que começam a se esboçar de forma mais efetiva – e a ação do Estado, que assume uma intervenção também mais incisiva a partir da criação de instâncias mediadoras.

Em meados de abril, o DP deu manchete de uma reunião de Requião com líderes do MST no Palácio do Iguazu. Em maio, outra medida que reflete a mudança de perfil do novo Governo é a decisão de permitir à Imprensa o acompanhamento das desapropriações para “evitar situações de excesso” pela Polícia⁴⁵. Já em meados de junho, ainda com um enfoque positivo para o MST, o DP destaca o pronunciamento de dirigentes de entidades vinculadas com a luta pela Terra a exigir agilidade na reforma agrária⁴⁶. Essas três matérias do DP refletem uma atenção desse diário à pauta agrária nesses primeiros meses do Governo Requião, ainda que é preciso salientar o caráter episódico e pouco contextualizante dessas coberturas. Nelas, há um destaque espe-

⁴⁵ Esse episódio ilustra a alteração nas relações entre o novo Governo do Estado e os Movimentos Sociais. Com relação aos trabalhadores rurais, se verifica nessa fase do Governo Requião um progressivo crescimento nos espaços ocupados pelo MST em todas as áreas do Governo, sinalizando uma disposição um crescimento da influência política daquele movimento junto no Executivo regional. Ver: *Requião recebe MST no Palácio do Iguazu*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3008, 16.4.03; *Imprensa poderá acompanhar desapropriações*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3030, 21.5.03 e *Secretária da Cultura recebe representantes do MST*, 18.4.03; *Secretária avalia saúde nos assentamentos do MST*, 21.4.03 e *MST apresenta ao governo agenda de temas para sustentabilidade*. In: Arquivo de notícias. «www.agencia.denoticias.gov.pr». Capturado em 24.9.05

⁴⁶ Ver: *Sem-terra pedem maior rapidez na reforma agrária*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3045, 11.6.03

cial nas figuras do Governador e do Secretário Roque Zimmerman, ex-candidato do PT ao Governo derrotado por Requião.

Nota-se que nesse segundo trimestre se amplia consideravelmente a favorabilidade da cobertura agrária, passando de 2.899,64, do trimestre anterior, para 3.735,97 a soma em centímetros-área da ocorrência *PRF - Pela Redistribuição Fundiária*. Contribui com parcela importante para esse aumento, a cobertura do jornal *O Palmense*, que nesse período, aborda o tema, ainda que por mera reprodução de matéria da Agência de Notícias do Governo Estado sobre a recepção do MST no Palácio do Iguazu, a qual também é reproduzida no DP⁴⁷.

A reprodução de textos das assessorias pode ser mera prática eventual nos jornais interioranos minimamente estruturados e que contam com equipe de repórteres, mas esse não é o caso do OP em 2003. Naquele ano, o Jornal não possui uma estrutura consolidada, voltada para a apuração, de modo que a dependência comercial dos anunciantes está associada à uma dependência de produção editorial. Nessas circunstâncias, não raro há, além do fornecimento de relises uma presença periódica de assessores na própria redação do jornal, ‘sugerindo’ e ‘auxiliando’ o editor, o que pode se traduzir em uma forma de coerção, da parte interessada, para ênfases ou omissões convenientes em uma edição.⁴⁸

Um exemplo extremo dessa relação viciosa que se estabelece entre as redações e as assessorias nos jornais do interior, foi analisado por Costa, com base no conceito de *Newsmaking*. Nesse estudo, sobre a rotina produtiva do jornal *A Voz do Vale da Paraíba*, de Taubaté, SP a autora percebeu os relises como um elemento vital para a existência daquele Diário, como nota:

A redação de *A Voz do Vale da Paraíba* depende dos relises e da verba dos editais, numa relação que

⁴⁷ Ver: *Requião recebe MST no Palácio do Iguazu*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3008, 16.4.03

⁴⁸ Quando o autor atuou como jornalista no OP, durante o ano de 2002, pôde perceber essa presença freqüente de um assessor da Prefeitura junto à Redação, atuando nesse tipo de ‘cooperação’.

condiciona todo o seu funcionamento. Não importa o “furo jornalístico”, mas o “furo comercial”. A praxe de “trabalhar em sintonia” com as assessorias de imprensa locais foi, sem dúvida, a saída mais viável para preencher suas páginas diárias e, dessa forma, continuar existindo como um “jornal”.⁴⁹

No se refere ao campo de influência da origem na *agenda setting* há uma dimensão mais abrangente nessa relação entre o assessor e a imprensa. Ao participar da construção dos conteúdos editoriais de uma publicação a partir de barganhas simbólicas propiciadas pela condição de anunciante, o assessor também integra o processo de filtragem que ocorre nesse meio, realizando aquilo que Barros Filho define como ‘pré-canalização *politicamente interessada*’. Em termos de agenda, essa presença “visa, num primeiro momento, o agendamento da mídia e, em um segundo momento, o agendamento dos consumidores de produtos políticos”. (1995:191).

Todavia, essa agenda que a mídia elabora, a partir de suas escolhas seletivas, também depende de um jogo discursivo que se produz a partir dos atores em questão. Isso quer dizer que a imprensa constrói a sua própria agenda, mas para produzi-la, necessita da referência de atores, que nem sempre são passivos, mesmo quando, excluídos do rol tradicional das fontes oficiais. Os sem-terra, por exemplo, ainda que tenham no sudoeste do Paraná uma precária estrutura de comunicação, possuem, através de seus interlocutores locais, um discurso específico para lidar com a imprensa e com os jornalistas. Além disso, há por trás das ações políticas estratégias de representação, que reforçam sobre o Movimento certas referências, como repara Bertol:

Quando a imprensa incorpora e faz reverberar a expressão “sem-terra”, há uma legitimação. Cria-se

⁴⁹ Costa, Maria Pinto da. O *newsmaking* na imprensa do interior: a rotina produtiva do jornal *A Voz do Vale da Paraíba*. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a, 26, n.43, p.105-120, 1.sem. 2005.

uma espécie de senha, ou âncora, que permite ao movimento ingressar em nova esfera, ou melhor, no “campo” (expressão cara a Bordieu) jornalístico a ser desbravado. A palavra funciona como ponte, interseção que permite o cruzamento do universo dos trabalhadores rurais, organizados com seus códigos e normas específicos (os quais advêm da cultura popular do interior, dos símbolos, da Igreja e do legado das representações comunistas), com o universo da imprensa urbana.⁵⁰

Por outro lado, os movimentos sociais rurais, na medida em que possuem limitações demarcadas para se expressar nos meios de comunicação tradicionais, suas lideranças constroem uma mídia independente, que não se restringe apenas aos modelos comunicativos padrões. Os eventos e ações coletivas do MST, por exemplo, caracterizam uma espécie de mídia, na medida em que propiciam espaços de interação, informação e formação política, como aponta a ativista Salete, que é liderança do movimento em Francisco Beltrão e Região: “Nós temos, por exemplo, a Marcha. A Marcha foi um veículo, assim, bastante para a formação do Povo, né? Daí, tem jornal, tem estudo, tem debate. Por que a marcha não é apenas para marchar. Mas um momento de estudo”.⁵¹

Em termos de agenda setting, essa instância organizacional, de produzir e difundir informações *entre* o grupo, que os trabalhadores rurais sem-terra se utilizam, ilustra bem uma dinâmica da chamada agenda interpessoal, relacionada aos temas que os indivíduos acreditam ser de maior interesse para os outros. (*perceived issue salience*). Essa pauta interna, no caso do MST, envolve um processo integrado de diferentes recursos simbólicos. Além das publicações internas do movimento, outras práticas culturais compõem esse acervo contra-hegemônico que o movimento estrutura

⁵⁰ RACHEL, Bertol. *Como os sem-terra se inventaram pela Mídia: a novidade social dos anos 1990*. In: *Estudos históricos – Mídia*. Pp.3-23, RJ: FGV, n.31, 2003.

⁵¹ Entrevista cit.

para preparar seus quadros, e que suprem de certa forma as ausências e que alimentam o discurso grupal, entre estas: músicas, danças, cartilhas, bótons, alimentação e outras fontes asseguram um campo autônomo com relação à mídia tradicional na construção da agenda interpessoal. Em um estudo global sobre esses meios simbólicos, Downing estabeleceu o conceito *Mídia Radical*, denominação que o autor vincula práticas e costumes a específicos, como nota:

O termo cultura popular, então, concentra-se na matriz da mídia radical alternativa, que é relativamente independente da pauta dos poderes constituídos e, às vezes, se opõe a um ou mais elementos dessa pauta. Ao mesmo tempo, o termo serve para nos fazer lembrar que toda essa mídia é parte da cultura popular e da malha social como um todo e não se encontra isolada, de modo ordeiro, em um território político reservado e radical. (DOWNING, 2001:39)

No caso da imprensa tradicional, já apontamos que essa não é uma instituição meramente simbólica. Ela se constitui de seu meio, reflete suas contradições e sobre ele influencia. A diferenciação de enfoques entre os diferentes jornais analisados obedecem a planejamentos e prioridades locais específicas, mas também envolvem uma dimensão política, na qual se combina o a estratégia de inserção institucional de uma empresa de mídia com o arsenal argumentativo de quem escreve e edita., no caso de Palmas, em que o OP mantém restrições absolutas à voz dos trabalhadores rurais, se torna salutar no jogo democrático a abertura de novos espaços que permitam a pluralidade, ainda que esses tenham como fonte às mesmas elites políticas que definem o jogo democrático.

Assim, na medida em que o CR propiciou em suas páginas destaque à mobilização dos trabalhadores rurais de Palmas, oferece, ainda que através de enfoques politicamente estratégicos, uma nova instância de visibilidade a esses atores, até então inexis-

tentes na imprensa *tradicional*⁵². Em início de maio, esse jornal faz uma chamada de capa, e conde uma página inteira de entrevista com o superintendente do Incra no Paraná, Celso Lisboa de Lacerda. Ocorre que, todas as matérias do CR a temática agrária nesse período têm um enfoque personalizado ou promocional, em torno de nomes, ações ou mesmo intenções indiretas. Citaremos duas chamadas dessas matérias para ilustrar o que afirmamos, através de uma breve análise de seus conteúdos:

a) Situação regularizada após manifestações. (20.4.03).

Há nesse texto um destaque expressivo para o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmas, Edson Arantes Nascimento. O tema da matéria é uma reunião que visaria dar respostas aos problemas dos assentamentos naquela Região. O texto cita ou faz menção a esse líder sindical 10 vezes, sendo ele praticamente a fonte única de toda a matéria de quase uma página. Entretanto, esse espaço singular, concedido a um setor político tradicionalmente sem expressão na mídia local, precisa ser contextualizado.

Cabe observar que o texto não é coerente com a amplitude do destaque dado à chamada. Ainda que aponte uma solução definitiva para a situação dos assentamentos de Palmas, o que há de concreto no conteúdo da reportagem é apenas a declaração do superintendente do Incra, C.L. de Lacerda de que “O registro já fora encaminhado, agora resta aguardar a liberação ambiental”⁵³ (que se refere às restrições ambientais da Portaria 507, que estaria ameaçando parte da área do assentamento). Um segundo aspecto digno de nota nessa matéria, diz respeito aos próprios interesses

⁵² Importa salientar que em 2003 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmas contava com um espaço radiofônico semanal de meia hora, que ia ao ar no início das tardes de sábado na Rádio Club AM. Era uma veiculação paga, produzida, editada e apresentada pelo presidente da entidade, mas que deixou de existir no ano seguinte. Todavia, frisamos que esse espaço se tratava de uma veiculação publicitária, precariamente produzida e bastante distante da grade de horários do jornalismo oficial dessa rádio, que é a principal na Cidade.

⁵³ Ver: Situação é regularizada após manifestações. *Correio Regional*, Ano 3, n. 114, p.3, Palmas, Pr.

dessa empresa de comunicação em obstacularizar o cumprimento dessa portaria, que estaria a ameaçar seriamente a produção local - especialmente o setor madeireiro, que envolve o ramo do proprietário do jornal. Vejamos um outro caso, cuja ênfase personalista se transfere agora para o superintendente do Incra, C.L. de Lacerda.

b) *Incra não vai aceitar pressão do MST (29.6.06)*

A notícia principal nesse texto, sob o critério jornalístico, seria a situação dos acampados na cidade de Bituruna, Pr. Isso porque a página contém duas fotos grandes de membros das famílias acampadas e as medidas de apoio às medidas tomadas pelo prefeito local, Remi Ranssolin (PTB). O *lide* (primeiro parágrafo) também enfoca esse aspecto da matéria. Mas tal enquadramento, para a surpresa do leitor mais atento, é quebrado após o terceiro parágrafo, com de um intertítulo. A partir daí, o destaque se transfere para o pronunciamento do superintendente do Incra sobre a situação. Daí em diante, essa autoridade passa a ser a voz principal em todos os seis parágrafos restantes. Neles, Lacerda é citado nada menos que 13 vezes, a maioria delas com verbos que expressam ação, contribuindo para um enquadramento positivo: “afirma”, “detalha”, “destaca”, “ênfatiza”.

Nessa segunda parte da matéria, além de rejeitar as pressões do MST, Lacerda critica a gestão anterior, explica a demora em novas desapropriações e pontua as próximas medidas do órgão. Dois aspectos merecem mais atenção nessa reportagem. Primeiramente, a ênfase que é dada à figura do superintendente⁵⁴. O fato de destacar uma liderança, recém eleita, de um órgão governamental, nos faz supor identificações políticas também do dono do jornal – que mais tarde se elegerá pelo partido do Governador

⁵⁴ Em edição anterior, de 11 de maio do mesmo ano, o CR já havia produzido a matéria *Incra vai recuperar assentamentos*, com entrevista de uma página inteira com C.L. Lacerda. Como é característico do projeto gráfico do jornal, as manchetes tem manchetes com letras grandes e três fotos, duas delas com o Superintendente em poses de trabalho (no telefone). Ver: Correio Regional, Ano 3, n.124, 29.06.03.

– mas também interesses comerciais em cativar anúncios oficiais. Por outro lado, a ênfase deslocado entre o assunto principal da matéria (os acampados) e a manifestação do Incra, na pessoa de seu superintendente, também fortalece a compreensão de que o destaque dos trabalhadores rurais em matéria anteriormente publicada pelo jornal fora apenas conjuntural.

Ainda que em uma leitura rápida da temática agrária nessas duas matérias ilustradas, com fontes ligadas ao problema fundiário (INCRA, MST), suponha uma orientação editorial do CR favorável ao equacionamento dessa problemática, as ênfases das declarações editadas, associados à questões descontextualizadas do assunto central da matéria, ocultam intenções deslocadas, disfarçadas no tratamento promocional dos assuntos. Esse enfoque personalista em torno de lideranças pontuais, identificada com os interesses do CR, *enquadram*⁵⁵ em um sentido mais identificado com a órbita privada da empresa do que com o interesse público no tema. O enquadramento personalista tem, aliás um crescimento importante nesse segundo trimestre, como pode ser notado nos gráficos 2^A, 2B e 2C.

Por outro lado, a cobertura agrária desse período também contemplou os interesses ruralistas. Além da criação da Patrulha Rural, que teve chamada principal de capa no DP, em 09.4.03⁵⁶, o mesmo jornal dá destaque em 15.6.03 para a convocação que a *Comissão de Terras, Migração e Colonização da Assembléia Legislativa do Paraná* realizou ao Secretários Roque Zimerman, visando pedir explicações da política do Governo nesse setor. Em 20.4.05, o DP veicula um artigo do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguete, denominado *Uma ameaça que retorna*⁵⁷, alertando sobre a instabilidade no

⁵⁵ Os estudos sobre *Enquadramento* fizeram avançar as abordagens do *Agenda Setting*, contribuindo para revelar que a Mídia é capaz de influenciar, mais do que no *o quê* as pessoas pensam, em um nível de determinar o *como* se dá a formação das agendas pessoais.

⁵⁶ Ver: *Patrulhamento rural tranquiliza agricultores*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3048, 15.6.03.

⁵⁷ Nesse texto, publicado originalmente no Informativo da FAEP, o presi-

campo e apelando por mais rigor do Estado nas desapropriações. O DP tem uma orientação editorial, de fato, mais moderada, mas não deixa de ignorar a temática agrária, o que é difícil para um Diário, considerando a forte presença desse assunto na pauta nacional desse período.

Contudo, o que mais chama a atenção na orientação editorial do DP é a ênfase genérica com que aborda assuntos que envolvem conflitos de poder e interesses altamente antagônicos. Ao evitar o tratamento consistente das contradições presentes nessa temática, o jornal chega às vezes à produzir manchetes fracas e vazias de interesse informativo. Três exemplos desse tipo de título nesse periódico: *Vitória no Grito da Terra* (18.5.03); *Conflitos no Campo preocupam Deputados* (15.6); *Requião fala sobre MST* (29.6.03). O conteúdo se orienta por um enfoque meramente declaratório, que foge de uma apuração mais cuidadosa das contradições que envolvem o fato, assim como de uma interpretação sobre os fatores históricos, geográficos, políticos e econômicos que circulam o acontecimento. Essa orientação reflete uma preocupação editorial em não trabalhar com a denúncia e o conflito, elementos valiosos para o desvendamento dos fatos no trabalho jornalístico.⁵⁸ O JB, por sua vez se utiliza na cobertura da questão agrária de muito conteúdo de agências, priorizando nesse período muito mais a cobertura nacional do que os acontecimentos locais.

No plano geral, verificamos, finalmente, que nesse segundo

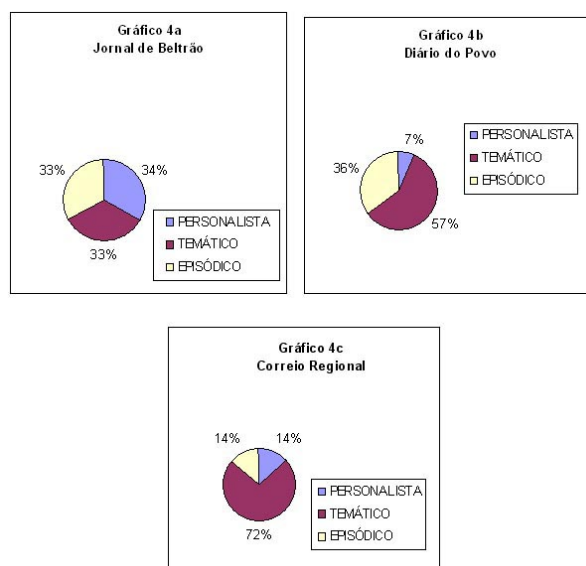
dente daquela entidade denuncia os “grupelhos que invadem propriedades e querem conturbar a ordem rural” e alerta para a necessária ação rigorosa das autoridades para inibir invasões e garantir que “as regras de desapropriações serão mantidas”.

Diário do Povo, p.2, ano XVII, n.3010, 20.4.03

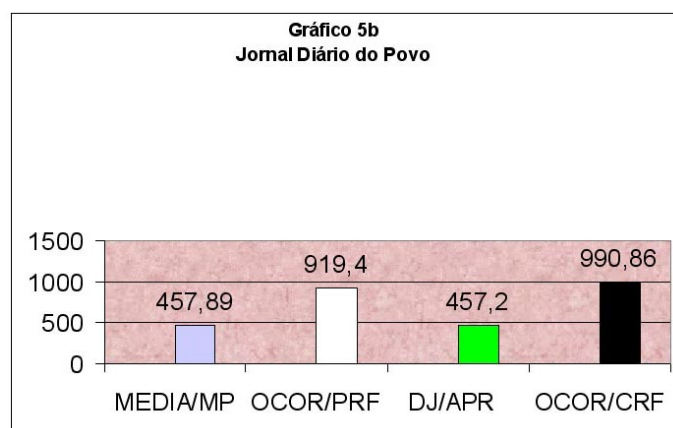
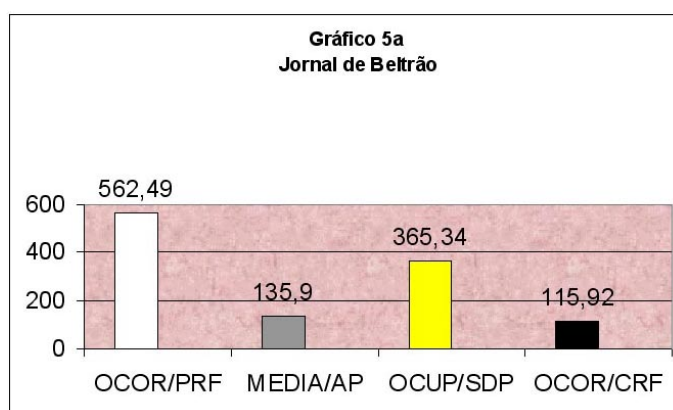
⁵⁸ A declaração da editora do DP, Leoni Serpa, de que o jornal rejeita o *denuncismo*, esconde um certo pretexto para o não aprofundamento em temas que necessariamente atingem grandes interesses políticos, particularmente de anunciantes. No documento que afirma a linha editorial do Grupo Diário, é clara essa prioridade pelas ‘boas notícias’: “O jornalismo denúncia sem a verdadeira apuração e investigação não contribui para o crescimento social e o desenvolvimento de uma comunidade, portanto, não são compatíveis com as diretrizes do GD”.

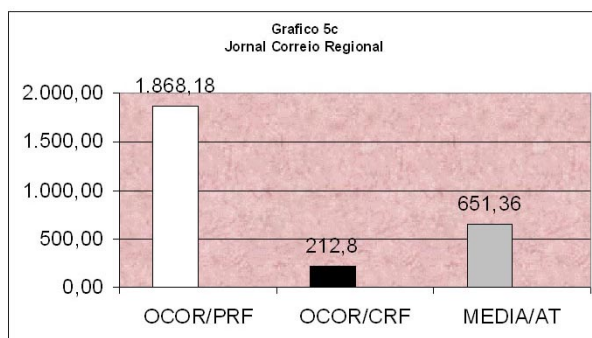
trimestre houve um leve refluxo das ocorrências *Contra a Redistribuição Fundiária - CRF*, que passam de 1.390,46, do trimestre anterior, para 1.318,78 centímetro-área. Cabe observar que nesse período já está em funcionamento a *Comissão especial de mediação de questões da terra do Paraná* órgão criado pelo Governo Requião para mediar o problema agrário no Estado. Essa instância terá um papel central nas negociações dessa natureza, visto que, graças à sua composição plural – aglutinando os diversos setores interessados – passa a se legitimar em suas ações descentralizadas. não só foi freqüente, como se ampliou. Um possível reflexo da atuação dessa Comissão, é que no JB e no CR verifica-se a ocorrência *Mediações Acordo Parcial - Media/AP* e *Mediações Acordo Total – Media /AT* (Ver gráficos 4 e 6), que se configura uma novidade entre as ocorrências de Mediações, que no trimestre anterior se restringiam à *Mediações Medidas Preventivas – Media/AP* (Ver gráficos 1 e 2).

Enquadramentos das matérias - II Trimestre de 2003



**Gráficos problema agrário no Sudoeste do Paraná
Tema por área (CM2) – 2 Trimestre de 2003**





Legenda

| | |
|--|---|
| | OCCOR/CRF- OCORRÊNCIA CONTRA DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | OCCOR/PDF- OCORRÊNCIA PRÓ-DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | ESTAT/CT - ESTATÍSTICAS CONCENTRAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/AT - ESTATÍSTICAS DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/OUT - ESTATÍSTICAS OUTRAS |
| | MEDIA/AT - MEDIAÇÕES ACORDO TOTAL |
| | MEDIA/AP - MEDIAÇÕES ACORDO PARCIAL |
| | MEDIA/DES - MEDIAÇÕES DESACORDO |
| | MEDIA/MP - MEDIAÇÕES MEDIDAS PREVENTIVAS |
| | DJ/D - DECISÕES JUDICIAIS DESPROPRIAÇÃO |
| | DJ/APR - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PREVENTIVAS |
| | DJ/APU - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PUNITIVAS |
| | DJ/OP - DECISÕES JUDICIAIS OUTRAS PROVIDÊNCIAS |
| | DJ/R - DECISÕES JUDICIAIS - REINTEGRAÇÃO |
| | MOB/PT - MOBILIZAÇÕES POR TERRA |
| | MOB/PC - MOBILIZAÇÕES POR CRÉDITO |
| | MOB/PSP - MOBILIZAÇÕES POR SEGURANÇA PÚBLICA |
| | MOB/OUT - MOBILIZAÇÕES - OUTRAS |
| | OCUP/SDP - OCUPAÇÕES SEM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CDP - OCUPAÇÕES COM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CV - COM VIOLÊNCIA |

4.5 Tempos radicais, pautas parciais (julho-setembro)

O terceiro trimestre de 2003 foi marcado no panorama nacional pelo radicalismo, tanto entre os atores políticos inseridos nos temas fundiários – Governo, Ruralistas e Sem-Terra - quanto na cobertura da grande imprensa. Demissões, manifestos e denúncias tornam esse trimestre intenso com relação ao debate agrário. Em termos de novidades em torno desse tema, os novos acontecimentos nesse período se refletem no aumento sensível do registro *Episódicos*, no tipo de enquadramento então realizado, e que pode ser constatado nos Gráficos 3A e 3B.

O gesto do presidente colocando o boné do MST provoca uma avalanche de críticas, quanto mais porque ocorre em meio a uma onda de ações políticas daquele Movimento - interrupções de pedágios no Paraná; saques em Pernambuco e ocupações de prédios públicos no Mato Grosso e em Alagoas. É polêmico, ainda no início de setembro daquele ano, a demissão do presidente do INCRA, Marcelo Resende, justificada pela “falta de sintonia” entre a direção do referido Órgão e o Governo. Ilustra também a tendência radical da cobertura agrária nacional nesse período o enfoque estigmatizante dos movimentos sociais, em particular, do MST. A revista *Época*, por exemplo, realiza uma associação direta da morte de um fotógrafo a seu serviço a um suposto clima de ‘Convulsão Social’⁵⁹. Já a *Veja*, faz uma cobertura reducionista do

⁵⁹ O assassinato do fotógrafo Luís Antônio da Costa em São Bernardo, SP, por um assaltante desconfiado que passava por uma manifestação popular que o fotógrafo registrava, provocou uma espécie de manifesto da *Época* contra o que classificou de ‘Convulsão Social’. Não contente com uma chamada de Capa, e matérias envolvendo 14 páginas, com um discurso criminalizante dos movimentos sociais, a revista alardeia em seu discurso editorial um clima de instabilidade social no País. Nele, o MST e o PT são citados, respectivamente, 8 e 10 vezes. A carta do editor, na mesma edição da revista, não deixa dúvidas dessa simplificação: “*Não importa se foi uma manifestação dos Sem-Terras ou um bandido comum. O tiro que matou o repórter fotográfico Luís Antônio da Costa expôs a falta de controle que o governo tem sobre os movimentos*

contexto fundiário, ao destacar o agro-negócio como ‘O Brasil da solução’, em contraste com a mobilização dos Sem-Terra como ‘O Brasil do problema’⁶⁰.

Sobre esse enquadramento, há uma clara orientação antagônica na revista, visando opor um MST, associado ao atraso, com o Agronegócio, concebido como modernidade. Na realidade tal enfoque se relaciona à típica visão editorial da Veja. Cortes percebe nessa orientação dicotômica uma implícita hierarquia de valores, estabelecida cobertura jornalística dessa revista, entre a propriedade e o direito de à dignidade:

O grupo [MST] utiliza conceitos ausentes no discurso hegemônico, fala em exploração, que o capitalismo é desumano, em socialismo, em produzir para viver. Para a revista, isso é atraso, é problema. (...) A linguagem *light* de Veja apenas admite que o capitalismo causa ‘desconforto’. (...). A revista registra com cores vermelhas a barbárie das invasões. Afinal de contas, a propriedade é um direito sagrado no nosso estado de direito e o direito a uma vida digna, com comida à mesa e um teto onde morar, parece de menor relevância. Na verdade, é um privilégio.⁶¹

Simultaneamente, nos meses de junho e julho os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* também se destacaram nessa cobertura agrária saliente e crítica sobre o MST⁶². Em um olhar ligeiro, pode passar despercebido na imprensa do

sociais”. Ver: *Uma bala no peito* e *Fora de controle*. Época, pp.36-49, 28.7.03. Grifo nosso.

⁶⁰ Ver: *O Brasil da solução... e o Brasil do problema*. Veja, pp.48-49, 06.8.03.

⁶¹ CORTES, Verônica P. Aravena. Sem medo do bicho papão: o governo Lula nas páginas da revista veja. In: *Estudos de jornalismo & Relações Públicas*. p. 37 São Bernardo do Campo: Umesp, ano 2, n.4, dez de 2004.

⁶² Comparativo da revista Carta Capital sobre os meses de junho e julho, entre os anos de 1999 e 2003, observa que o *Estado de São Paulo* teria veiculado, nesses meses de 1999, 24 notícias sobre o MST e um editorial crítico,

sudoeste do Paraná esse recorte simplificante da mídia nacional, mas, através de uma análise mais criteriosa, observamos alguns traços dessa tendência. A influência grande imprensa sobre a cobertura local é um fator constatável não apenas no plano formal, mas um reflexo da própria dinâmica jornalística de interação constante com o presente. Assim, além da assinatura das agências de notícias, os jornais locais também se pautam a partir dos meios tradicionais, em busca de abordagens mais amplas.

Já em início de julho o editorial *Tragédia anunciada*⁶³, do Correio Regional, faz incisivas críticas ao Governo Lula por este “estender o tapete vermelho ao MST” e elogia o agro-negócio, como um ‘Sucesso reconhecido no mundo’. Nessa mesma edição, mais de uma página é concedida também à uma reunião de produtores rurais, na cidade de Guarapuava, onde a pauta central é o problema das ‘invasões’. Nesse evento, realizado em um CTG local, tanto o prefeito da cidade, Hugo Burko (PSDB), quanto outras lideranças, alertam a existência de “um clima de guerra no campo”. A matéria é, sem dúvidas, fortemente favorável aos grandes produtores rurais. Esse enfoque de privilegiar os eventos ligados aos ruralistas demonstra um contraste significativo do CR com relação ao primeiro e segundo trimestre, considerando que nesse terceiro trimestre a cobertura *Pró-Democratização Fundiária* é bem mais expressiva.

O JB realizou nesse período uma cobertura mais modesta, mas não menos constante. Além do debate propiciado através articulistas de deferentes olhares sobre o problema agrário – como o texto *O poder e os bonés* da deputada estadual petista Luciana Rafagnin – o jornal também concedeu duas capas ao assunto. A

passando, em 2003, para 228 notícias e cinco editoriais críticos ao Movimento; Já a *Folha de São Paulo* teria dado, no ano de 1999, 76 matérias envolvendo o MST e criticado-lhe em um editorial, passando, no ano de 2003, a mencionar o MST em 166 matérias em seis editoriais críticos. Ver: *Dize-me com quem anda e...*. Carta Capital, pp.26-28, 20.8.03.

⁶³ Ver: *Tragédia anunciada*, *Correio Regional*, p. 2, Ano 3, n.126, Palmas, PR.

primeira relacionada à ocupação da polêmica fazenda Araupel⁶⁴, que terá cobertura permanente desse periódico. e a segunda sobre a visita do ministro Miguel Rosseto e a liberação de recursos que realizou na região sudoeste, assunto que ao qual é dedicado uma página inteira. No caso da troca de direção do Presidente do Incra, que provocou indignação no MST e da CPT, o episódio recebeu destaque de capa no JB⁶⁵. Curioso notar, por outro lado, o espaço tímido que o jornal dedica a um conflito na região centro-sul do Estado, em que deixou um coordenador do MST morto e dois outros líderes feridos.

O Diário do Povo, por sua vez, não se diferencia muito desse enfoque episódico, restringindo também as suas pautas principais no tema agrário à visita do ministro Rosseto e a crise em na Fazenda Araupel. Um editorial do DP do dia 18.7.03 apresenta o cenário político nacional em torno da *Reforma Agrária* (título do texto), mas não assume qualquer posicionamento, restringindo-se a pincelar a conjuntura, mantendo, portanto, a linha moderada até então característica desse periódico. A suposta isenção declarada pelo DP, a respeito da cobertura jornalística, pode ser problematizada a partir de uma análise mais criteriosa sobre a visão editorial da empresa. Sobre período conturbado no Campo, em que se torna prática usual as ocupações de pedágios e prédios públicos, a editora do jornal avalia:

Aqui, nós tivemos uma questão muito séria, que foi o uso do MST. O governo usou o MST para a questão dos pedágios. No momento que um grupo, que tinha toda uma concepção ideológica muito clara, se presta para determinados protestos como esse, ele vai perdendo credibilidade. É perigoso a forma como

⁶⁴ Em 17.12.03 a revista Veja veiculou matéria de uma página criticando esse assentamento, pelo alto custo e ‘ameaça’ à áreas de preservação. Ver: Pobres, mas custam milhões. Veja, 17.12.03.

⁶⁵ *Ministro Rosseto demite presidente do Incra*. Jornal de Beltrão, ano XIV, n.2.575, Capa e p.12, 02.9.03.

a massa de manobra vem sendo conduzida no MST.
(SERPA, Leoni, Diário do Povo, op.cit.).

Essa leitura crítica das ações violentas do MST não deixa de refletir um posicionamento do jornal com relação ao Movimento, que dificilmente deixa de ter implicações na cobertura jornalística. Em todos casos, essa não é uma crítica isolada. A opção pelas ações não-legais no campo reflete as dificuldades de ampliação do MST a partir de fins dos anos 90, quando os seus líderes e aliados começam a denunciar uma campanha de ‘criminalização’ dos movimentos sociais. Conforme muitos críticos, esse caminho representa um equívoco, seguido por outras organizações de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas. Navarro (In: SANTOS, 2002:211) acredita que esse seja um caminho que tende a levar o MST ao isolamento e aos desvios de sua vocação primária.

Em uma outra perspectiva, Carvalho diz que essas ‘ações diretas’ (ocupação de terras, de prédios e a resistência nos acampamentos) tem uma dimensão emancipadora nas relações dos movimentos sociais com o Estado, como analisa:

O MST, ao optar pela ocupação dos grandes imóveis rurais improdutivos, confrontou-se diretamente com o grande capital financeiro e comercial nacional e estrangeiro. Ao romper com as prerrogativas históricas e legais do direito de propriedade privada da terra improdutiva, estava, de maneira indireta afirmando que não iria aguardar pela ação do Estado para a realização da reforma agrária no Brasil. Portanto, emancipava-se do estado. Rompia com a prática histórica de diversos movimentos sociais de luta pela terra e da luta sindical e partidária de reivindicar do Estado a reforma agrária. (CARVALHO in SOUZA, 2002:247)

Essa dimensão ‘não-legal’ das ações dos trabalhadores rurais sem-terra tem, contudo, um sentido mais claro para a imprensa

micro-regional paranaense que, ainda que admita simpatias ao Movimento, tende a não concordar com tais práticas, como denota também as declarações do editor do JB, Ivo Pegoraro: “A gente via parte da sociedade dando apoio ao Movimento, e teve bons resultados aqui na nossa Região. Agora, eu questiono muito o Movimento no País como movimento agrário. Ele começou como movimento agrário, mas hoje como movimento agrário está descaracterizado. Agora, eu respeito como movimento social”⁶⁶.

Essa suposta admiração do editor do JB se reflete na cobertura desse Jornal que, durante o ano de 2003, concedeu o maior número de títulos *Pela Democratização Fundiária - PDF*, (27), contra 19 do DP, 2 do OP e 10 do CR, conforme podemos verificar na tabela 2. A mesma identificação é compartilhada pela editora do DP, quando ressalta a o seu conhecimento da história do MST, mas também as suas restrições às práticas do movimento: “Venho da região onde o MST surgiu. Os primeiros sem terras vieram de Nononai. O governo jogou muitos para Terra Nova e parte foi para a Fazenda Anoni. Precisa ser feito, sim, mas precisa ser feito de uma forma que não entre mais conflito. Eu acho que no Brasil já se guerreou demais com relação a terra.”⁶⁷

Nesse aspecto, identificamos um elemento importante na determinação editorial do jornal, que se refere à visão de mundo do editor, e que se constrói também a partir de sua formação profissional.⁶⁸ - mas encontra também sua abordagem correspondente na ação que a mídia sobre a mensagem, a partir do agendamento de seus temas.

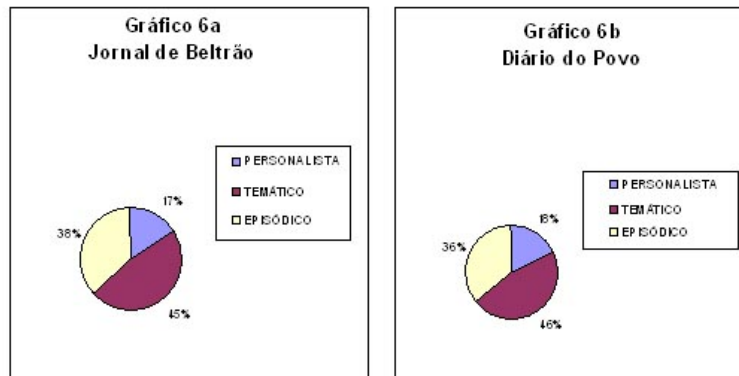
Vejamos a distribuição de tópicos em torno do problema agrário nos jornais micro-regionais de nossa pesquisa, entre os meses de julho e setembro de 2003.

⁶⁶ PEGORARO, Ivo. Entrevista citada.

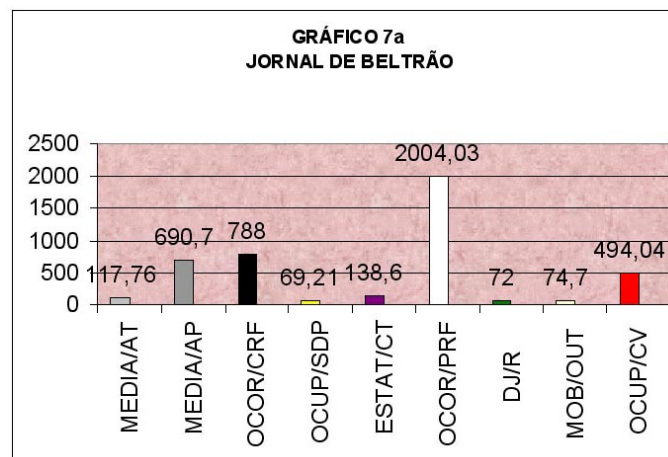
⁶⁷ SERPA, Leoni. Entrevista citada.

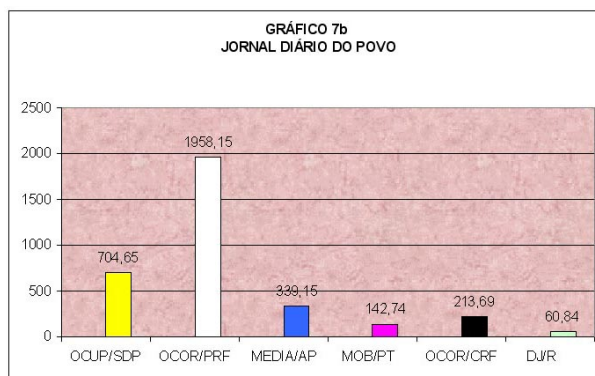
⁶⁸ Essa participação do olhar profissional do jornalista na apresentação jornalística contemplada na dimensão dos *processos* da produção da notícia modelo *Newsmaking*, que relaciona os processos de produção da notícia e a cultura profissional à apresentação da informação (ver WOLF, 1995).

Enquadramentos das matérias III Trimestre de 2003



Gráficos problema agrário no Sudoeste do Paraná Temas por área (CM2) – III Trimestre de 2003





Legenda

| | |
|--|---|
| | OCOR/CRF - OCORRÊNCIA CONTRA REDISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | OCOR/PRF - OCORRÊNCIA PELA REDISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | ESTAT/CT - ESTATÍSTICAS CONCENTRAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/AT - ESTATÍSTICAS DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/OUT - ESTATÍSTICAS OUTRAS |
| | MEDIA/AT - MEDIAÇÕES ACORDO TOTAL |
| | MEDIA/AP - MEDIAÇÕES ACORDO PARCIAL |
| | MEDIA/DES - MEDIAÇÕES DESACORDO |
| | MEDIA/MP - MEDIAÇÕES MEDIDAS PREVENTIVAS |
| | DJ/D - DECISÕES JUDICIAIS DESPROPRIAÇÃO |
| | DJ/APR - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PREVENTIVAS |
| | DJ/APU - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PUNITIVAS |
| | DJ/OP - DECISÕES JUDICIAIS OUTRAS PROVIDÊNCIAS |
| | DJ/R - DECISÕES JUDICIAIS - REINTEGRAÇÃO |
| | MOB/PT - MOBILIZAÇÕES POR TERRA |
| | MOB/PC - MOBILIZAÇÕES POR CRÉDITO |
| | MOB/PSP - MOBILIZAÇÕES POR SEGURANÇA PÚBLICA |
| | MOB/OUT - MOBILIZAÇÕES - OUTRAS |
| | OCUP/SDP - OCUPAÇÕES SEM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CDP - OCUPAÇÕES COM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CV - COM VIOLÊNCIA |

4.6 A Paz no campo... e no texto (outubro–dezembro)

Em fins de outubro, os Sindicatos Rurais do Sudoeste, com o apoio de Prefeitos, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP e outras lideranças, organizam o *Movimento da Comunidade pela paz, ordem e respeito às leis*, popularmente divulgado como movimento Paz no Campo. A iniciativa, que envolveu carreatas e comícios em vários municípios do Sudoeste foi definido pela FAEP como um ‘Megaprotesto interestadual’. De fato, o autor presenciou parte da manifestação, onde pode testemunhar uma espécie de Marcha Militar, que mesclou o tradicionalismo farroupilha com a estética do maquinaria do agronegócio⁶⁹ em uma explícita exibição intimidatória. (Ver fotos 1 e 2).

Porém, mais do que essa dimensão marcadamente preventiva e cooperativa dessa ação política dos ruralistas - considerando que Palmas não apresenta registros de conflitos fundiários durante esse ano, é marcante a o maniqueísmo do discurso que orienta a divulgação do Evento, opondo os produtores – setor *produtivo* – a produção, ou, se quisermos, em uma outra linguagem também utilizada pelos manifestantes os *homens de bem*.

No interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, detectamos uma estranha noção de competência que, além de elitista, está definitivamente associada ao monopólio e ao *ethos* da propriedade fundiária, à especulação e à improdutividade. Ser pro-

⁶⁹ Trecho de matéria veiculada no OP, dá uma idéia do suntuosidade do Movimento: “O *Movimento da Comunidade pela Paz, Ordem e Respeito às Leis* começou no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) do município e seguiu em carreata até o centro da cidade, onde atraiu mais de duas mil pessoas. Á frente da carreata foi uma tropa de cera de 40 cavaleiros, seguidos de 50 tratores, 19 colheitadeiras, 35 ônibus, 35 caminhões e pelo menos 200 carros.”. Ver: *Tratores, caminhões e colheitadeiras nas ruas: produtores do Sul protestam contra invasões. O Palmense*, p.12, ano XII, n.368, Palmas, PR.

prietário, por si só, é ser competente, não importando que usos e abusos possam daí advir. Calcada sobre as idéias de capacidade, talento e superioridades individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os “incompetentes” sociais. (BRUNO, 1997:6).

Um outro dado importante nesse evento é a diversidade entidades que participam dele. Apoiaram a mobilização - CTGs, Sociedades Rurais e Sindicatos Rurais, Cooperativa, Clubes Recreativos (como a ABB), além de prefeitos e parlamentares de todas as esferas. Não poderia ser mesmo diferente, visto que o evento envolveu, além de lideranças do Paraná, ruralistas do oeste de SC e norte do RS. Nos discursos realizados contra a ameaça das ocupações, reuniram-se protestos dos atingidos por delimitações ambientais, áreas de produção desapropriadas para reservas indígenas.⁷⁰

A cobertura do movimento Paz no Campo nos jornais analisados foi ampla e positiva, o que é compreensível, tendo em vista o forte esquema de divulgação das entidades e órgãos públicos envolvidos – prefeituras, sindicatos rurais e líderes políticos - a maioria anunciantes de peso na pequena imprensa. É oportuno observar, a propósito, que essa apresentação ineditista dos jornais locais em torno do problema agrário, que é tão historicamente marcante nessa Região, reflete também uma traço superficial na cobertura dessa modalidade de imprensa, na medida em que destaca a magnitude de eventos próximos muito mais pela orientação bairrista do periódico, do que propriamente pela necessária contextualização crítica que o assunto merece.

Analisando a *quase* ausência de conflitos na cobertura da imprensa cotidiana regional (*Presse Quotidienne Regionale*) na França, Tétu qualifica esse tratamento da informação local como *certificante* (porque engloba o indivíduo em um grupo, que exclui a

⁷⁰ O que mais uma vez confirma a transversalidade temática do Problema Agrário na atualidade.

marginalidade e porque a ‘festa’ é o seu tema mais importante); *demonstrativa* (porque põe em evidência, sob forma espectral, as atividades invisíveis de um bairro, desmensuradamente aumentadas); *banalizante* (porque o medo de desagradar às fontes parece acentuar um conformismo patente) e *promocional* e (porque produz um fenômeno de instituição permanente dos ‘notáveis’. (In: Porto, 440-442:2002).

Notamos, por exemplo, que na mesma semana em que ocorreu o *Paz no Campo*, um funcionário de um fazendeiro assassinou um menino de nove anos, ao atirar contra uma pequena barraca de lona “suspeita” onde o garoto acompanhava o pai e um irmão em uma pescaria, próximo a uma fazenda particular, em Palmas. O evento teve registro apenas em pequenas notas descontextualizadas no noticiário policial local, inclusive dos jornais analisados⁷¹. A grande imprensa regional, que também deu ampla cobertura ao ato dos ruralistas, se silenciou igualmente sobre esse crime. Nesse aspecto, percebemos que a imprensa local às vezes desvia-se de cumprir um papel jornalístico, cuja condição de proximidade com os fatos a qualifica a realizar com mais competência que a grande imprensa: o aprofundamento dos acontecimentos no máximo de contradições e versões abrangentes em seus atores mais próximos.

Ainda com relação ao movimento Paz no Campo, ajuda a entender a ampla adesão da alta sociedade palmense o fato de que as lideranças que organizam eventos desse tipo visam contemplar em seu discurso a participação e apoio máximo da sociedade. No caso do evento de Palmas, verificou-se a combinação do espírito do tradicionalismo – cuja essência conservadora já comentamos anteriormente – o apelo desenvolvimentista, que é marcadamente associado pelos ruralistas ao agronegócio e um conceito de amplo consenso público, que é a Paz. Exatamente pelo caráter generalista em que é utilizada tal expressão, a mesma nada explica em termos de contextualização histórica ou relações de poder, mas une emocionalmente a partir de laços de ordem religiosa (ao se

⁷¹ Ver: Pescaria acaba em tragédia quando menino de nove anos é morto com um tiro. *Folha de Palmas*, Palmas, PR, Policial, 24-30.10.2003.

tratar de uma Comunidade predominantemente cristã-católica); econômica (a partir de uma elite tradicional, que ainda associa o Governo Lula a um projeto Comunista)⁷² e política (os ‘cidadãos de bem’ estão ameaçados pelos desordeiros).

Por outro lado, é preciso destacar que, assim como as marchas e ocupações do MST, o esse tipo de ação pública dos ruralistas também envolve uma estratégia de imponência simbólica. Nesse aspecto, Champagne nota uma dimensão amplificadora de tais atos, na medida em que constroem um campo de identificação coletiva, cuja convivência seduz pelo poder atribuído:

As manifestações, comícios e desfiles representam tradicionalmente formas de mobilização estratégicas na medida em que constituem grupos intermediários entre os grupos sociais reais e os coletivos políticos (...). A visão dos cortejos a perder de vista cria – sobre esse ponto, são numerosos os testemunhos – um sentimento de força que, aparentemente estaria em condições de enfrentar qualquer oposição e suscita uma espécie de excitação, até mesmo um verdadeiro êxtase. (CHAMPAGNE, 1998:238;240).

Não há como ignorar nessa visibilidade propiciada pelas manifestações dos grupos de interesse uma intencionalidade de repercussão na mídia. Mais do que isso, a legitimação popular que a imprensa concede àquilo que veicula converte as ações coletivas em instrumentos de concorrência com os poder público oficial. Nesse apelo ao reconhecimento público que os movimentos sociais e as entidades patronais realizam a partir de suas manifestações, resta às lideranças governamentais aderir ou omitir-se. A ampla e quase irrestrita adesão que se verificou no movimento Paz

⁷² O que é explícito nesse trecho do depoimento do ruralista José Bueno, então Presidente do SR Palmas e um dos principais entusiastas do Ato: “esses movimentos, tentando ganhar a opinião pública, criando as condições para que eles consigam implantar o que todos sabem o que querem, né? - a Ditadura Socialista, o Comunismo, o regime totalitário”. Entrevista cit.

no campo denota uma identificação política das lideranças micro-regionais e regionais com o setor ruralista, mas também uma estratégia de sobrevivência política. Exemplo disso, é a presença do deputado Antônio Anibelli (PMDB), que dava então sustentação à um Governo com afinidades importantes com o MST, mas isso não foi restrição para que, naquele momento participasse do ato dos ruralistas, inclusive se pronunciando em palanque. (ver Foto 1, o quarto da esquerda para a direita).

O JB e o DP deram, igualmente, chamadas principais de capa para o evento. O Palmense, que durante a maior parte do ano praticamente ignorou a pauta agrária na região, também concedeu meia página para o movimento. Curiosamente os números do jornal sobre o contingente que participou do episódio - 1500⁷³ - são superiores até mesmo aos anunciados pela própria FAEP em seu Boletim semanal - 2000⁷⁴. O impacto desse evento na Imprensa microrregional precisa ser compreendida, a partir do impacto de sua iniciativa, que se construiu em meio a um clima favorável aos ruralistas, construída nos meses anteriores no plano nacional – como já vimos anteriormente, tendo um desfecho também no plano regional.

Se a demissão do presidente do Incra, Marcelo Resende, no início de setembro, causou desagrado aos setores ligados ao MST, reforçou, por outro lado, a idéia de força dos setor ruralista, que criticava a orientação política seguida por aquele órgão até então. O episódio dos bonés, que caracterizou uma identificação do presidente Lula com o MST, por exemplo, contribuiu fortemente para esse cenário de indignação do setor ruralista em um momento em que ocorriam freqüentes ocupações em todo o País. Além disso, a entrevista do ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, asso-

⁷³ Percebe-se, todavia, pelo distanciamento que o texto faz ao se referir ao Evento, que a matéria não foi produzida pelo OP, mas apenas reproduzida de relise institucional dos organizadores: “(...) fizeram um ato público em Palmas, a 360 km de Curitiba (...)”. Ver: *Tratores, caminhões e colheitadeiras nas ruas: produtores do Sul protestam contra invasões*. Fonte citada.

⁷⁴ Ver: *Invasões do MST ameaçam a Constituição e a democracia*. Boletim Informativo FAEP, 03 a 09.11.03, Ano XVIII, n.793.

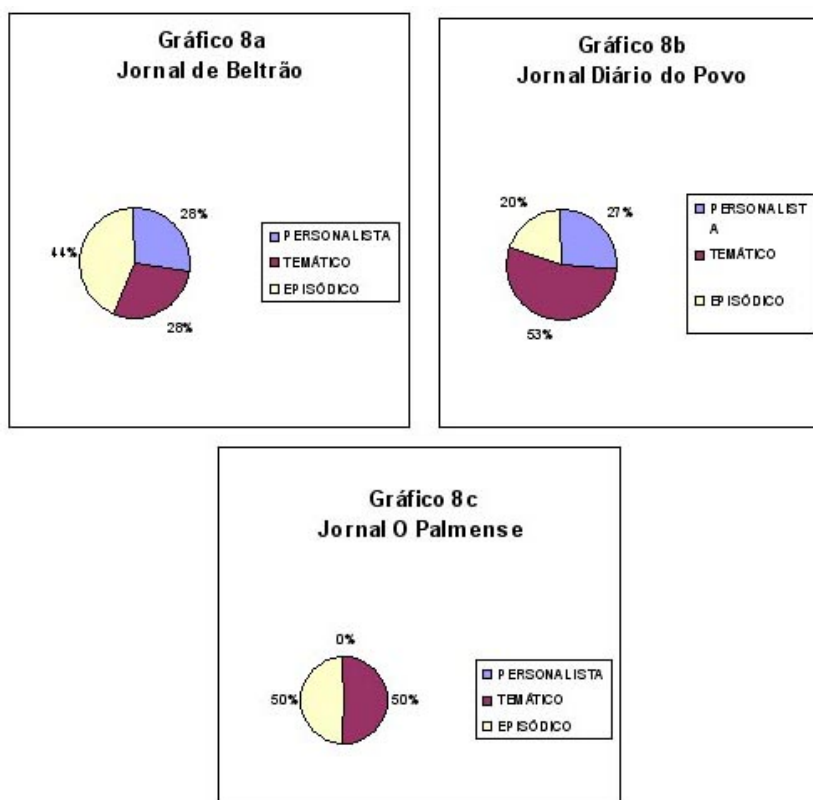
ciando as ‘tensões’ no campo à uma suposta dificuldade de atrair capitais⁷⁵, foi um mais fator de fortalecimento do descontentamento do setor ruralista. Por outro lado, no plano regional também havia um ambiente político propício aos ruralistas em vista de declarações realizadas pelo Governador, condenando as ‘invasões’. Além disso, a pesquisa divulgada em fins de setembro a FAEP anunciando que *73% rejeitam invasões de terras*⁷⁶ foi o impulso que faltava para embasar uma articulação como a ocorrida em Palmas e Região.

Finalmente, chama a atenção nas ocorrências do temas agrários desse período no sudoeste do Paraná o crescimento sensível da ocorrência *Mobilizações Por Segurança Pública* o que demonstra uma reação clara das organizações ruralistas contra as mobilizações dos sem-terra, mas também expressa uma estratégia preventiva dos proprietários rurais.

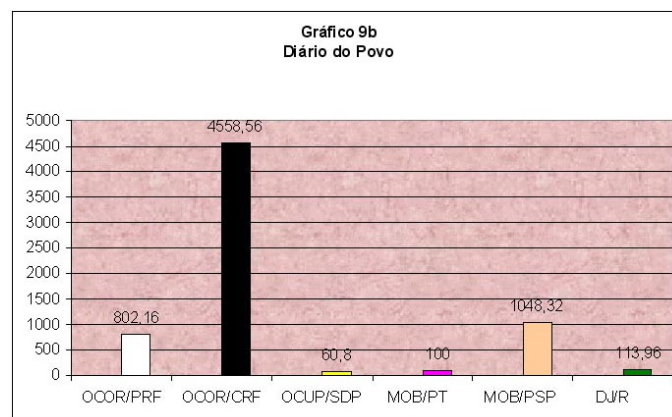
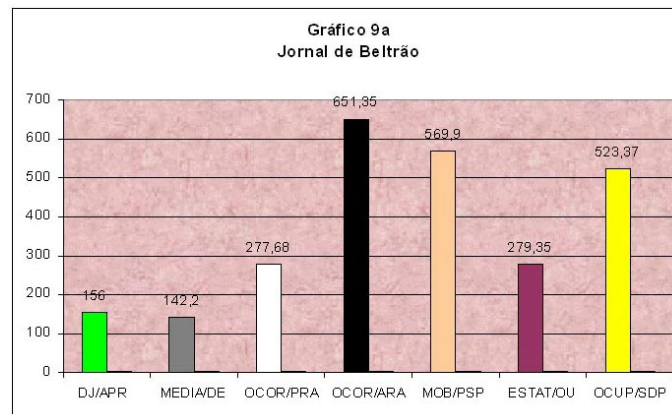
⁷⁵ Ver: *Ministro da Agricultura diz que MST afeta investimentos no país*. Boletim Informativo Faep. Ref. cit.

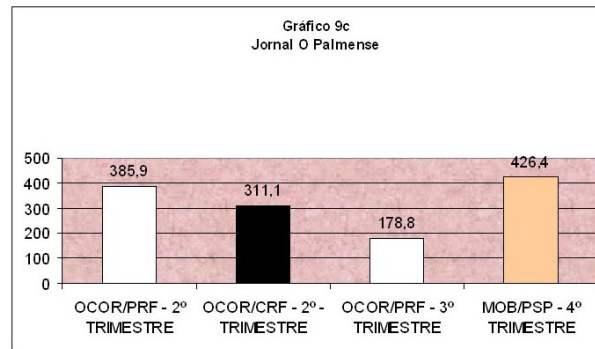
⁷⁶ Ver: *Pesquisa revela que 73% rejeitam invasões de terras*. Boletim Informativo Faep. Ref. Cit.

Enquadramentos das matérias IV Trimestre de 2003



**Gráficos problema agrário no Sudoeste do Paraná
Temas por área (CM2) – IV Trimestre de 2003**





Legendas

| | |
|--|---|
| | OCCOR/CRF- OCORRÊNCIA CONTRA DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | OCCOR/PDF- OCORRÊNCIA PRÓ-DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA |
| | ESTAT/CT - ESTATÍSTICAS CONCENTRAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/AT - ESTATÍSTICAS DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA |
| | ESTAT/OUT - ESTATÍSTICAS OUTRAS |
| | MEDIA/AT - MEDIAÇÕES ACORDO TOTAL |
| | MEDIA/AP - MEDIAÇÕES ACORDO PARCIAL |
| | MEDIA/DES - MEDIAÇÕES DESACORDO |
| | MEDIA/MP - MEDIAÇÕES MEDIDAS PREVENTIVAS |
| | DJ/D - DECISÕES JUDICIAIS DESPROPRIAÇÃO |
| | DJ/APR - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PREVENTIVAS |
| | DJ/APU - DECISÕES JUDICIAIS - AÇÕES PUNITIVAS |
| | DJ/OP - DECISÕES JUDICIAIS OUTRAS PROVIDÊNCIAS |
| | DJ/R - DECISÕES JUDICIAIS - REINTEGRAÇÃO |
| | MOB/PT - MOBILIZAÇÕES POR TERRA |
| | MOB/PC - MOBILIZAÇÕES POR CRÉDITO |
| | MOB/PSP - MOBILIZAÇÕES POR SEGURANÇA PÚBLICA |
| | MOB/OUT - MOBILIZAÇÕES - OUTRAS |
| | OCUP/SDP - OCUPAÇÕES SEM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CDP - OCUPAÇÕES COM DANOS PATRIMONIAIS |
| | OCUP/CV - COM VIOLÊNCIA |

Capítulo 5

Considerações finais

Ainda que as elites políticas detenham a hegemonia sobre os recursos argumentativos nos pequenos jornais - que raramente pertencem à grupos socialmente excluídos - em se tratando da pauta agrária, pudemos observar que são de níveis diversos as vozes que interferem nessa concorrência discursiva, e no conseqüente agendamento da mídia. Isso impõe à um estudo dessa natureza, não só a contextualização do cenário trabalhado, mas as devidas relações extra-institucionais para a apreensão de atores, que não integram a arena dos conflitos, mas que influenciam nessa tematização. Assim, pudemos constatar que entre as lideranças legítimas ou oficiais (Poder Público Municipal; Produtores Rurais, MST, Pequenos Produtores, Associações) e a Imprensa local - que também se constitui um ator em potencial – há outros sujeitos que se interpõe nessa configuração da percepção pública sobre os problemas sociais, e que às vezes transcendem o cenário imediato.

Por outro lado, mesmo considerando que a tiragem das publicações impressas do interior abranje um público bem mais reduzido que a do rádio e a TV, há algumas características singulares do meio papel, que o torna atraente e importante na disseminação da informação. O som e imagem se revestiram de uma importância preponderante no jornalismo contemporâneo, particularmente nesses tempos em que a multimídia transforma profundamente o

perfil do jornalismo, mas a informação escrita continua detendo uma marca de credibilidade forte em nossa cultura. A fácil manipulação e demonstrabilidade do jornal impresso é fator desejável em uma sociedade institucionalizada e marcadamente burocrática, onde a linguagem digitalizada anda ao lado de padrões contratuais tradicionais. Essa dimensão de permanência do impresso compensa, de certa forma, o potencial de insataneidade do rádio e de visualização da tv, em se tratando de realidades em que a cobertura desses dois meios é fluída e distante.

Particularmente com relação a agenda da mídia local sobre o problema agrário, que orientou o recorte empírico desse estudo, constatamos que o histórico político e profissional dos agentes que atuam nos veículos de comunicação na órbita micro-regional pode ser um fator preponderante na forma de abordagem com que um jornal aprofunda ou superficializa esse assunto em suas pautas, apuração e apresentação – a registrar que essas três fases têm importância equivalente na emergência dos assuntos públicos. Por outro lado, em se tratando dessa imprensa de pequeno porte, a política administrativa não é uma dimensão meramente burocrática. As estratégias de captação de anunciantes e a política editorial tendem a ter uma proximidade perigosa nos pequenos jornais, em que a mão de obra escassa, e freqüentemente inadequada, concentra atribuições e pode criar vínculos de dependência com sério comprometimento ético e democrático. Os grupos de interesses mais bem articulados, a partir de assessorias especializadas, se instrumentalizam para explorar essas brechas. Mais grave, entretanto, é que verificamos que essa instrumentalização também ocorre no sentido inverso, e não raro se constitui uma estratégia de sobrevivência ou barganha da mídia local.

Especificamente com relação aos jornais analisados, houve alguns cuidados que surgiram no andamento da pesquisa, como o melhor reconhecimento dos distintos cenários políticos em que a pesquisa se inseriu. Ainda que existam afinidades culturais e vínculos históricos que aproximam as três cidades – Palmas, Pato Branco e Francisco Beltrão – há fatores sócio-históricos e geo-

políticos que concederam singularidades às suas elites e à cultura midiática de cada um desses Municípios. No caso de Palmas, por exemplo, a inexistência de uma imprensa escrita consolidada - em termos estruturais e democráticos - nos levou a ampliar o escopo inicial do estudo, visando contemplar melhor as contradições existentes. Já, em Pato Branco, onde há inclusive uma Faculdade com um curso de Jornalismo, percebeu-se no Diário analisado um diferencial nos padrões gráficos e estéticos da imprensa local, ainda que o conteúdo editorial deixe a desejar. O DP, mesmo sendo um jornal de boa infra-estrutura material e humana, não se diferenciou do jornalismo *declaratório*, que é típico nos periódicos do interior. O compromisso com a verdade, sustentado no discurso gerencial da empresa, contrasta com uma cobertura em que a divulgação de fatos e eventos locais predomina sobre a investigação e a denúncia.

Em Francisco Beltrão, finalmente, se percebe no jornalismo praticado uma síntese entre o profissionalismo e a identidade política desse município, de profícua história de conflitos fundiários. De uma forma mais singular, a formação da empresa jornalística se deu, nesse caso, através da articulação de ex-jornalistas, que constituíram um gerenciamento coletivo. Nesse coletivo, a preocupação com a pauta agrária teve influência da formação política do município e da equipe editorial, cujo editor manifestou ter vínculos fortes com a agricultura familiar e o extensionismo rural. Em um período marcado por constantes tensões agrárias, tais características se traduziram em um agendamento relativamente plural.

Por outro lado, observamos nessa combinação de realidades relativamente distintas, a existência de conceitos e expressões influentes na construção de discursos locais que, em momentos estratégicos, se articulam para a operar a legitimação de uma agenda comum. Essas estruturas não dependem exclusivamente do poder econômico, visto que tanto no MST, quanto na FAEP – principais instâncias articuladoras do discurso na questão fundiária micro-regional do Paraná – se identificam elementos culturais, histori-

camente enraizados e vinculados ao modo de ser, e que se confundem com as estratégias desses movimentos. Estes traços contribuem para a sustentação e perpetuação dos discursos mais episódicos, quando a ameaça à grande propriedade se manifesta.

Destacamos, na parte dos ruralistas, o patriotismo, como referência de integração e oficialidade; o *tradicionalismo gaúcho* – em seu ritualismo coronelista; A noção de propriedade *produtiva*, que agrega um suposto status, que detém os grandes produtores rurais, por ‘garantir o alimento da cidade’ e o conceito de *homem de bem*, que absorve idéia de família padrão, católica, nativa e respeitosa às leis. Entre os trabalhadores rurais também podemos identificar esses elementos de identidade aglutinadora, que ressoam na mídia como uma espécie de campo identificador. É o caso da delimitação *excluídos sociais*, que detém um sentido histórico, relacionado ao processo de marginalização de amplas massas de trabalhadores rurais a partir do incremento das novas tecnologias. Esse apelo, que tem forte identificação com a doutrina social da Igreja e o discurso transformador dos partidos de esquerda, é extrovertido no discurso público a partir de eventos como a *Marcha pela reforma agrária* e o *Grito dos excluídos*. Por outro lado, a categoria *trabalhador sem-terra* identifica uma dimensão de ruptura do vínculo entre aqueles que tem uma vocação para o trabalho agrícola e o seu principal espaço de intervenção. Finalmente, em uma abordagem discursiva mais recente o MST adota o lema *Reforma agrária, uma luta de todos*, que supõe o necessário engajamento de toda a sociedade à sua causa.

Percebemos, assim, que essas construções são bases identitárias desses atores, que se mantêm e se difundem através das declarações, protestos e campanhas públicas, contribuindo para solidificar uma imagem pública contingente, que assume mais visibilidade e apelo na mídia nos momentos de tensão ou conflito. No ano de 2003, isso ocorreu no Sudoeste do Paraná em vários momentos, mas podemos destacar três: o caso da intensificação das ocupações, durante o primeiro trimestre do ano; o episódio polêmico de uso do boné do MST pelo presidente Lula durante o

terceiro trimestre e, finalmente a campanha Paz no Campo, promovida pelos ruralistas entre nos municípios do Sudoeste. Nos três casos, estruturas diluídas em várias instâncias constroem um campo de ação conjunta, em que a imprensa local é uma arena estratégica, mas que está longe de ser a única. Mesmo assim, os jornais locais representam ainda poderosas instâncias de legitimação, que não apenas se prestam à interlocução de interesses mais abrangentes, como, de modo inverso, extrapolam versões e agendas pelos grupos de interesses, que não raro repercutem na Grande Imprensa regional.

Finalmente, cabe alguns indicativos para futuros trabalhos que venham a transitar nessa órbita micropolítica dos estudos de agendamento, cujos trabalhos ainda são bastante escassos no País, ainda que o *Local* se fortaleça nessa era do ciberespaço, como lócus privilegiado para a pesquisa científica. Um caminho possível de ser trilhado, que não caracterizou o recorte do presente estudo, é a abordagem concentrada da questão do agendamento agrário sobre um só município. Essa centralização, ao limitar geograficamente as fontes e instâncias estudadas permitiria um aprofundamento mais rentável de uma pesquisa, na medida em que facilitaria a exploração de todas as dimensões de uma cultura midiática local. Em uma outra perspectiva, um fenômeno que observamos como relevante para a abordagem do problema agrário, e que também transcenderia os propósitos de nosso estudo, é a dimensão transversal que a temática agrária progressivamente assume na esfera micro.

A articulação do problema da Terra com temas como a Desenvolvimento local, Meio Ambiente e Questão Indígena determina uma nova configuração do problema fundiário, que demanda estudos articulados para a melhor apreensão de sua complexidade. Finalmente, em uma órbita mais abrangente, penso que o Rádio é uma instância particularmente estratégica de agendamento nos municípios rurais, que merece uma análise mais atenta como suporte de pesquisa nessa temática. Creio que entre os mecanismos políticos de concessão, veiculação publicitária e orientação edi-

torial há nesse Meio um farto arsenal empírico para a exploração em um estudo da presente temática, cuja inserção me possibilitou enxergar - muito além de Cercas, Barracos e Manchetes - relações e agendas construídas a partir dessas instâncias.

Referências

- ABREU, A. A. ; WELTMAN, F. L. e ROCHA, D. (orgs). *Eles mudaram a imprensa - Depoimentos ao CPDOC*. RJ: Editora FGV, 2003.
- ALBERT, P. e TERROU, F. *História da imprensa*. SP: Martins Fontes. Trad. Edison Dardi Heldt, 1990 [1970].
- ALMEIDA, A. J. de. *Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia: a rede carlista de televisão e rádio*. Dissertação de Mestrado. PPGCSO / Ufscar, SP, 2002.
- ALMEIDA, A. M. C. Participação social dos operários na origem rural em área urbana. *Estudos Paranaenses*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- ANJOS, N. dos. *A Questão Agrária na Grande Imprensa*. Dissertação de Mestrado, 1997. Ufpe. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Netilia%20dos%20Anjos.rtf>.>
- AZEVEDO, F. A. Agendamento da Política. Antônio Albino Canelas Rubim (org.), *Comunicação e Política – Conceitos e Abordagens*, São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. RJ: Paz&Terra, 1982.
- BARROS FILHO, C. de. *Impor sobre o que falar – a hipótese Agenda Setting*. SP: Moderna, 1995.

- BOTELHO, R. M. *A delegacia invisível: breve análise da influência da cobertura noticiosa dos semanários urbanos no processo de construção da autonomia de uma organização civil em uma relação conflituosa com o poder público oficial*. Monografia. Fabico / Ufrgs, 2000.
- BOTELHO, R. M. A grande pequena imprensa (Reportagem). *Três por Quatro*. Jornal Laboratório Fabico / Ufrgs, julho de 1999.
- BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. RJ: Forense Universitária, UFRJ, 1997.
- CARVALHO, H. M. *A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para Viver: os caminhos da produção capitalista Boaventura de S. Santos (org.)*. p.245. Ed.Civ.Brasileira, 2002.
- CASTELLS, M. Um Estado destituído de poder? *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura – O poder da identidade* (v.2).SP: Paz e Terra, pp.287-363, 1999.
- CHAMPAGNE, P. *Formar opinião – o novo jogo político*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- DEFLEUR, M. L; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. RJ: Jorge Zahar, 1993.
- DELGADO, Guilherme Costa. Et. Al. A Questão Agrária e o desenvolvimento econômico. *A Questão Agrária e o desenvolvimento nacional*. Florianópolis: Ed. Da UFSC/CODESUL, pp.43-56,1987.
- DOWNING, J. D.H. *Mídia Radical*. SP: SENAC, 2001.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 9 ed. SP: Nacional, 1990.

- EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável*. SP: Livros da terra, 1996.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, Johl L. *Os Estabelecidos e os outsiders*. RJ: Jorge Zahar, 1999.
- FERNANDES, R. C. *Privado, porém público – o Terceiro Setor na América Latina*. RJ: Relume-Dumará, 1994, pp.11-32.
- FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná. *Movimentos Sociais no Campo*. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, A. (orgs). Curitiba: Criar/Cientia et Labor, 1987.
- FLICK, U. Codificação e categorização. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Pp.188-207. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREITAS, A. J. de. UDR: Ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais brasileiros. *Cadernos de Ciências Sociais*. Belo Horizonte: Puc, 1994, nº 4.
- FUKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB*, Rio de Janeiro, n.49, 1.º semestre de 2000, pp.79-94.
- FUTINO, A. M. e FILHO, S. S. A biotecnologia na agricultura brasileira: a indústria de defensivos agrícolas e o controle biológico. *Agricultura em São Paulo (Revista)*. Vol.38, 1991. apud: PINHEIRO, Sebastião e LUZ, Dioclécio. *A história dos venenos. Ladrões de natureza*. pp.79-97, Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 1998.
- GEERTZ, G. *O saber local*. P. 24, 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOMES, I. Z. 1957, *A revolta dos posseiros*. Curitiba, PR: 1987.

- GRAZIANO DA SILVA, J. da. *O Que é a Questão Agrária?* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. da. A Questão Agrária no Brasil. *A modernização dolorosa*. Pp. 33-43). RJ: Zahar Editores, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. da. org. Mas, qual reforma agrária? *Reforma Agrária*, ano 17, ano 1, abril-julho, 1987, 11-60.
- GUIMARÃES, G. P. *Quatro séculos de latifúndio*. SP: Paz&Terra, 1981, 5 ed.
- HERZ, D. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HILGARTNER, S. and BOSK, C. L. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. *American Journal of Sociology*. AJS, V.94, n.1, July 1988.
- HOBBSBAWN, E. J. *Revolução Social. Era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991*. SP: Cia das Letras, pp.282-313, 1995.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, 26^a, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IPARDES, *Subdivisão, posse e uso da terra no estado do Paraná*. Curitiba, Codsul/Ipardes, 1976. apud:
- KARAM, J. F. *Jornalismo, ética e liberdade*. SP: Summus, 1997.
- KUSCHICK, Chirsta L. B. *Campos de confronto: a terra e o texto*. P. Alegre: Ed. Universidade, Ufrgs, 1998.
- LAZARSELD, P. F; MERTON, Robert K. *Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. Comunicação e indústria cultural*. SP: Cia editora nacional e Editora USP, 1971.

- LAZIER, H. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. 2 ed. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 2003.
- LAZIER, H. *Análise histórica da posse da terra no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 1997.
- LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York, Free Press Paperbacks, 1997 (1922).
- LUTZEMBERGER, J. *Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre, RS: Ufrgs / Movimento, 1980.
- MANIN, B. (1985). As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.29, ano 10, out, pp.5-34.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Col. Clássicos ilustrados. SP: Ediouro (Prestígio Editorial), 2002.
- MARTINS, J. de S. A questão agrária e o papel do MST. STÉDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes. 1997.
- MARTINS, J. de S. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. *O poder do atraso*. SP:Hucitec, 1994.
- MARTINS (b), R. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MATTELART, A e MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. SP, Edições Loyola, 2003.
- MENDES, A. M. *Origem e composição das fortunas da sociedade tradicional paranaense – Palmas: 1859-1903*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPR, 1989.
- MIGUEL, L. F. *Mito e discurso político – uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

- MIGUEL, L. F. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os meios de Comunicação. *BIB*, Rio Janeiro, n.49, 1.º semestre de 2000, pp.51-77.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Trad. Por Walternsir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *Revista da Fundação SEADE*. v.11, n.2, SP: Abr/junho,1997, pp.86-93.
- STÉDILE, João Pedro (org). *A Questão Agrária hoje*. p. 45-67; 165-190, Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.
- NUN, J. *Democracia, gobierno Del pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires, Fondo de Cultura, 2000.
- OLIVEIRA, R. C de. *O silêncio dos vencedores – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do verbo 2001.
- ORREDA, J. M. *Pequena história da erva-mate*. Irati, PR: Martins & Abib Ltda. Edição O debate, 1968.
- OTERO RIBEIRO, I. de. *Agricultura, Democracia e Socialismo*. COUTINHO, Carlos Nelson e DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque (orgs). SP: Paz e Terra, 1987.
- PAULA, N. M. de. *Os camponeses e a intermediação comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense*. Curitiba, 1983, p.40, Dissertação, Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro apud GOMES, 1987:17-19 e 22.
- PICHLER, J. H. *Levante dos posseiros de 57 no Sudoeste do Paraná e a influência da CITLA no processo*. Monografia PG Latu Sensus em Met. do Ens. Da História. FACIPAL, Palmas,1998.

- PORTO, M. *Enquadramento da mídia e política*. Brasília, 2003. No prelo.
- PORTO, S. D. (org). A informação local: espaço público local e suas mediações. *O Jornal – da Forma ao Sentido*. Col. Comunicação, 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil. *A Questão Agrária*. SP: Brasiliense, pp.15-85, 3 ed, 1981.
- PROENÇA, J. L. *Contribuição para o estudo do jornal de bairro como elemento de integração das comunidades na metrópole*. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1984.
- QUEIROZ, I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. Pp.35-159, SP: Alfa Omega, 1976.
- RECH, Marta Maria. *Reflorestamento-Ecologia - Desmatamento na Região de Palmas-PR*. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Ciência e Educação Ambiental. FACPAL, Palmas, Set/2001, p.2.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995.
- ROTHMAN, F. D. O Movimento dos Sem Terra e as ocupações: Agravamento ou Resolução do problema. In: *Revista da Economia Rural*. Viçosa, UFV, abril/junho 1995.
- ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a economia política e do contrato social*. Trad. De M. C. P. PISARRA; pref. De B. P. JÚNIOR – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Clássicos do Pensamento Político; 15).

- RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. *Mídia e política no Brasil: Estudos e perspectivas*. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.html>>. IV Congresso Latino-americano de Ciências De La Comunicación – 1998.
- RUBIM, A. A. C. *Comunicação e política*. SP: Hacer Editores, 2000.
- RÜDIGER, F. R. *Comunicação e Teoria Social Moderna*. Porto Alegre: Fênix, 1995.
- SANTAELLA, L. *A pesquisa, seus métodos e seus tipos. Comunicação e pesquisa*. 103-150. SP: Hacker Editores, 2001.
- SANTOS, W.G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SERRANO, E. *Jornalismo e elites do poder*. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Universidade Beira Interior, Escola Superior de Comunicação Social, Covilhã, Portugal: 1999.
- SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. SP: Edições Loyola, 1996, 2 ed.
- SHUMPETER, J.A. (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia*. RJ: Fundo de Cultura.
- SOUZA, P. R. *A determinação do salário e do emprego nas economias atrasadas*. Tese de doutoramento. IFCH: Unicamp (mimeo).
- STECA, L. C. e FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 50*. Londrina: UEL, 2002.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível*. Revista Diálogos, n. 2, v.2. DHI. UEM. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/publica>>

coesdhi/dialogos/volume01/vol02.htm>, Capturado em 22.8.04.

THOMÉ, N. O Neocoronelismo na Região do Contestado. *A política do Contestado: Contribuição ao estudo da formação política da Região do Contestado em Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Contestado. Caçador, SC, 2001.

THOMÉ, N. *Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado*. Caçador: INCON Edições / UNC, 1992.

TORCQUEVILLE, A. *A democracia na América – sentimentos e opiniões*. SP: Martins Fontes, 2000.

TUCHMAN, G. *La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do Agromodernismo. *A questão agrária hoje*. João Pedro Stédile (org). Pp.68-93. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba, PR: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba, PR: Lítero-Técnica, 1985.

WEBER, Max. Os tipos de dominação. *Economia e Sociedade*. Pp.139-198, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Apêndices

Tabela 1 – Valência dos atores

| Jornal | Nível do Título | LIDERANÇAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-----------------|------------|-----|-----|-----|-----------|-----|-----|-----|----------|---|---|---|-----------|---|-----------|---|------------|---|----------------------------|---|-------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | MUNICIPAIS | | | | ESTADUAIS | | | | FEDERAIS | | | | Total PRF | | Total CRF | | Sem Terras | | P. Familiares / Assentados | | <i>Ruralistas</i> | | | | | | | | |
| | | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | | | | | | | |
| D P | Principal | - | - | - | - | - | - | 2 | - | 4 | 1 | - | 1 | - | 4 | 1 | 6 | 1 | 1 | 2 | - | 1 | - | - | 6 | - | - | | | |
| | Secundário | - | - | - | - | 5 | - | 2 | - | 1 | 3 | 1 | - | - | 8 | 1 | 2 | - | 1 | 6 | 1 | - | - | - | 1 | - | - | | | |
| | Menor | - | - | - | - | 1 | - | 1 | - | - | 2 | - | - | - | 3 | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| J B | Principal | - | - | - | - | 4 | - | 1 | - | 1 | 2 | - | - | - | 6 | - | - | - | 1 | 2 | 1 | 2 | - | - | 2 | - | 3 | | | |
| | Secundário | 3 | - | 1 | - | 1 | 3 | - | 2 | 1 | - | 2 | 6 | 1 | 3 | - | - | 13 | 1 | 7 | - | 2 | 2 | 1 | 1 | - | 1 | 2 | - | 3 |
| | Menor | - | - | - | - | 2 | - | - | 1 | - | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 | 4 | - | - | - | - | 1 | - | 1 | | |
| O P | Principal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | - | | |
| | Secundário | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| | Menor | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| C R (Sem) | Principal | 2 | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | 2 | - | - | - | 5 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 | - | - | | | |
| | Secundário | 2 | - | - | - | 1 | 2 | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 2 | - | - | | | |
| | Menor | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |

Tabela 2 – Valência dos atores

| Jornal | Nível do Título | LIDERANÇAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|-----------------|------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----------|-----|-----|-----|-----|-----|----------|---|---|---|----|---|-----------|-----------|------------|----------------------------|------------|---|---|---|---|---|---|
| | | MUNICIPAIS | | | | | | ESTADUAIS | | | | | | FEDERAIS | | | | | | Total PRF | Total CRF | Sem Terras | P. Familiares / Assentados | Ruralistas | | | | | | |
| | | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | PRF | CRF | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | + | - | |
| D P | Principal | - | - | - | - | - | - | 2 | - | 4 | 1 | - | 1 | - | 4 | 1 | 6 | 1 | 1 | 2 | - | 1 | - | - | 6 | - | - | | | |
| | Secundário | - | - | - | - | 5 | - | 2 | - | 1 | 3 | 1 | - | - | 8 | 1 | 2 | - | 1 | 6 | 1 | - | - | 1 | - | - | | | | |
| | Menor | - | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 | - | - | - | 3 | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | | | | |
| J B | Principal | - | - | - | - | 4 | - | 1 | - | 1 | 2 | - | - | 6 | - | - | 1 | 2 | 1 | 2 | - | - | 2 | - | 3 | | | | | |
| | Secundário | 3 | - | 1 | - | 1 | 3 | - | 2 | 1 | - | 2 | 6 | 1 | 3 | - | - | 13 | 1 | 7 | - | 2 | 2 | 1 | 1 | - | 1 | 2 | - | 3 |
| | Menor | - | - | - | - | 2 | - | 1 | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 | 4 | - | - | - | - | 1 | - | 1 | | | | |
| O P | Principal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - | - | 1 | 1 | - | | | | | |
| | Secundário | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | |
| | Menor | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | |
| C R (1 Sem) | Principal | 2 | - | - | - | 1 | 1 | - | - | 2 | - | - | - | 5 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 | - | | | | | | |
| | Secundário | 2 | - | - | - | 1 | 2 | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | 2 | - | | | | | | |
| | Menor | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | |

Anexo

Carta-manifesto do movimento *Paz no campo*

Carta de Palmas

"Representantes da sociedade do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, reunidos em assembléia no Sindicato Rural de Palmas, manifestam seu repúdio às invasões de propriedades e à forma improdutiva, violenta e contemplativa como vem sendo conduzida a Reforma Agrária.

As invasões, independente de quaisquer justificativas, são um desrespeito à lei e um ato de violência contra a sociedade. Produtores rurais, suas famílias e empregados, têm sido sistematicamente humilhados por invasores autodenominados "sem-terras", os quais roubam o gado e a produção, depredam bens e fazem uso da chantagem explícita, como preço a ser pago pelo produtor para que ele colha aquilo que plantou em suas terras.

Tal cenário vem se agravando com novos atentados ao direito de propriedade.

Sem que as autoridades governamentais usem da energia necessária para coibir abusos e restabelecer a lei, a impunidade é a senha para que o MST, travestido de "movimento social", mais e mais zombe do Estado de Direito.

Mandados judiciais de reintegração de posse não se discutem, nem se negociam; são determinações a serem cumpridas.

O que a sociedade espera dos Governos é a mediação dos conflitos pela imposição inegociável do cumprimento da lei, ou seja,

a execução da Reforma Agrária nos estritos limites da ordem e da lei.

A sociedade tem visto um movimento político, cuja ideologia e prática demonstram os objetivos de assaltar o poder, desmoralizar as instituições, achacar a democracia e implantar o modelo de ditadura socialista-obscurantista, na qual os direitos e o exercício da cidadania não mais existem.

Mas o que nos causa maior espanto e indignação, é a forma absolutamente desigual, surpreendentemente ágil e desproporcionalmente violenta com que a polícia federal e/ ou especial tem agido contra produtores rurais, sendo que, estes, possuem nome e endereço conhecidos, identidade, CPF e profissão nobre, que é produzir alimentos para o povo brasileiro e gerar grandes excedentes exportáveis.

Tratamento semelhante é o que a sociedade organizada que abaixo assina espera e exige para aqueles que, debaixo do manto conveniente da clandestinidade, esbulham, incendeiam, depredam, confiscam, roubam e assim matam a dignidade e esperança dos cidadãos de bem, que, responsáveis pelos seus atos, vivem sob a égide da Legislação em vigor. Reafirmamos que nós, representantes da sociedade e produtores rurais do sudoeste paranaense e oeste catarinense queremos a ordem, condições de tranquilidade para produzir e progredir, criando empregos que possam assimilar esses desvalidos, hoje "massa de manobra" das lideranças do MST, que buscam conturbar o País para atingir seus objetivos espúrios e inaceitáveis.

Por tudo isso, pedimos mais Governo dos nossos governantes. Exigimos que as nossas autoridades federais e estaduais deixem de adotar atitudes lenientes e contemplativas em relação às invasões e ao MST e tratem de impor, novamente, o império da ordem e respeito às leis, como premissa indispensável para a manutenção da Democracia e do Estado de Direito Constitucional."

Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP
Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR
Prefeitura de Palmas
Câmara Municipal de Palmas
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB subseção de Palmas
Sindicato Rural de Palmas
Sindicato dos Madeireiros de Palmas
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do
Mobiliário de Palmas
Associação das Sociedades Rurais do Sudoeste do Paraná
Associação dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná
Comissão Estadual de Política Fundiária da FAEP
Coamo Agroindustrial Cooperativa
Cooperativa Agrícola de Campos Palmenses – COCAMP
Prefeitura de Coronel Domingos Soares
Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (PRE)
Associação Brasileira dos Criadores de Caracú
Associação Brasileira dos Criadores de Blonde D’Aquitaine
Associação de Desenvolvimento do Alto dos Rios Chapecó e
Chopim
Associação Catarinense de Criadores de Charolês
Associação dos Fruticultores do Paraná
Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA
Câmara de Dirigentes Lojistas de Palmas – CDL
Rotary Clube de Palmas
Lions Clube de Palmas
Clube União Recreativo Palmense
Associação Atlética Banco do Brasil – AABB
Centro de Tradição Gaúcha Campos de Palmas